

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA DE DIREITO DO RIO DE JANEIRO
FGV DIREITO RIO

THIAGO BARBOSA GIL

**APLICAÇÃO DOS PARÂMETROS FUNDAMENTAIS DE
AUTONOMIA E CONTROLE DO REGIME REGULATÓRIO
BRASILEIRO NO DESENHO INSTITUCIONAL DAS AGÊNCIAS
REGULADORAS ESTADUAIS**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 e com apoio financeiro da Fundação Getulio Vargas.

Rio de Janeiro
2019

THIAGO BARBOSA GIL

**APLICAÇÃO DOS PARÂMETROS FUNDAMENTAIS DE AUTONOMIA E
CONTROLE DO REGIME REGULATÓRIO BRASILEIRO NO DESENHO
INSTITUCIONAL DAS AGÊNCIAS REGULADORAS ESTADUAIS**

Dissertação para obtenção do grau de mestre
apresentada à Escola de Direito do Rio de Janeiro
da Fundação Getulio Vargas

Área de concentração: Direito da Regulação

Orientador: Prof. Dr. Leandro Molhano Ribeiro

Rio de Janeiro

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas/FGV

Gil, Thiago Barbosa

Aplicação dos parâmetros fundamentais de autonomia e controle do regime regulatório brasileiro no desenho institucional das agências reguladoras estaduais / Thiago Barbosa Gil. - 2019.
188 f.

Dissertação (mestrado) - Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas.

Orientador: Leandro Molhano Ribeiro.

Inclui bibliografia.

1. Agências reguladoras de atividades privadas – Brasil. 2. Controle Administrativo - Brasil. 3. Autonomia administrativa - Brasil. 4. Direito regulatório. I. Ribeiro, Leandro Molhano, 1971-. II. Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas. IV. Título.

CDD - 341.3221

THIAGO BARBOSA GIL

**“APLICAÇÃO DOS PARÂMETROS FUNDAMENTAIS DE AUTONOMIA E CONTROLE DO
REGIME REGULATÓRIO BRASILEIRO NO DESENHO INSTITUCIONAL DAS AGÊNCIAS
REGULADORAS ESTADUAIS”.**

Dissertação apresentado(a) ao Curso de Mestrado Acadêmico em Direito da Regulação
do(a) Escola de Direito do Rio de Janeiro para obtenção do grau de Mestre(a) em
Direito da Regulação.

Data da defesa: 17/04/2019

ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA


Leandro Molhano Ribeiro
Orientador(a)


Diego Werneck Arguelhes
Membro


Fernando Angelo Ribeiro Leal
Membro

Para Maria do Socorro Barbosa Gil

(in memoriam)

AGRADECIMENTOS

A Deus.

A Fileto Gil, exemplo de pai que sempre acreditou em mim.

À minha amada esposa Andréa de Melo Leite, eterna incentivadora.

Ao meu filho amado Lucas Leite Gil que nos dá tantas alegrias.

A Rosania Araújo dos Santos, um anjo na terra.

A Afonso Celso Silva Junior, psicólogo que me ajudou a encontrar o caminho para a área acadêmica.

A Rodrigo Alberto Correia da Silva, advogado, companheiro, conselheiro e parceiro em todos os momentos.

Ao meu orientador Leandro Molhano Ribeiro, pela sinceridade nos encontros e pelo incentivo na elaboração do trabalho.

À coordenação do Mestrado, pelo apoio eficiente em todas as minhas atividades acadêmicas

Aos meus caros colegas de turma.

RESUMO

Este trabalho busca a identificação dos processos históricos que levaram à definição do desenho institucional inicialmente concebido para as agências reguladoras federais de infraestrutura, especificamente em relação ao controle e à autonomia, vis-à-vis a dinâmica da implementação do regime regulatório no âmbito estadual. O estudo inicialmente se foca no aprofundamento do tema através da investigação concreta das dimensões dos conceitos de autonomia e controle, parâmetros do processo de concepção e implantação das agências reguladoras brasileiras. Após fixados os quadros conceituais históricos de autonomia e controle, a pesquisa expande a análise para o plano dos desenhos institucionais de autonomia e controle das agências reguladoras estaduais. Em outras palavras, o trabalho extrai da história do processo de instituição das agências reguladoras no Brasil os parâmetros do que foi definido como autonomia e controle de órgãos reguladores independentes, capazes de operacionalizar os indicadores desses conceitos a serem utilizados na parte empírica. A partir da orientação proporcionada pela operacionalização, o trabalho descreve as dimensões de autonomia e controle das agências estaduais e as classifica empiricamente.

Palavras-chave: Regulação. Autonomia. Controle. Desenho institucional. Agências reguladoras estaduais.

ABSTRACT

This dissertation aims to identify historical processes that led to the definition of the institutional design initially developed for the Brazilian federal regulatory agencies of infrastructure, specifically for their control and autonomy, vis-à-vis the dynamic that creates the regulatory regime in the States of Brazil. The research initially focuses on the concrete investigation of the dimensions of the concepts of autonomy and control, which are the parameters for the process of creation and implementation of the Brazilian regulatory agencies. After establishing the historical conceptual frameworks of autonomy and control, the objective will be to expand the analysis for the institutional designs of autonomy and control of the state-level regulatory agencies. In other words, the desire is to find the parameters of what was defined in Brazil as autonomy and control of independent regulatory agencies and then operationalize the indicators of these concepts in the empirical section. From the orientation provided by the operationalization, it is desired to describe the dimensions of autonomy and control of the state agencies and their empirical classification.

Keywords: Regulation. Autonomy. Control. Institutional design. Regulatory agencies of the state level.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO 1: Delimitação da área de atuação do Estado.

QUADRO 2: Dimensões de autonomia e controle no início do governo FHC.

QUADRO 3: Dimensões de autonomia no contexto das agências de infraestrutura do governo FHC.

QUADRO 4: Dimensões de autonomia no contexto das agências de infraestrutura do governo FHC.

QUADRO 5: Interface setorial entre federação e regulação.

QUADRO 6: Mapa das agências reguladoras estaduais.

QUADRO 7: Governança das agências reguladoras estaduais.

QUADRO 8: Quantidade de indicadores para cada parâmetro analisado.

TABELA 1: Denominações e normas disciplinadoras do desenho institucional das agências reguladoras estaduais e do Distrito Federal (região Centro-Oeste).

TABELA 2: Denominações e normas disciplinadoras do desenho institucional das agências reguladoras estaduais (região Nordeste).

TABELA 3: Denominações e normas disciplinadoras do desenho institucional das agências reguladoras estaduais (região Norte).

TABELA 4: Denominações e normas disciplinadoras do desenho institucional das agências reguladoras estaduais (região Sudeste).

TABELA 5: Denominações e normas disciplinadoras do desenho institucional das agências reguladoras estaduais (região Sul).

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADASA – Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal

ADASA/DF – Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal

AGEAC – Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado do Acre

AGENERSA – Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro

AGEPAN – Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos do Mato Grosso do Sul

AGEPAR – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná

AGER/MT – Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Mato Grosso

AGER/MT – Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado do Mato Grosso

AGERBA – Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transporte e Comunicações da Bahia

AGERGS – Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul

AGERO – Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia

AGERSA – Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia

AGESAN – Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina

AGESC – Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina

AGETRANSP – Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro

AGR – Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos

AGRESE – Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe

Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações

Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica

ANP – Agência Nacional do Petróleo

ARCE – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará

ARCON – Agência Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará

ARCON-PA – Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará

ARESC – Agência de Regulação dos Serviços Públicos de Santa Catarina

ARESTO – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Tocantins

ARPB – Agência de Regulação do Estado da Paraíba

ARPE – Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco

ARPE – Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco

ARSAE-MG – Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais

ARSAL – Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Alagoas

ARSAM – Agência Reguladora dos Serviços Públicos Concedidos do Estado do Amazonas

ARSEMA – Agência Reguladora de Serviços Públicos do Maranhão

ARSEP – Agência Reguladora de Serviços Públicos do Maranhão

ARSEP – Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte

ARSESP – Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo

ARSI – Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária do Espírito Santo

ARSP – Agência de Regulação de Serviços Públicos do Espírito Santo

ARTESP – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo

ASEP - RJ – Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos do Estado do Rio de Janeiro

ASEP-RN – Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado do Rio Grande do Norte

ASPE – Agência de Serviços Públicos de Energia do Estado do Espírito Santo

ASPER – Agência de Regulação de Serviços Públicos do Estado de Rondônia

ASTINS – Agência de Serviços Públicos Delegados do Tocantins

ATR – Agência Tocantinense de Regulação Controle e Fiscalização de Serviços Públicos

CORESAB - Comissão de Regulação dos Serviços Públicos de Saneamento Básico do Estado da Bahia

CRE – Conselho de Reforma do Estado

CSPE – Comissão de Serviços Públicos de Energia

DNAEE – Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica

FHC – Fernando Henrique Cardoso

LC – Lei Complementar

MARE – Ministério da Administração e Reforma do Estado

MOB – Agência Estadual de Mobilidade Urbana

MOB – Agência Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos

PDRAE – Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado

SUMÁRIO

PARTE I – ABORDAGEM TEÓRICA.....	17
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 – AUTONOMIA E CONTROLE NO PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTITUIÇÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS DE INFRAESTRUTURA.....	19
1.1 Diferenciação dos modelos de agência reguladora: área social e de infraestrutura	19
1.2 A redefinição do papel do Estado no governo FHC	22
1.2.1 Discussão sobre autonomia regulatória na conjuntura do governo FHC	25
1.2.2 Concretização das diretrizes da reforma administrativa no setor elétrico	39
1.2.3 Características legais de autonomia e controle da Aneel e considerações sobre sua gênese	47
1.2.4. Autonomia e controle no setor de telecomunicações	49
1.2.5 Regras de autonomia e controle na regulação do setor de telecomunicações	59
1.2.6 A constituição da ANP como agência dotada de autonomia e controle	61
1.2.7 Autonomia e controle na Lei do Petróleo	65
1.2.8 Dimensões de autonomia e controle nas agências de infraestrutura do governo FHC	67
PARTE II – ABORDAGEM EMPÍRICA.....	74
CAPÍTULO 2 – CARACTERIZAÇÃO DA AUTONOMIA E DO CONTROLE NO ÂMBITO ESTADUAL.....	74
2.1 Gestão descentralizada: federalismo e regulação	74
2.2 Procedimento de investigação e análise dos dados	77
2.3 Agências reguladoras estaduais: criação, modificação e extinção	84
2.4 Identificação específica dos tipos de autonomia e controle em cada agência	87
2.4.1 ADASA/DF (Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal), com sigla e denominação alteradas para ADASA (Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal)	88

2.4.2 AGEPAN (Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos do Mato Grosso do Sul).....	89
2.4.3 AGER/MT (Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado do Mato Grosso), com denominação alterada para AGER/MT (Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Mato Grosso).....	91
2.4.4 AGR (Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos)	93
2.4.5 AGERBA (Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transporte e Comunicações da Bahia)	94
2.4.6 CORESAB (Comissão de Regulação dos Serviços Públicos de Saneamento Básico do Estado da Bahia), órgão extinto pela criação da AGERSA (Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia)	95
2.4.7 AGRESE (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe).....	97
2.4.8. ARCE (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará).98	
2.4.9 ARPB (Agência de Regulação do Estado da Paraíba)	99
2.4.10 ARPE (Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco), com sigla mantida e denominação alterada para ARPE (Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco)	101
2.4.11 ARSAL (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Alagoas).....	103
2.4.12 ARSEP (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Maranhão), com sigla e denominação alterada para ARSEMA (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Maranhão) e, posteriormente transformada na MOB (Agência Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos).....	104
2.4.13 ASEP-RN (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado do Rio Grande do Norte), com sigla e denominação alteradas para ARSEP (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte)	107
2.4.14 AGEAC (Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado do Acre)	108
2.4.15 ASPER (Agência de Regulação de Serviços Públicos do Estado de Rondônia), com sigla e denominação alteradas para AGERO (Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia).....	110

2.4.16 ARCON-PA (Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará).....	112
2.4.17 ARSAM (Agência Reguladora dos Serviços Públicos Concedidos do Estado do Amazonas).....	114
2.4.18 ASTINS (Agência de Serviços Públicos Delegados do Tocantins), com sigla e denominação alteradas para ARESTO (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Tocantins), e posteriormente para ATR (Agência Tocantinense de Regulação Controle e Fiscalização de Serviços Públicos)	116
2.4.19 ASEP - RJ (Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos do Estado do Rio de Janeiro), com sigla e denominação alteradas para AGENERSA (Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro)	118
2.4.20 ASEP - RJ (Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos do Estado do Rio de Janeiro), com sigla e denominação alteradas para AGETRANSP (Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro)	122
2.4.21 ARSAE-MG (Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais)	124
2.4.22 ARSESP (Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo)	126
2.4.23 ARSI (Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária do Espírito Santo) e ASPE (Agência de Serviços Públicos de Energia do Estado do Espírito Santo), transformadas em ARSP (Agência de Regulação de Serviços Públicos do Espírito Santo).....	128
2.4.24 ARTESP (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo)	130
2.4.25 AGERGS (Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul).....	132
2.4.26 AGESC (Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina) e AGESAN (Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina), transformadas em ARESC (Agência de Regulação dos Serviços Públicos de Santa Catarina)	134

2.4.27 AGEPAR (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná).....	136
2.5 Aplicação dos indicadores de autonomia e controle à pesquisa e resultados.....	138
2.5.1 Autonomia administrativa na governança das agências reguladoras estaduais.....	138
2.5.2 Operacionalização dos conceitos de autonomia e controle	142
CONCLUSÃO	147
BIBLIOGRAFIA	150
Livros e Periódicos	150
Legislação e Guias Oficiais	155
ANEXO – TABELAS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS ESTADUAIS POR REGIÃO	181

PARTE I – ABORDAGEM TEÓRICA

INTRODUÇÃO

Este trabalho investiga a autonomia e o controle das agências reguladoras brasileiras dentro do contexto da elaboração legal e do processo de implementação do regime regulatório inicial ocorrido durante o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Em decorrência dessa análise, espera-se identificar até que ponto o modelo inaugural foi reproduzido no desenho institucional da autonomia e do controle das agências reguladoras do plano estadual. Do ponto de vista social, espera-se que a análise empírica das agências reguladoras estaduais a ser apresentada permita avaliar se, de fato, ainda se fazem presentes as dimensões estruturantes propostas pelo modelo de agências reguladoras do âmbito federal. Assim, cabe analisar a seguinte pergunta de pesquisa: os parâmetros fundamentais de autonomia e controle, assumidos pelo desenho inicial do regime regulatório brasileiro, foram conservados na implementação das agências reguladoras estaduais?

Objetiva-se a identificação dos processos que levaram à definição do desenho institucional inicialmente concebido para as agências reguladoras, especificamente em relação ao controle e à autonomia, vis-à-vis a dinâmica da implementação do regime regulatório no âmbito estadual. Assim, a análise detém-se em conceitos e justificativas apresentados nas propostas oficiais. Investiga-se, portanto, as diversas elaborações legais relacionadas à autonomia e ao controle e as discussões feitas pelos atores diretamente envolvidos na gênese e no processo de criação do arcabouço institucional das agências reguladoras no Brasil.

Foi analisado o período correspondente aos anos de 1994 a 1998 que abrange o primeiro mandato de FHC e as discussões do processo eleitoral anterior a esse governo. O intuito foi identificar os conceitos de autonomia e controle dentro do processo decisório que resultou na criação das agências reguladoras mais relevantes desse período: a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), e a Agência Nacional do Petróleo (ANP). São quatro as razões pelas quais essas agências foram escolhidas: i) por atuarem nos setores de energia elétrica, telecomunicações e petróleo, que

são essenciais para a regulação estatal; ii) por estarem diretamente vinculadas à Reforma do Estado e às privatizações das empresas estatais, elementos particulares do regime regulatório inaugurado no Brasil; iii) por serem referência para a criação e instalação das demais agências reguladoras federais, estaduais e municipais; e iv) pelas agências reguladoras estaduais, objeto da análise empírica aqui proposta, também serem agências que atuam em setores de infraestrutura.

Sendo assim, a pesquisa inicialmente se foca no aprofundamento do tema através da investigação concreta das dimensões dos conceitos de autonomia e controle, parâmetros do processo de concepção e implantação das agências reguladoras brasileiras. Após fixados os quadros conceituais históricos de autonomia e controle, espera-se expandir a análise para o plano dos desenhos institucionais de autonomia e controle das agências reguladoras estaduais. Em outras palavras, deseja-se extrair da história do processo de instituição das agências reguladoras no Brasil os parâmetros do que foi definido como autonomia e controle de órgãos reguladores independentes, capazes de operacionalizar os indicadores desses conceitos a serem utilizados na parte empírica. A partir da orientação proporcionada pela operacionalização, almeja-se a descrição das dimensões de autonomia e controle das agências estaduais e a classificação empírica delas.

O trabalho está estruturado em dois capítulos, além da introdução e da conclusão. O capítulo 1 trata da autonomia e do controle no processo histórico de constituição das agências reguladoras de infraestrutura. Nele são abordadas as particularidades da autonomia e do controle que fazem parte da trajetória de construção e de instituição das agências de federais tratadas nesse trabalho. Assim, são analisados: a distinção das agências reguladoras da área de infraestrutura em relação à área social; os processos de flexibilização dos monopólios; a discussão sobre a atividade regulatória na redefinição do papel do Estado promovida durante o governo FHC, além dos processos históricos que debateram a autonomia e o controle na constituição das agências de infraestrutura desse período. Ao final do capítulo, forma-se o quadro com as dimensões de autonomia e controle, por tipos e com indicadores, para a operacionalização de tais conceitos no capítulo 2, que, além de tratar do tema da interface setorial entre federação e regulação, identifica as peculiaridades das agências estudadas e estabelece metodologia para aplicar os indicadores de autonomia e controle à pesquisa empírica com vistas à obtenção dos resultados.

CAPÍTULO 1 – AUTONOMIA E CONTROLE NO PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTITUIÇÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS DE INFRAESTRUTURA

1.1 Diferenciação dos modelos de agência reguladora: área social e de infraestrutura

Os projetos de criação de agências reguladoras¹ pautaram-se em um modelo inicial de órgão regulador independente desenhado para o setor de infraestrutura (PACHECO, 2006, p.529). Dessa forma, extrai-se a orientação de que através desse primeiro modelo se pode construir as dimensões e os indicadores para o controle e para a autonomia das agências reguladoras brasileiras. Isso implica que sejam investigados os processos históricos que formaram as diretrizes do que se instituiu como autonomia e controle para o caso brasileiro. Assim, o que este estudo irá observar é se os desenhos das agências reguladoras estaduais estão em consonância com as diretrizes de autonomia e controle propostas e concretizadas no processo de constituição de agências independentes no Brasil. O processo histórico permite observar as diretrizes do que se instituiu como autonomia e controle para o caso brasileiro, tendo em vista as especificidades do direito administrativo do país².

Na perspectiva acadêmica, é relevante realçar que o estudo produzido se distingue das linhas correntes de pesquisa que analisam o grau de autonomia e controle das agências reguladoras brasileiras, inclusive das estaduais, somente sob o enfoque de conceitos teóricos³. Sem deixar de reputar importante esse tipo de análise, é importante observar que o exame do desenho concreto da autonomia e do controle faz muito sentido quando se tem em vista que ele não necessariamente reflete o que a teoria⁴ chama de autonomia e controle.

É possível verificar dois momentos em relação às pesquisas sobre o tema. O primeiro ocorreu a partir do ano de 1998, com a publicação de artigos voltados para a questão

¹ É necessário esclarecer que a criação da Ancine (Agência Nacional do Cinema) ocorreu de forma diferente das demais. Para ela, foi formulada a previsão legal de que sua atuação se daria na indústria cinematográfica e videofonográfica como um órgão de fomento, regulação e fiscalização. Assim, a literatura entende que esta entidade mais fomenta do que regula e, dessa forma, não deveria ser concedida a ela o título de agência reguladora. Já no momento de sua criação foi possível verificar sua peculiaridade: a via eleita para a criação foi a medida provisória, diferentemente das outras agências que foram criadas através de lei. Somente em outubro de 2003 a Ancine foi vinculada ao Ministério da Cultura, antes ela era vinculada à Casa Civil (PACHECO, 2006, p. 530).

² Processo histórico, no âmbito deste trabalho, significa o mesmo que percurso histórico de inspiração intelectual e de debates registrados sobre o tema da autonomia e controle.

³ A exemplo de Peci e Cavalcanti (2000), Melo (2001) e Gelis Filho (2006).

⁴ Ressalta-se aqui que este trabalho utiliza conceitos teóricos extraídos de documentos oficiais e discussões políticas, mas não se pauta pela teoria provenientes da literatura.

econômica da regulação; conseqüentemente, os setores mais estudados foram os de infraestrutura⁵ (PACHECO, 2006, p.530). O segundo momento ocorreu poucos anos depois, quando os trabalhos acadêmicos se voltaram com mais intensidade para a questão político-institucional da regulação⁶. Assim, os estudos abordaram, a partir do segundo momento, os desafios e avanços da regulação em cada setor; além disso, fizeram a distinção entre a regulação de setores da área social e de setores da área de infraestrutura. Para esta última área, existe o consenso, profundamente marcado pelo debate teórico proveniente da literatura norte-americana, de que se deve priorizar a credibilidade regulatória⁷ que reduz os riscos para investidores e a melhora da tecnicidade do quadro de atores especializados (MELO, 2000, 2001, 2002)(MUELLER; PEREIRA, 2002). Além disso, o conceito adotado por tais autores é que o modelo de agências reguladoras corresponde à intervenção estatal na economia e na sociedade com vistas à correção das falhas de mercado e ao aumento do bem-estar social⁸.

Um estudo desenvolvido por Mueller e Pereira (2002) tentou compreender o processo de desenho regulatório em países que se preocupam com a credibilidade regulatória. Os autores partiram da suposição de que a delegação governamental de tarefas de regulação às agências deve conter salvaguardas para que a entidade não condicione os resultados às suas próprias preferências. Porém, cogitaram também que o governo pode se aproveitar da situação e ser oportunista. Para eles, isso leva a crer que existe um custo de credibilidade quando se escolhe um desenho institucional e quando são escolhidos os reguladores; o resultado é que o governo passaria a sopesar a credibilidade e o maior controle em relação às agências

⁵ Nessa época, a regulação dos setores de infraestrutura foi tratada, por exemplo, por José Claudio Linhares Pires e Maurício Serrão Piccinini. Segundo os autores, os objetivos do que denominam de “missão regulatória” eram: “i) buscar a eficiência econômica, garantindo o serviço ao menor custo para o usuário; ii) evitar o abuso do poder de monopólio, assegurando a menor diferença entre preços e custos, de forma compatível com os níveis desejados de qualidade do serviço; iii) assegurar o serviço universal; iv) assegurar a qualidade do serviço prestado; v) estabelecer canais para atender a reclamações dos usuários ou consumidores sobre a prestação dos serviços; vi) estimular a inovação (identificar oportunidades de novos serviços, remover obstáculos e promover políticas de incentivo à inovação); vii) assegurar a padronização tecnológica e a compatibilidade entre equipamentos; e viii) garantir a segurança e proteger o meio ambiente” (PIRES; PICCININI, 1999, p. 220-221).

⁶ A exemplo de André Marcus Melo, Bernardo Mueller e Carlos Pereira (MELO, 2000, 2001, 2002) (MUELLER; PEREIRA, 2002).

⁷ Essa credibilidade significa o mesmo que “estabilidade das regras do jogo” estipulada pela estrutura de governança regulatória (restrição imposta pela sociedade, através de agências autônomas, à discricionariedade governamental que resolve conflitos regulatórios). Isto significa que o governo deve garantir que contratos não deverão deixar de ser cumpridos, ou que não ocorrerá a reestatização, o congelamento de preços ou a alteração arbitrária de tarifas (MELO, 2002, p. 252). Assim, embora esta estabilidade seja um argumento válido para a criação de agências reguladoras autônomas, a estrutura das instituições dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de um país condicionam a atuação das estruturas de governança por imporem limites a estas (LEVY; SPILLER, 1996). Estes limites não podem ser superficiais, mas sim afetar as características principais das agências reguladoras, como regras orçamentárias para as agências, regras de nomeação e destituição de dirigentes e requisitos para tomada de decisões (MUELLER; PEREIRA, 2002, p. 67).

⁸ Esse conceito é apresentado na literatura norte-americana por Carlton e Perloff (2003, p. 710-711).

reguladoras. Segundo a pesquisa dos autores, estas ponderações são passíveis de serem melhor compreendidas através de um modelo em que o Brasil figura como estudo de caso. Porém, as evidências empíricas, relativas à variação de autonomia conforme o setor regulado, não foram encontradas por eles. A justificativa final do estudo foi de que as estruturas institucionais das agências são semelhantes porque estão ainda em fase inicial de desenvolvimento; consideraram os autores, por outro lado, que esse fator não contradiz o modelo, que depende do passar do tempo para ser revelado válido. Assim, a perspectiva deles é de que ainda serão formuladas as diferenciações para o desenho institucional das agências reguladoras federais.

Para área social, o interesse pela criação de agências está associado à denominada “lógica de delegação congressional”⁹. Portanto, a regulação da área social serve para tratar de outras falhas de mercado, não relacionadas aos monopólios naturais (como é o caso dos setores de infraestrutura), como: a presença de externalidades e falhas de coordenação, ou para coibir o abuso de poder de mercado através da defesa da concorrência (e.g. em relação às áreas de vigilância sanitária, saúde complementar, meio ambiente e recursos hídricos) (MELO, 2002, p. 251).

De acordo com Pacheco (2006, p. 531), a regulação da área social é voltada para os serviços públicos e para o direito do usuário consumidor, assim, tais atividades, ao que parece, correspondem muito mais à fiscalização estatal do que propriamente a regulação de mercado ou o apoio à concorrência. Segundo a autora, nessa área, a agência é criada posteriormente à existência do mercado¹⁰ e, conforme aponta a literatura, a prevenção do risco de prejuízo aos direitos dos usuários dos serviços não necessita de uma agência reguladora da área social; hoje esta função de fiscalização da qualidade dos serviços poderia ser exercida pelo o órgão responsável pela defesa da concorrência, ou mesmo, por uma agência que atue na administração indireta. (PACHECO, 2006, p. 531).

Segundo Costa (2002, p. 37), o modelo criado no Brasil para as agências reguladoras da área de infraestrutura se deu pela “simplicidade do formato e clareza de objetivos”, sendo

⁹ Segundo Melo, (2002, p.251), este argumento corresponde à prática do chamado *blame shifting* (expressão em inglês que pode ser traduzida como “deslocamento de culpa”). Para o autor, “os governantes tendem a transferir para agências autônomas decisões que, numa avaliação dos atores dessa coalizão, envolvem tecnicidades excessivas e/ou onde os custos políticos de arcar com ações frequentemente impopulares ou resultantes de equívocos técnicos excedem os ganhos políticos que potencialmente poderiam auferir se eles mesmos tomassem as decisões”.

¹⁰ Porém, para a autora, mesmo assim, a regulação é justificável, pois existem “falhas de mercado relativas à forte assimetria de informações (pró-firmas), às externalidades negativas, ao risco moral e à seleção adversa” (PACHECO, 2006, p. 531).

característica marcante a autonomia financeira. Fixada essa estrutura administrativa capaz de regular o agente monopolista em posição de privilégio em relação a outros agentes econômicos, sucedeu um alargamento do modelo para os setores sociais, isto é, para “diversas áreas nas quais não estava claro se haveria a necessidade de um marco regulatório” (COSTA, 2002, p. 37).

Portanto, pela necessidade de serem reconhecidos ao longo do tempo os resultados dos investimentos, pela questão da necessidade tecnológica e por conta da manutenção da confiabilidade do investidor privado, a literatura considera que existe maior justificativa para a autonomia, em relação ao governo central, da agência da área de infraestrutura (PACHECO, 2006, p. 531).

Isto posto, esclarece-se que as particularidades da autonomia e do controle, que fazem parte da trajetória de construção e de instituição das agências de infraestrutura tratadas nesse trabalho, serão analisadas a partir dos processos de flexibilização dos monopólios que serão debatidos no tópico a seguir.

1.2 A redefinição do papel do Estado no governo FHC

O ponto de início da análise da autonomia e do controle no contexto do transcurso histórico da instituição das agências reguladoras de infraestrutura no Brasil começa durante o processo eleitoral de 1994. A proposta de governo do então candidato FHC, denominada “Mãos à obra, Brasil” evidenciou que a parceria do setor público com o privado para a gestão da infraestrutura brasileira exigiria a redefinição do papel do Estado, com sua capacitação para a regulação de serviços públicos em prol do cidadão e da estratégia econômica que estava sendo definida naquele período (CARDOSO, 1994, p. 5). Assim, a atuação estatal exigiria a atividade regulatória para coibir monopólios oriundos da concentração do poder econômico. (CARDOSO, 1994, p. 5).

Apesar do financiamento previsto no programa de governo para os investimentos em infraestrutura ter sido na ordem de R\$ 100 bilhões, o programa ainda considerou

conservadora a quantia, tendo em vista ter considerado que outros países latino-americanos chegaram à estabilização gastando menos (CARDOSO, 1994, p. 6). Da outra ponta, a captação de recursos externos para a articulação dos investimentos foi considerada uma estratégia fundamental:

Para que o Brasil possa tirar o maior proveito possível da situação externa de oferta de recursos, conjugada com as condições internas favoráveis resultantes da retomada do crescimento com estabilização, é necessário garantir um ambiente atrativo e confiável para os investidores estrangeiros. Por isso, o Governo Fernando Henrique vai manter regras claras e estáveis para o capital estrangeiro, garantindo liberdade nas decisões de investimento e mobilidade dos recursos. Por outro lado, será preciso estabelecer claramente o papel do governo na regulação destas atividades para assegurar qualidade, competição e tarifas adequadas na concessão de serviços públicos (CARDOSO, 1994, p. 9).

Em relação ao setor energético, uma das premissas de orientação para a atuação do governo, pautada na continuidade da orientação que já vinha sendo aplicada, foi a transferência para os Estados de “algumas tarefas de regulação e fiscalização” (CARDOSO, 1994, p. 18).

No plano de governo ficou posta então, para o setor de energia elétrica, uma das diretrizes setoriais do governo que viria a ser eleito: a implementação de um marco regulatório para promover o aumento da competitividade na cadeia de produção, comercialização e transporte (CARDOSO, 1994, p. 19). Assim, embora o setor elétrico não pudesse ser caracterizado como um monopólio *stricto sensu*, pois concorriam empresas estatais e privadas na distribuição de energia elétrica, era necessário o estabelecimento do marco regulatório, tendo em vista que as empresas estaduais concentravam a produção (NUNES et al., 2007, p. 42). Compreende-se que, em relação aos serviços de energia elétrica, o intuito era que os Estados se articulassem com o órgão de controle que seria criado para promoverem a regulação e a fiscalização da qualidade de tais serviços (CARDOSO, 1994, p. 19).

Pode-se dizer que uma lógica diferente se aplicaria ao setor de petróleo e gás natural, que constituem monopólios, exceto em relação à distribuição de combustíveis em postos e a

distribuição de botijões de gás (NUNES et al., 2007, p. 42). Com efeito, o programa de governo de FHC previu a regulação e o controle sobre os monopólios estaduais e o incentivo à parceria entre o setor privado e os Estados para a distribuição de gás natural (CARDOSO, 1994, p. 20). Para o setor de petróleo, a parceria incentivada foi entre a Petrobrás e o setor privado, para exploração e produção (CARDOSO, 1994, p. 20). Dessa forma, para que fosse concretizado o processo de privatização nesses setores, deveria ocorrer a flexibilização (quebra) dos monopólios, com base na aprovação de emendas constitucionais que autorizassem o governo federal a proceder com as privatizações (NUNES et al., 2007, p. 42).

Do mesmo modo, o setor de telecomunicações que constitui monopólio, também necessitava de tais emendas constitucionais (NUNES et al., 2007, p. 42). Assim, nas telecomunicações, destacou-se a intenção governamental de atração de capital internacional, por se tratar, à época, de uma das áreas mais propensas para investimentos privados do plano internacional. Segundo o programa de governo de FHC:

O problema, que não é só do Brasil, é encontrar uma fórmula para a organização institucional do setor de telecomunicações que, ao mesmo tempo em que promova fortemente os investimentos privados, reforce o papel regulador do Estado e reserve ao setor público a atuação em segmentos estratégicos do ponto de vista social ou do interesse nacional. (...) Por razões técnicas, o segmento da telefonia a cabo ainda pode ser considerado um monopólio natural, como ocorre com outros serviços públicos urbanos. Assim, o monopólio territorial deve estar submetido à regulamentação por parte de uma autoridade pública capaz de resguardar o interesse público diante do concessionário, seja ele estatal ou privado (CARDOSO, 1994, p. 23).

Dessa forma, em 1994, o ainda candidato FHC já tinha formalizado a diretriz do reforço da presença do Estado como ente regulador dos setores de energia elétrica, petróleo e gás natural, e telecomunicações (CARDOSO, 1994, p. 19-24). Entendendo, pois, que seria essencial “reforçar o papel regulador do Estado na economia, de forma independente dos agentes de execução, sejam públicos ou privados”, a proposta de governo considerava necessário que se mantivesse o papel do Estado na produção de bens e serviços de áreas estratégicas. Sendo assim, seriam usados os contratos de gestão na administração das

empresas estatais (predominantemente em empresas dos setores de petróleo e em alguns segmentos da área de telecomunicações), isto é, seriam feitas parcerias entre o setor público e o setor privado para o cumprimento de metas preestabelecidas; para outros casos, a opção seria a privatização, processo que se iniciou na década de 1980 e tomou impulso no Brasil em 1990 através do Programa Nacional de Desestatização¹¹ (CARDOSO, 1994, p. 89). O objetivo de se utilizar o instrumento da privatização de empresas era, para FHC, a reestruturação da produção do parque industrial nacional (CARDOSO, 1994, p. 89). Sendo assim, a sinalização da campanha eleitoral de FHC foi no sentido da retomada do processo de desestatização e do estabelecimento de novos marcos regulatórios no Brasil, com a devida adequação aos setores econômicos privatizados (NUNES et al., 2007, p. 40-41).

Assim, apesar da temática da autonomia e do controle não ter sido abordada de forma explícita no plano de governo de FHC, a preocupação com a criação de um ambiente atrativo para os investimentos internacionais e as diretrizes setoriais desse documento ajudam a entender a intenção governamental de que, adiante, deveria se estabelecer de forma clara o papel do governo na regulação das atividades de infraestrutura. Dessa forma, na próxima seção será analisado o período inicial do governo FHC, quando começou a ser discutida a autonomia regulatória para as agências de infraestrutura.

1.2.1 Discussão sobre autonomia regulatória na conjuntura do governo FHC

Subsequentemente à campanha presidencial, o ano de 1995 foi o período histórico em que o governo federal brasileiro concretizou aquilo que havia idealizado em relação à transformação estatal e da economia (NUNES et al., 2007, p. 40-41). Assim, o governo entendeu que era necessário fortalecer o núcleo estratégico estatal e, além disso, descentralizar a prestação de serviços públicos. Estas propostas, conforme se verá adiante, ocorreram no âmbito do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), onde atuava o ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, que foi um de seus grandes defensores e a

¹¹ O processo de privatização teve duas fases anteriores ao governo FHC, a do governo Collor e a do governo Itamar Franco (CARDOSO, 1994, p. 89).

figura de referência quando se busca saber sobre a “ideologia”¹² da reforma (NUNES et al., 2007, p. 45). Em outras palavras, o governo da época entendeu que a reforma do aparelho do Estado passava justamente pela remodelação estatal (PACHECO, 2006, p. 525-526); entendia-se, portanto, que essa reforma significava principalmente que o Estado deveria se afastar da sua responsabilidade pelo desenvolvimento social e econômico do país, pois estava a seu encargo a produção de bens e serviços (BRASIL, 1995, p. 12-13).

Conforme evidencia o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE)¹³(BRASIL, 1995a), a intenção era promover uma maior aproximação estatal da regulação e da coordenação, o que garantiria ao Estado maiores condições de realizar o seu desenvolvimento. Conforme o PDRAE, o Estado passaria então a ser regulador e deixaria de atuar diretamente no desenvolvimento econômico e social (BRASIL, 1995, p. 12). Em outras palavras, o Estado atuaria menos na execução ou prestação direta de serviços públicos e ocorreria o aumento de sua governança, termo esse que para Bresser Pereira significa “sua capacidade de implementar de forma eficiente políticas públicas” (BRASIL, 1995, p. 11). A reforma se daria no âmbito federal e a descentralização da prestação de serviços sociais e de infraestrutura se daria progressivamente para as esferas estadual¹⁴ e municipal (BRASIL, 1995, p. 12). Segundo o PDRAE:

A reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e

¹² O termo ideologia tem aqui o sentido referente ao pensamento, aos ideais, às concepções de Bresser Pereira. Segundo a literatura especializada a ideologia da reforma “deve ser buscada em fonte única: na pletora de textos de Luiz Carlos Bresser Pereira, ministro da pasta desde o início do governo em 1995 até sua desincompatibilização do cargo em 1998. De fato, Bresser Pereira pode ser considerado o mais prolífico estrategista-doutrinário, ideólogo, prefeririam alguns, do movimento de reforma, insistindo didaticamente na divulgação de sua concepção de administração gerencial. A ele deve-se a estruturação de um argumento doutrinário organizado para o movimento de reforma administrativa do governo Fernando Henrique Cardoso” (NUNES et al., 2007, p. 46).

¹³ Conforme o PDRAE, o termo “aparelho do Estado” é entendido como Administração Pública em sentido amplo, isto é, compreende tanto os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, quanto as unidades políticas (União, Estados e Municípios). Sendo assim, o “aparelho do Estado” equivale ao governo. Por outro lado, a abrangência do termo “Estado” é bem maior do que o “aparelho do Estado”. Assim, segundo o PDRAE, “Estado” abrange “adicionalmente o sistema constitucional-legal, que regula a população nos limites de um território”. (BRASIL, 1995, p.16-17). Com estes conceitos definidos, passa-se a entender porque “reforma do Estado” é diferente de “reforma do aparelho do Estado”. Aquela trata das diferentes áreas de governo e mais, do contexto social para o qual a Constituição Federal é constituída e aplicada. Já a “reforma do aparelho do Estado” restringe-se a “tornar a Administração Pública mais eficiente e mais voltada para a cidadania”.

¹⁴ É importante notar, para o escopo deste trabalho, que o PDRAE prevê que, apesar de seu foco ser para a Administração Pública Federal, “muitas das suas diretrizes e propostas podem também ser aplicadas a nível estadual e municipal”. Sendo assim, a linha de raciocínio proposta através da metodologia deste trabalho é corroborada por documento oficial (BRASIL, 1995, p. 17).

social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento. (...) Busca-se o fortalecimento das funções de regulação e de coordenação do Estado, particularmente a nível federal, e a progressiva descentralização vertical, para os níveis estadual e municipal, das funções executivas no campo da prestação de serviços sociais e de infraestrutura. (...) O governo brasileiro não carece de “governabilidade”, ou seja, de poder para governar, dada sua legitimidade democrática e o apoio com que conta a sociedade civil. Enfrenta, entretanto, um problema de governança, na medida em que sua capacidade de implementar as políticas públicas é limitada pela rigidez e ineficiência da máquina administrativa (BRASIL, 1995, p. 12-13).

Ao ser analisado o contexto em que foi criado o PDRAE, é possível verificar o porquê deste plano não ter previsto a criação de agências reguladoras, mas somente ter feito alusão à função regulatória. Para que fique claro, o PDRAE colocou os entes regulatórios, chamados pelo documento de agências autônomas, no mesmo rol das outras atividades de incumbência estatal:

Reformar o aparelho do Estado significa garantir a esse aparelho maior governança, ou seja, maior capacidade de governar, maior condição de implementar as leis e políticas públicas. Significa tornar muito mais eficientes as atividades exclusivas de Estado, através da transformação das autarquias em “agências autônomas” (BRASIL, 1995, p. 44). (...) A responsabilização por resultados e a consequente autonomia de gestão inspiraram a formulação deste projeto, que tem como objetivo a transformação de autarquias e de fundações que exerçam atividades exclusivas do Estado, em agências autônomas, com foco na modernização da gestão. O Projeto das Agências Autônomas desenvolver-se-á em duas dimensões. Em primeiro lugar, serão elaborados os instrumentos legais necessários à viabilização das transformações pretendidas, e um levantamento visando superar os obstáculos na legislação, normas e regulações existentes. Em paralelo, serão aplicadas as novas abordagens em algumas autarquias selecionadas, que se transformarão em laboratórios de experimentação (BRASIL, 1995, p. 59).

É necessário observar que, para Bresser Pereira, é adequado delimitar a área de atuação do Estado. Essa delimitação é baseada na própria definição política de que Estado é a

instituição monopolista burocrática detentora do “poder extroverso”, exercido sobre a população (BRESSER PEREIRA, 1998, p. 95-96).

Já as organizações privadas e públicas não-estatais não possuem o “poder de Estado”, que é o “poder de definir as leis do país, poder de impor a justiça, poder de manter a ordem, de defender o país, de representa-lo no exterior, de policiar, de arrecadar impostos, de regulamentar as atividades econômicas, fiscalizar o cumprimento das leis” (BRESSER PEREIRA, 1998, p. 96).

Portanto, conforme o Quadro 1, abaixo, o autor identifica três tipos de atividades: i) as atividades exclusivas; ii) serviços sociais e científicos não exclusivos ou competitivos; e iii) produção de bens e serviços para o mercado. Além disso, para cada área, ressalta a necessidade de distinguir quais são as atividades principais e quais correspondem às atividades de apoio (BRESSER PEREIRA, 1998, p. 95):

Quadro 1

Delimitação da Área de Atuação do Estado

	Atividades Exclusivas do Estado	Serviços Sociais e Científicos	Produção de Bens e Serviços para o Mercado
Atividades Principais	ESTADO Enquanto pessoal	Publicização	Privatização
Atividades Auxiliares	Terceirização	↓	↓

Fonte: BRESSER PEREIRA, 1998, p. 96.

Assim, existem também atividades de Estado que caracterizam o Estado Social, vinculadas às políticas da área econômica e social subsidiadas pelo Estado, como: saúde, assistência social, previdência social, educação, empregos e meio-ambiente. As atividades exclusivas de Estado são a garantia da estabilidade da moeda e do sistema financeiro e a responsabilidade pelos investimentos em infraestrutura (BRESSER PEREIRA, 1998, p. 97). De forma oposta, existe a produção de bens e serviços para o mercado, de incumbência do setor privado, mas com participação do Estado em determinadas áreas estratégicas (BRESSER PEREIRA, 1998, p. 98). A terceira delimitação é a dos serviços sociais e

científicos, que não são exclusivos do Estado, ou seja, não envolvem o poder estatal. Trata-se das universidades, escolas, centros científicos, etc. São atividades largamente financiadas pelo Estado, mas que fazem parte da competição entre o setor público e o privado. Por isso são tidas na Reforma do Estado como necessitadas da “publicização”, termo criado para distinção desse processo de reforma da privatização e que não é nada além de transferir tais atividades para o setor público não-estatal (BRESSER PEREIRA, 1998, p. 99).

No Quadro 1, as atividades principais são as atividades de governo, ou seja, atividades de legislar, de definir políticas públicas, de fomentar, etc. Essas atividades necessitam do apoio de outras atividades, denominadas atividades auxiliares (vigilância, limpeza, etc.) que devem passar pelo processo de terceirização, com submissão à licitação pública e contratação com entidades privadas (BRESSER PEREIRA, 1998, p. 100). Nesse sentido, o “Estado enquanto pessoal” fica delimitado a apenas um quadrante, enquanto nos outros três estão as atividades terceirizadas, as atividades das empresas privatizadas e daquelas que atuam na atividade pública não-estatal (BRESSER PEREIRA, 1998, p. 101). A denominação “Estado enquanto pessoal” é restritiva pelo fato de que a reforma do Estado, para Bresser Pereira, deveria ser feita para além do pagamento do seu pessoal, porque haveria a ampla terceirização (BRESSER PEREIRA, 1998, p. 101-102).

Nessa linha, o PDRAE trouxe como objetivos das “atividades exclusivas” de Estado, isto é, atividades de responsabilidade das agências autônomas:

- i) Transformar as autarquias e fundações que possuem poder de Estado em agências autônomas, administradas segundo um contrato de gestão; o dirigente escolhido pelo Ministro segundo critérios rigorosamente profissionais, mas não necessariamente de dentro do Estado, terá ampla liberdade para administrar os recursos humanos, materiais e financeiros colocados à sua disposição, desde que atinja os objetivos qualitativos e quantitativos (indicadores de desempenho) previamente acordados; ii) Para isto, substituir a administração pública burocrática, rígida, voltada para o controle *a priori* dos processos, pela administração pública gerencial, baseada no controle *a posteriori* dos resultados e na competição administrada. iii) Fortalecer práticas de adoção de mecanismos que privilegiem a participação popular tanto na formulação quanto na avaliação de políticas públicas, viabilizando o controle social das mesmas (BRASIL, 1995, p. 46).

A modernização do aparelho do Estado estava associada ao controle social crescente. Por sua vez, a autonomia da gestão das agências autônomas era vista como proposta de modernização, dentro do conceito de administração pública gerencial¹⁵:

A modernização do aparelho do Estado exige, também, a criação de mecanismos que viabilizem a integração dos cidadãos no processo de definição, implementação e avaliação da ação pública. Através do controle social crescente será possível garantir serviços de qualidade (BRASIL, 1995, p. 40). (...) A modernização da gestão se fará através da implantação de laboratórios especialmente nas autarquias voltadas para as atividades exclusivas do Estado, visando iniciar o processo de transformação em agências autônomas, ou seja, em agências voltadas para resultados, dotadas de flexibilidade administrativa e ampla autonomia de gestão (BRASIL, 1995, p. 55).

Portanto, os debates sobre a regulação nesse momento ainda estavam sendo iniciados, ou seja, autonomia e controle das agências reguladoras ainda estavam começando a ser definidos em 1995, isto é, no início do governo FHC. Nesse período, o Congresso Nacional, após alguns meses de debates e de votações, promulgou as emendas constitucionais¹⁶ para a quebra de monopólios estatais (PACHECO, 2006, p. 526). No ano de 1995, outro aspecto importante nesse processo de remoção de entraves para a privatização foi a aprovação da Lei nº 8.987/1995, a lei de concessões (BRASIL, 1995f), que regulou as concessões e permissões de serviços públicos previstos no art. 175 da Constituição Federal. Esse dispositivo

¹⁵ Para Bresser Pereira, o termo “administração pública gerencial” significa um avanço em relação à administração burocrática. Trata-se de um avanço, e não um rompimento total, pois aquela, embora flexibilize, ainda conserva alguns princípios fundamentais como: “admissão segundo rígidos critérios de mérito, a existência de um sistema estruturado e universal de remuneração, as carreiras, a avaliação constante de desempenho, o treinamento sistemático”. Segundo o autor, diferenciam-se as duas formas de administração pelo controle, que deve ser focado nos resultados e não nos processos de profissionalização do administrador. Sendo assim, a administração gerencial é relacionada aos objetivos a serem atingidos pelo administrador; à autonomia da gestão, feita pelo administrador em relação a recursos financeiros e humanos a ele confiados; e ao controle *à posteriori* dos resultados alcançados ou que deixaram de ser atingidos (BRASIL, 1995, p. 16)

¹⁶ As mais relevantes Emendas Constitucionais deste período de aceleradas privatizações, que promoveu a posterior implantação do modelo de regulação estatal foram: i) EC n. 5/1995, que alterou o §2º do art. 25 da Constituição Federal para excluir a exploração direta, ou mediante concessão, da empresa estatal, com exclusividade de distribuição dos serviços locais de gás canalizado (BRASIL, 1995b); ii) EC n. 6/1995 que alterou o inciso IX do art. 170, o art. 171 e o § 1º do art. 176 da Constituição Federal e extinguiu o tratamento favorecido para as empresas brasileiras de capital nacional, no tocante à pesquisa e à lavra de recursos minerais e ao aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica. (BRASIL, 1995c); iii) EC n. 8/1995 que alterou o inciso XI do art. 21 da Constituição Federal para estabelecer o fim da exclusividade estatal na exploração dos serviços de telecomunicação (BRASIL, 1995d); e iv) EC n. 9/1995 deu nova redação ao art. 170 da CF para determinar o fim do monopólio estatal das atividades de pesquisa, lavra, refino, importação, exportação e transporte de petróleo, seus derivados e gás natural de qualquer origem (BRASIL, 1995e).

constitucional dispõe que “incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos” (BRASIL, 1988).

A característica institucional do processo de reforma administrativa no Brasil foi traçada por três órgãos com atribuições próprias, vinculadas ao debate e à proposição de políticas, diretrizes e orientações para a Reforma do Estado, são eles: o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), a Câmara de Reforma do Estado da Presidência da República e o Conselho de Reforma do Estado (CRE).

Conforme Medida Provisória nº 1.450, de 10 de maio de 1996, o MARE possuía como competência, além de outras, a elaboração de políticas e diretrizes para a reforma do Estado¹⁷ (BRASIL, 1996). Por seu turno, a Câmara de Reforma do Estado da Presidência da República possuía a incumbência da estratégia política da reforma, no sentido de promover e acompanhar atividades (através de parcerias intra e intergovernamentais), formular políticas (estabelecendo diretrizes) e aprovar programas referentes à Reforma do Estado, conforme o Decreto nº 1.526, de 20 de junho de 1995¹⁸ (BRASIL, 1995a), pois era um dos órgãos colegiados do Conselho de Governo, que era o órgão de assessoramento do Presidente da República na formulação de diretrizes da ação governamental¹⁹ (BRASIL, 1996). Diferentemente dos outros dois, o CRE não pertencia ao governo (NUNES et al., 2007, p. 45), conforme o Decreto nº 1.738, de 8 de dezembro de 1995, foi instituído no âmbito do MARE, com atribuições de caráter consultivo, para proceder a debates e oferecer sugestões à Câmara de Reforma do Estado da Presidência da República, nos assuntos sobre a reforma do aparelho do Estado²⁰. As funções do CRE eram de articulação política, constituindo-se de um órgão

¹⁷ Conforme o art. 14, inciso I, alíneas “a” a “f” da MP nº 1.450/1996: “Art. 14. Os assuntos que constituem área de competência de cada Ministério são os seguintes: I - Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado: a) políticas e diretrizes para a reforma do Estado; b) política de desenvolvimento institucional e capacitação do servidor, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional; c) reforma administrativa; d) supervisão e coordenação dos sistemas de pessoal civil, de organização e modernização administrativa, de administração de recursos da informação e informática e de serviços gerais; e) modernização da gestão e promoção da qualidade no Setor Público; f) desenvolvimento de ações de controle da folha de pagamento dos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil – SIPEC” (BRASIL, 1996).

¹⁸ De acordo com o art. 1º e o art. 2º, incisos I a III do Decreto nº 1.526/1995: “Art. 1º É criada a Câmara da Reforma do Estado, do Conselho de Governo, com o objetivo de formular políticas, aprovar programas e acompanhar as atividades relativas à Reforma do Estado. Art. 2º Compete à câmara: I - estabelecer as diretrizes para a política de Reforma do Estado; II - aprovar e acompanhar os programas a serem implantados no âmbito da Reforma do Estado. III - promover e acompanhar as parcerias intra e intergovernamentais nas atividades de Reforma do Estado” (BRASIL, 1995).

¹⁹ Segundo o art. 7º da MP nº 1.450/1996: “Ao Conselho de Governo, compete assessorar o Presidente da República na formulação de diretrizes da ação governamental” (BRASIL, 1996).

²⁰ Conforme o art. 1º do Decreto nº 1.738/1995: “Art 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, o Conselho de Reforma do Estado, de caráter consultivo, com a

consultivo e analítico, de apoio à sociedade civil. Seu respectivo Conselho, era composto por 12 (doze) membros que não pertenciam à administração pública, foram designados pelo Presidente da República para mandato de três anos (BRASIL, 1997, p. 7).

No momento em que a reforma regulatória passou a fazer parte da agenda política do governo federal, o CRE assumiu o relevante papel de pensar na mudança do Estado intervencionista para o Estado regulador. Assim, de acordo com Abranches (1999, p. 44), as primeiras recomendações do Conselho foram ligadas ao raciocínio de que a regulação era estratégica porque atingia de forma positiva tanto o bem-estar do cidadão consumidor quanto o desenvolvimento econômico. Assim, o autor sugeriu que o Conselho fixasse “uma política regulatória explícita, consubstanciada em um sistema de regras e princípios, que orientem estrategicamente a criação ou reforma de legislação e órgãos regulatórios” (ABRANCHES, 1999, p. 44). Neste período começou a ser formada a ideia, como se verá adiante, de que as novas agências reguladoras deveriam possuir: i) autonomia decisória através de mandatos fixos e não coincidentes dos dirigentes; ii) decisão colegiada; iii) participação popular no processo decisório; e iv) rapidez na conclusão de processos e na prestação de serviços públicos em níveis desejáveis (PACHECO, 2006, p. 528).

O MARE foi o órgão que objetivou implementar as ditas reformas administrativas, porém, não teve apoio governamental para tanto:

“O MARE não possuía densidade própria, não representava interesses sociais relevantes, não atraía a atenção da opinião pública e, pelo contrário, tendia a enfrentar resistências generalizadas da burocracia federal, especialmente nos ministérios maiores, ciosos de sua autonomia. Sem a vinculação direta à Presidência da República, o MARE seria apenas um pequeno ministério sem recursos, procurando definir seu lugar entre os cerca de vinte ministérios” (COSTA, 2002, p.30).

Assim, a reforma regulatória no Brasil foi oriunda de uma equipe governamental composta por membros da sociedade civil pertencentes ao CRE, dentre eles estavam autoridades e profissionais de vários segmentos, como, por exemplo: Antônio Ermírio de

finalidade de proceder a debates e oferecer sugestões à Câmara de Reforma do Estado, nos assuntos relativos à reforma do aparelho do Estado” (BRASIL, 1995).

Moraes (engenheiro), Joaquim de Arruda Falcão Neto (advogado) Luiz Carlos Bresser Pereira (Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado) e Sérgio Henrique Hudson de Abranches (sociólogo e cientista político). Segundo o que foi mencionado anteriormente, Luiz Carlos Bresser Pereira era o ministro que defendia no ano de 1995 a reforma do aparelho do Estado para o estabelecimento de agências com autonomia para que pudessem atingir os resultados desejados pelo governo. Para Bresser Pereira, a reforma administrativa objetivava a transição da administração pública burocrática²¹ para a gerencial; assim, o pressuposto para ocorrer a denominada reforma gerencial era a existência de democracia, já a reforma burocrática corresponderia a um regime liberal, porém autoritário (BRESSER PEREIRA, 1998, p. 154).

Segundo o PDRAE, o controle dos abusos é a qualidade fundamental da administração pública burocrática, e a deficiência desse tipo de administração é “a ineficiência, a auto-referência, a incapacidade de voltar-se para o serviço aos cidadãos vistos como clientes” (BRASIL, 1995, p. 16). Já a administração pública gerencial não significa um rompimento, mas um avanço em relação à administração pública burocrática porque flexibiliza princípios fundamentais inerentes a ela, como: admissão de servidores por critérios de mérito, sistema legal de remuneração de cargos, avaliação periódica de desempenho e capacitação técnica (BRASIL, 1995, p. 16).

Pois bem, o objetivo principal da reforma gerencial então seria estratégico, de afastamento gerencial dos processos de profissionalização da administração pública, para a aproximação do administrador público com os resultados, ou seja, para: “o combate à captura do Estado por interesses particulares, defender o patrimônio público, utilizar os recursos escassos dos contribuintes de forma a atender o interesse geral” (BRESSER PEREIRA, 1998, p. 151). Sendo assim, a reforma gerencial só faria sentido com o aprofundamento da democracia representativa e do controle social (democracia direta). Esse último não se

²¹ Bresser Pereira também distingue administração burocrática de administração patrimonialista: “a administração pública burocrática foi adotada para substituir a administração patrimonialista, que definiu as monarquias absolutas, na qual o patrimônio público e o privado eram confundidos. Nesse tipo de administração o Estado era entendido como propriedade do rei. O nepotismo e o empreguismo, senão a corrupção, eram a norma. Esse tipo de administração revelar-se-á incompatível com o capitalismo industrial e as democracias parlamentares, que surgem no século XIX. É essencial para o capitalismo a clara separação entre o Estado e o mercado; a democracia só pode existir quando a sociedade civil, formada por cidadãos, distingue-se do Estado ao mesmo tempo em que o controla. Tornou-se assim necessário desenvolver um tipo de administração que partisse não apenas da clara distinção entre o público e o privado, mas também da separação entre o político e o administrador público. Surge assim a administração burocrática moderna, racional-legal” (BRESSER PEREIRA, 1996, p. 4-5).

limitaria apenas à execução de políticas públicas, mas à formulação delas (BREISSER PEREIRA, 1998, p. 151).

A diferenciação feita por Bresser Pereira entre reforma gerencial e reforma burocrática traz também a discussão, de forma mais ampla, mais genérica, fora do contexto das agências reguladoras, das definições de autonomia e controle social. Para o autor, o que se denomina “moralidade pública” deveria ser garantida pela lei, ou, de forma mais ampla, por um sistema institucional de liberalismo econômico pautado em normas detalhistas. Assim, para os burocratas, que têm a estabilidade do vínculo empregatício, seriam conferidos os meios necessários para o combate à corrupção no âmbito da política, ou mesmo aquela praticada por seus superiores hierárquicos (BREISSER PEREIRA, 1998, p. 154):

“Quanto maior for a autonomia, quanto mais descentralizadas e desconcentradas as ações, quanto mais os controles forem *a posteriori*, por resultados e por competição administrada, mais eficientes serão os serviços públicos; em contrapartida, maior será o risco de corrupção e de clientelismo. (...) a autonomia é um fator não apenas motivador de eficiência. É também um estímulo ao respeito aos valores éticos, desde que haja um sistema *a posteriori* de controle. No momento em que o administrador público recebe autonomia gerencial, que passa a ser controlado por resultados, torna-se muito mais difícil para os seus superiores, burocratas ou políticos, justificarem políticas clientelistas. Elas são apenas formalmente incompatíveis com a administração pública burocrática, estão substantivamente em contradição com a autonomia e a responsabilidade gerencial” (BREISSER PEREIRA, 1998, p. 155).

No plano diretor, as agências executivas²², previstas como entidades responsáveis pelas atividades de fiscalização e fomento, foram inspiradas pela experiência britânica (BRASIL, 1995b). Conforme a literatura especializada:

“A maior inovação do PDRAE eram as Agências Executivas. Inspiradas no modelo britânico do *Next Steps*, elas seriam as “cabeças-de-ponte” do novo desenho organizacional da administração pública. Por um lado, seriam autônomas, ágeis e

²² Porém, hoje existe apenas uma agência executiva Federal que é o Inmetro. A falta de apoio do governo FHC talvez tenha sido um fator importante para isso ter ocorrido (PACHECO, 2006).

flexíveis, fornecendo as condições institucionais para o desenvolvimento da nova cultura gerencial proposta pelo Plano Diretor. Por outro, seriam controladas de forma precisa e objetiva por contratos de gestão que definiriam a missão de cada Agência, seus objetivos de médio e longo prazo, assim como os critérios de avaliação do desempenho. Seus diretores, espécie de *CEOs* do setor público, seriam os responsáveis frente aos ministérios pelo cumprimento dos contratos”. (COSTA, 2002, p. 37).

Para Costa (2002, p. 38), além das agências reguladoras terem se difundido rapidamente, o MARE teve atraso e dificuldades no estabelecimento do conteúdo normativo das agências executivas. Somente no ano de 1998, ou seja, três anos após o surgimento do Plano Diretor, foram elaboradas as condições legais para a qualificação de autarquias e fundações públicas como agências executivas e para a organização específica destas instituições²³.

Considera-se que a não adesão de forma generalizada à proposta de agência executiva foi oriunda principalmente do não repasse de recursos pelo Ministério da Fazenda. Este tipo de contingenciamento de verbas para agências executivas, que ocorre também para fundações e autarquias em geral, é fator que diferencia a performance dos dois modelos. Agências reguladoras independem do repasse de recursos porque podem cobrar taxas dos regulados, tendo assim um maior dinamismo (COSTA, 2002, p.39).

Bresser Pereira passou então a identificar certas semelhanças e diferenças entre agências executivas e agências reguladoras. Assim, considerou que a identidade entre elas era maior em relação à necessidade incremento da autonomia administrativa; considerou, além disso, que tal autonomia deveria ser observada com maior intensidade para as agências reguladoras, pois a estas estava sendo delegada a importante atividade de regulação de preços dos serviços públicos absorvidos pelos monopólios (atividade equivalente a uma política permanente de Estado), isto é, de fixação de preços de mercado (BRESSER PEREIRA, 1998, p. 225-227). O autor considerou também que apenas para as agências executivas deveria ser

²³ Conforme o art. 1º do decreto 2.487/98, “as autarquias e as fundações integrantes da Administração Pública Federal poderão, observadas as diretrizes do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, ser qualificadas como Agências Executivas” (BRASIL, 1998b). Além disso, de acordo com o art. 1º do decreto 2.488/98, “as autarquias e as fundações integrantes da Administração Pública Federal, qualificadas como Agências Executivas, serão objeto de medidas específicas de organização administrativa, com a finalidade de ampliar a eficiência na utilização dos recursos públicos, melhorar o desempenho e a qualidade dos serviços prestados, assegurar maior autonomia de gestão orçamentária, financeira, operacional e de recursos humanos e eliminar fatores restritivos à sua atuação institucional” (BRASIL, 1998c).

adotado o contrato de gestão como instrumento jurídico e, além disso, apenas as agências reguladoras deveriam adotar o mandato fixo, por tempo determinado, de seus dirigentes. Para ele, os cargos de direção das agências executivas deveriam ser de livre nomeação e exoneração pelo chefe do Poder Executivo; já, para agências reguladoras, os dirigentes seriam indicados pelo Congresso Nacional (BRESSER PEREIRA, 1998, p. 225-227).

As diferenças primordiais elaboradas por Bresser Pereira com base na distinta composição das funções reguladoras e executivas surgiram no momento em que já estavam em funcionamento as agências de infraestrutura²⁴ Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) e ANP (Agência Nacional de Petróleo)²⁵. Desta diferenciação, surgiu para a literatura a separação entre a autonomia administrativa, que serve para angariar resultados eficientes, e autonomia política, voltada para dar força às decisões dotadas de credibilidade. A autonomia administrativa, então, deve ser comum tanto para a agência executiva quanto para a agência reguladora; por outro lado, a autonomia política deve ser exercida apenas pelas agências reguladoras. Essas últimas, diferentemente daquelas, interferem diretamente nos monopólios que são representados pelos setores de infraestrutura, como por exemplo nas áreas de petróleo e gás natural, telecomunicações e energia elétrica (PACHECO, 2006, p. 527).

Para deixar clara a diferença entre autonomia política e autonomia administrativa, é necessário observar as referências de Bresser Pereira a essa temática. Ademais, segundo ele, a autonomia administrativa se diferencia do insulamento burocrático:

“A Reforma Gerencial promove a autonomia administrativa das agências ou serviços públicos. Essa autonomia, entretanto, não deve ser confundida com o chamado “insulamento burocrático”, que se define como a independência de certas agências burocráticas do poder político. (...) A defesa do insulamento burocrático, entretanto, não faz sentido em um Estado democrático. A autonomia das agências ou serviços públicos, nos quadros da democracia, só é legítima se for decidida pelos políticos, no parlamento, enquanto representantes do povo. Ou seja, se os políticos eleitos decidirem democraticamente conceder uma autonomia maior a determinadas

²⁴ As leis de criação dessas agências reguladoras de infraestrutura são as seguintes: Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Anatel); Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996 (Aneel); Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (ANP).

²⁵ Sublinhe-se que as propostas do autor não chegaram a ser internalizadas na elaboração do projeto da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), que estava sendo discutido na Casa Civil naquela mesma época (PACHECO, 2006, p. 527).

agências. (...) A proposta central da Reforma Gerencial é a autonomia do gestor público, é garantir a ele maior autonomia decisória, sob um estreito controle da sociedade. Dessa forma, ele recebe não apenas uma maior delegação de autoridade do núcleo estratégico do Estado, mas também adquire maior autonomia em relação aos políticos clientelistas (...) Na verdade, é preciso distinguir com clareza dois tipos de autonomia do administrador público: autonomia gerencial em relação às pressões dos políticos clientelistas e autonomia gerencial em relação a procedimentos legais estritos. O segundo tipo de autonomia é central (...). É a autonomia obtida pela delegação de autoridade e pela flexibilização ou desburocratização de leis ou regulamentos excessivamente rígidos (...). Como essa autonomia é obtida pelas agências públicas? Por meio de um processo de legitimação, derivado da pressuposição de competência técnica dos seus administradores profissionais. Na medida em que essas agências desempenham papéis estratégicos nas suas respectivas sociedades nacionais, os políticos são levados, por uma questão de sobrevivência política, a lhes conceder crescente autonomia” (BRESSER PEREIRA, 1998, p. 156-159).

Portanto, conforme o debate feito até esse ponto do estudo, as dimensões de autonomia e controle são especificadas no Quadro 2 a seguir:

Quadro 2

Autonomia e controle no contexto do início do governo FHC

DIMENSÕES POR TIPO	CARACTERÍSTICAS GERAIS	PARTICULARIDADES
AUTONOMIA GERENCIAL	Relacionada aos objetivos a serem atingidos pelo administrador. Assim, as agências reguladoras seriam voltadas para resultados, possuiriam autonomia decisória	Maior valorização da administração gerencial, que seria um avanço em relação à administração burocrática; menor foco nos processos de profissionalização do administrador (que corresponde à administração burocrática)
AUTONOMIA ADMINISTRATIVA	A autonomia obtida pela delegação, pelo poder político, de autoridade ao agente regulador. Dessa forma, ocorreria a flexibilização ou desburocratização de leis ou regulamentos estatais muito rígidos	Não deve ser confundida com a independência de certas agências burocráticas do poder político (insulamento burocrático); é obtida pelas agências através de legitimação oriunda da presunção da competência técnica dos administradores públicos; deve ser exercida pelas agências executivas e pelas agências reguladoras

AUTONOMIA POLÍTICA	Autonomia do gestor público em relação às pressões dos políticos clientelistas	Assim como a autonomia administrativa, também não deve ser confundida com insulamento burocrático; deve ser exercida apenas pelas agências reguladoras porque interferem nos monopólios, diferentemente das agências executivas, que não interferem
AUTONOMIA DA GESTÃO	Proposta de modernização, pertencente ao conceito de administração pública gerencial e consistente em garantir ao gestor público uma maior autonomia decisória, sob estreito controle da sociedade	Seria feita pelo administrador em relação a recursos financeiros e humanos a ele confiados, desde que atingisse os indicadores de desempenho acordados anteriormente e a ele confiados
CONTROLE À PRIORI DOS PROCESSOS	Realizado pela administração pública burocrática. Consiste no controle rígido dos processos administrativos	Apesar de não perder sua importância, seria dada maior relevância ao controle <i>à posteriori</i> , dos resultados
CONTROLE À POSTERIORI DOS RESULTADOS	Realizado pela administração pública gerencial para que ocorra maior eficiência nos serviços públicos	Ao ser concretizado, menor seria o risco de corrupção e clientelismo
CONTROLE SOCIAL	Relativo à participação popular, tanto na formulação quanto na avaliação de políticas públicas	Com esse tipo de controle seria possível garantir serviços públicos de qualidade

Fonte: elaboração própria

Dessa forma, a reforma administrativa ocorrida no período do governo Fernando Henrique Cardoso foi explicitada no Plano Diretor da Reforma do aparelho do Estado, cujo objetivo era, através da definição de objetivos e diretrizes para a reconstrução da administração pública, fixar a estabilidade e garantir um crescimento sustentável para a economia, corrigindo assim as desigualdades sociais e regionais (BRASIL, 1995, p. 6). Ainda, segundo Bresser Pereira era necessário estabelecer um modelo de administração pública gerencial que incorporasse e tornasse menos rígido os princípios do burocratismo (BREISSER PEREIRA, 1996, p. 4-5).

Assim, essas diretrizes alicerçaram a continuidade dos debates em âmbito legislativo, que geraram a criação da primeira agência reguladora, a Aneel, ano final de 1996²⁶. No

²⁶ A lei de criação da Aneel é a de nº 9.427/1996. As outras agências reguladoras federais criadas foram, em ordem temporal, a Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações (Lei nº 9.472/1997), a ANP – Agência Nacional do Petróleo (Lei nº 9.478/1997), a Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Lei nº 9.782/1999), a ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar (Lei nº 9.961/2000), a ANA – Agência Nacional de Águas (Lei nº 9.984/2000), a Antaq – Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Lei nº 10.233/2001), a ANTT – Agência Nacional de Transporte Terrestre (Lei nº 10.233/2001), a Ancine – Agência Nacional do Cinema (Medida Provisória nº 2.228/2001) e a Anac – Agência Nacional de Aviação Civil (Lei nº 11.182/2005).

formato previsto para ela, que será analisado no tópico a seguir, foram garantidas a autonomia decisória e a financeira, além de mandatos fixos e não coincidentes dos seus dirigentes.

1.2.2 Concretização das diretrizes da reforma administrativa no setor elétrico

A concretização das diretrizes apresentadas acima foi realizada inicialmente no setor elétrico, portanto, trata-se do caso inicial de discussão de ideias e de avaliação da viabilidade política e jurídica da autonomia e do controle das agências reguladoras brasileiras. Em relação a esse setor, o corpo burocrático formado foi originado do Departamento nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), órgão criado pela Lei nº 4.904, de 17 de dezembro de 1965 (BRASIL, 1965) e com regimento interno aprovado pela Portaria nº 234, de 17 de fevereiro de 1977, do Ministério das Minas e Energia²⁷. De acordo com notícia da imprensa do ano de 1994, o DNAEE, o Ministério da Fazenda e o Ministério das Minas e Energia (MME) sofreram desgaste institucional por conta do aumento das tarifas de energia elétrica:

O primeiro ato de Alexis Stepanenko, ao tomar posse ontem do Ministério das Minas e Energia, foi exonerar o diretor do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (Denae), Gastão Luís de Andrade, responsabilizado pelo aumento, em média, de 43,2% nas tarifas de energia elétrica. O aumento irritou o presidente Itamar Franco, que exigiu providências. Antes de saber que estava exonerado, Gastão afirmou que o aumento da tarifa foi recomendado pelo assessor especial do Ministério da Fazenda para a área de preços, José Milton Dallari. Itamar Franco exigiu que as responsabilidades fossem apuradas. A partir daí, os responsáveis pelas áreas de preços nos Ministérios da Fazenda e das Minas e Energia começaram a tentar livrar-se da responsabilidade. O próprio ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, começou a isentar seus assessores de culpa pelo aumento. "Nem

²⁷ O art. 1º desse regimento interno determinou: "Art.1º - O Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, instituído pela Lei nº 4.904, de 17 de dezembro de 1965, com autonomia financeira assegurada pelo art. 18 do Decreto nº 75.468 de 11 de março de 1975, é o Órgão Central de Direção Superior responsável pelo planejamento, coordenação e execução dos estudos hidrológicos em todo o território nacional; pela supervisão, fiscalização e controle dos aproveitamentos das águas que alteram o seu regime; bem como pela supervisão, fiscalização e controle dos serviços de eletricidade". Disponível em: <<http://www2.aneel.gov.br/area.cfm?idArea=8&idPerfil=3>>. Acesso em 09 Mar, 2019.

eu nem Dallari autorizamos esse aumento. As razões para isso devem ser buscadas no Ministério das Minas e Energia", afirmou. Ontem Fernando Henrique considerou "inaceitável" o reajuste: "As tarifas subiram sem o meu conhecimento. Alguém vai ter que pagar por isso, porque vai contra o esforço de estabilização".

Sendo assim, no ano de 1995, o governo federal começou a pôr em prática a constituição de um novo modelo regulatório para o setor elétrico, isto é, através da criação de uma agência reguladora. Assim, o MME foi autorizado pelo Presidente da República a apresentar propostas ao Conselho Nacional de Desestatização (CND), então propôs projeto de lei para transformar o DNAEE em autarquia (NUNES, 2007, p.71):

O que distinguiu essa iniciativa das demais proposições foi a sugestão do governo federal de municiar a autoridade reguladora com mais autonomia, o que era inédito para o setor de infraestrutura. Ao empreender esta mudança, o presidente Fernando Henrique Cardoso pretendia dotar o antigo departamento com maior capacidade de regulação e fiscalização dos serviços de energia elétrica prestados sob regime de concessão. Além disso, como um órgão fortalecido – adequado à política nacional de modernização e privatização do setor elétrico brasileiro --, o governo objetivava tornar o DNAEE em um agente minimizador de incertezas e riscos para os investidores do mercado (NUNES, 2007, p.80).

Sobreveio, portanto, o Projeto de Lei nº 1.699/1996, de criação da Aneel de autoria do Poder Executivo (BRASIL, 1996), proveniente da Mensagem nº 234, de 21 de março de 1996, do presidente FHC, que encaminhou aos membros do Congresso Nacional tanto o projeto de lei quanto a exposição de motivos de Raimundo Brito, o então Ministro de Estado de Minas e Energia (BRASIL, 1996).

A Aneel foi prevista no projeto de lei como sendo uma “autarquia federal vinculada ao Ministério de Minas e Energia, com sede e foro no Distrito Federal e prazo de duração indeterminado” (art. 1º) (BRASIL, 1996). Conforme o art. 2º do projeto de lei, a Aneel, em articulação com órgãos das administrações estaduais, teria a finalidade de: i) desenvolver a produção de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água; e ii) regular e

fiscalizar as atividades relativas aos serviços e instalações de energia elétrica (BRASIL, 1996).

Ainda, o inciso XVII do art. 3º do projeto de lei, contemplou a descentralização vertical prevista no PDRAE para os nível estadual, das funções executivas da área de infraestrutura, pois, segundo o dispositivo: seria necessário que, através de convênios de cooperação, se credenciassem “órgãos dos Estados e do Distrito Federal para a realização de atividades de fiscalização e controle dos serviços de energia elétrica prestados nos respectivos territórios” (BRASIL, 1996).

Por outro lado, nota-se que a autonomia administrativa desejada por Bresser Pereira foi prejudicada através da previsão do parágrafo único desse mesmo dispositivo, que dispõe: “dos atos e decisões do Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, praticados no exercício das competências definidas nesta Lei, caberá recurso ao Ministro de Estado de Minas e Energia” (BRASIL, 1996).

As receitas da Aneel, então, conforme o art. 6º do projeto de lei, seriam constituídas, dentre outras, de “recursos oriundos da cobrança da taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica”, de que trata o art. 11, cuja previsão era: “será anual e diferenciada em função da modalidade e do porte do serviço concedido, permitido ou autorizado” (BRASIL, 1996).

Destaca-se no projeto de lei também a criação do Conselho de Serviço Público de Energia Elétrica, um órgão colegiado vinculado ao MME. Prevvia-se que a composição desse conselho seria por sete membros efetivos (dentre eles o presidente do conselho); cada membro possuiria igual número de suplentes. A indicação dos membros seria feita pelo Ministro de Estado de Minas e Energia e a nomeação seria de competência do Presidente da República (art. 8º, *caput*) para “mandato de dois anos. admitida a recondução” (parágrafo único do art. 8º). (BRASIL, 1996). A esse conselho, competiria o acompanhamento e a avaliação de como ocorreria o desempenho do serviço de energia elétrica, com sugestões, através de relatórios periódicos, das medidas regulatórias que se fizessem necessárias (art. 9º, *caput* e incisos I a IV), além de ser órgão de consulta do Ministro de Estado de Minas e Energia para a apreciação de recursos interpostos em relação às decisões do Diretor-Geral da Aneel (BRASIL, 1996).

A exposição de motivos do projeto de lei, assinada pelo ministro Raimundo Brito, sublinhou a questão da urgência da adequação da função reguladora estatal, que era um novo papel do Estado, em relação à exploração da energia elétrica (BRITO, 1996, p. 1). Dessa maneira, as ideias de Bresser Pereira foram expostas no documento, pois o texto ressalta que o Estado não deveria atuar como agente quase que exclusivo na prestação de serviços, mas sim, favorecer e controlar a atuação da iniciativa privada e dos consumidores. Assim, o intuito estatal seria garantir a qualidade e a quantidade suficiente dos serviços de energia elétrica em atendimento aos diversos segmentos interessados (BRITO, 1996, p. 1). Logo, a redação também destaca que Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica, diferenciada conforme a modalidade e do porte do serviço, corresponderia à principal fonte de receita da Agência Nacional de Energia Elétrica (BRITO, 1996, p. 2). Desse modo, em suas considerações finais, Raimundo Brito evidenciou:

Considero importante ressaltar que essas novas características ajustam-se ao impulso que o Governo de Vossa Excelência está imprimindo ao setor elétrico brasileiro, além de constituir medida de fundamental importância para garantir o sucesso do Programa Nacional de Desestatização, nessa área específica. O fortalecimento do órgão regulador, ao mesmo tempo em que proporciona segurança para os investimentos, nacionais e externos, considerados imprescindíveis para a expansão do setor elétrico nacional, representará, para os usuários dos serviços, garantia da sua prestação em quantidade, qualidade e com modicidade de tarifas (BRITO, 1996, p. 3).

Conforme a tramitação do PL nº 1.669/96, constatou-se que ele deu entrada na Câmara dos Deputados em 1º de abril de 1996, com a leitura e a publicação da matéria nessa casa e o encaminhamento à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)²⁸. A seguir, o relator designado pela mesa, o deputado José Carlos Aleluia, apresentou pareceres escrito e verbal em substituição à CTASP (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1996).

No parecer verbal, o relator apresentou a ideia de que o projeto de lei seria uma oportunidade inicial para que o Poder Executivo e o Congresso Nacional organizassem o que

²⁸ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Informações de tramitação de proposições. (<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=194838>). Consulta realizada em 03 Fev. 2019.

ele denominou de “Agências de Controle do Serviço Público” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1996). Segundo o relator, a importância do assunto se dava porque a prestação de serviços públicos na área de energia elétrica era praticamente feita somente pelo Estado. Dessa forma, tendo em vista a necessidade de manutenção das privatizações daquela época e a previsão de que viriam novas privatizações, o Estado deveria tomar providências de estruturação institucional para promover a fiscalização da iniciativa privada na prestação de serviços públicos. Por isso, a criação da agência forneceria tarifas mais justas ao consumidor e viabilizaria a atração de capitais estrangeiros, além dos investimentos nacionais. Assim, haveria um desenvolvimento da qualidade dos serviços do setor elétrico. Destacou-se nesse parecer que o moderno Estado regulador deveria seguir as práticas internacionais, que se constituem de agências com independência quanto ao poder decisório e com autonomia administrativa financeira e orçamentária (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1996).

No seu relatório, o deputado deu importância à autonomia financeira nos seguintes termos:

O projeto detalha as atribuições e organização da Aneel, prevê quais serão as receitas que lhe darão autonomia financeira e trata do seu acervo técnico e patrimonial. Institui também a Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica, a ser cobrada anualmente dos concessionários, permissionários e autorizados, agentes esses que atuam no denominado Setor Elétrico Brasileiro (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1996).

Em seu voto, destaca-se a seguinte passagem referente à autonomia a ser concedida à Aneel:

A fase atual, das mais relevantes da reforma, trata da instituição do novo órgão regulador e fiscalizador do Setor Elétrico e é indispensável a sua continuidade. Todas as vozes que se ouvem convergem para exigir um órgão autônomo, administrativamente forte, que saiba conduzir o detalhamento da reforma de um setor dos mais complexos da economia, até porque funde os requisitos de atividade econômica lucrativa com serviço público destinado também a atender aos segmentos menos favorecidos da população (...). A autonomia administrativa e financeira que

dará à Aneel condições de mudar as feições do Setor Elétrico, não será alcançada sem forte independência em relação ao próprio Poder Executivo, também e principalmente em relação aos agentes econômicos que fazem o Setor, isto é, empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas, em relação aos interesses dos mega consumidores de energia elétrica e, finalmente, em relação aos interesses corporativos que já começam a entender que a nova ordem mundial está assentada sobre a competição. O projeto de lei do Poder Executivo é tímido na formulação dessa independência. Essa constatação não lhe tira o mérito, pois, politicamente, o executivo propôs o que podia propor. Para ir mais longe, para ousar, precisa do apoio desta Casa. Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei, na forma do substitutivo (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1996).

É interessante notar também que, no projeto de lei substitutivo, consta no art. 4º a composição da diretoria da instituição: “A Aneel será dirigida por um Diretor Geral e quatro Diretores, em regime de colegiado, cujas funções serão estabelecidas no ato administrativo que aprovar o Estatuto da Autarquia e sua estrutura organizacional” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1996). Em relação à participação popular, o § 3º desse mesmo dispositivo dispõe que processo decisório de referente à alteração de direitos e obrigações da iniciativa privada ou dos consumidores necessariamente deve ser objeto de audiência pública a ser convocada pela Aneel (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1996). A nomeação do Diretor Geral e dos demais diretores seria feita pelo Presidente da República para o cumprimento de mandatos não coincidentes de 4 anos (art.5º), observando-se que em relação à primeira gestão da autarquia, e para se houvesse a transição para um sistema de mandatos não coincidentes, o Diretor-Geral teria mandado de 5 anos e dois diretores seriam indicados pelo MME com mandato de três anos (art. 33). Somando-se a isso, os membros da diretoria seriam nomeados com prévia aprovação do Senado Federal. Nesses pontos do substitutivo, não ocorreram alterações substanciais em relação ao projeto de lei original, do Poder Executivo (NUNES et al., 2007, p. 108).

Porém, ocorreram algumas diferenciações do substitutivo em relação ao projeto de lei inicial do executivo, como a previsão, no projeto de lei substitutivo, do impedimento da nomeação para diretor da agência de pessoas com vínculo mantidos em qualquer empresa concessionária permissionária autorizada sobre regulamentação ou fiscalização da autarquia (art. 5º) (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1996). Com efeito, outra particularização foi a de que a exoneração imotivada do dirigente somente seria realizada durante os quatro meses

iniciais do seu primeiro mandato. (art. 8º) (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1996). Entretanto, em qualquer época o dirigente poderia ser exonerado motivadamente se praticasse ato de improbidade administrativa ou descumprisse o contrato de gestão; tal descumprimento seria verificado pelo tribunal de contas da União (parágrafo único do art. 8º) (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1996). Outra distinção do projeto substitutivo foi a previsão de que após o dirigente deixar o cargo, ele continuaria vinculado à autarquia nos 12 meses posteriores ao exercício do cargo. Nesse período, ele estaria impedido de prestar direta ou indiretamente serviços as empresas que estariam sobre regulamentação ou fiscalização da agência (art. 9º) (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1996). Além disso, ocorreu a exclusão do Conselho do Serviço Público de Energia Elétrica da estrutura organizacional da Aneel (NUNES et al., 2007, p. 110).

No projeto de lei substitutivo, o § 1º do art. 7º relaciona o contrato de gestão à autonomia na seguinte forma:

Art. 7º. Os termos da gestão da autarquia serão objeto de "contrato de gestão", negociado e celebrado entre a Diretoria e o Poder Executivo, no prazo máximo de 90 dias após a nomeação do Diretor Geral, devendo uma cópia do instrumento ser encaminhado para registro no Tribunal de Contas da União, onde servirá de peça de referência em auditoria operacional. § 1º. O contrato de gestão obriga as partes e é essencial à autonomia administrativa e financeira da autarquia, constituindo-se também em elemento integrante da prestação de contas do Ministério das Minas e Energia e da Aneel, a que se refere o art.9º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, sendo sua inexistência considerada "falta de natureza formal" de que trata o inciso II, do art. 16, do mesmo dispositivo legal (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1996).

Porém, o contrato de gestão aparentemente se tratava de uma imposição do Poder Executivo²⁹. Esse poder intencionava o estreitamento de relações entre a Aneel e o MME, de forma que a agência deveria prestar contas ao ministério, sob auditoria do Tribunal de Contas da União e, além disso, cumprir metas preestabelecidas. Assim, o deputado Aleluia, acreditando que o contrato de gestão poderia enfraquecer a autonomia da agência,

²⁹ Apesar do contrato de gestão ter sido aprovado no texto final oriundo dos trabalhos, um deputado da base governista concedeu entrevista nesse sentido: “no todo, o projeto da Aneel, por imposição do Executivo, tinha uma previsão que se mostrou ineficaz e terminou sendo removida, que era o chamado ‘contrato de gestão’. Eu acho que a experiência da Aneel foi uma experiência muito positiva, e as alterações que foram feitas posteriormente, muitas delas foram no sentido de enfraquecimento da agência, a própria quarentena foi criada e depois enfraquecida. Portanto, eu considero a Aneel uma experiência bem-sucedida nas alterações da cultura da República brasileira” (NUNES et al., 2007, p. 109). Assim, adiante será visto que na lei de criação da Aneel o contrato de gestão e a quarentena foram mantidos na lei de criação da Aneel.

empreendeu esforços para retirar do texto da proposição a previsão da possibilidade de sua celebração (NUNES et al., 2007, p. 108-109).

Assim, após amplos debates e votações na Câmara dos Deputados, a mesa diretora da casa transformou o projeto de lei na Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que instituiu a Aneel³⁰. Ressalta-se que apesar de muitas opiniões divergentes terem sido feitas em outros pareceres de parlamentares (PACHECO, 2006, p. 528), a proposta final consistia preponderantemente no que foi apresentado no início das discussões através do projeto de lei substitutivo do deputado Aleluia relatado acima (NUNES et al., 2007, p. 126).

Então, a Aneel foi a primeira agência reguladora a ser prevista em um projeto de lei que lhe garantiu autonomia administrativa, através, por exemplo, da forma de nomeação de seus dirigentes, e autonomia financeira pela instituição da Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica. Além disso, de acordo com a lei de criação da entidade, o controle social estava presente através da participação popular em audiências públicas que tratassem de alteração de direitos referentes ao setor regulado ou dos consumidores.

De acordo com Farias (2002, p. 96), a posição inovadora foi assumida pelo Congresso Nacional, pois acrescentou ao projeto características não refletidas pelo Poder Executivo em relação à necessidade de se intensificar a autonomia. Conforme salientado acima, tais características consistiam, dentre outras: no impedimento da nomeação para diretor da agência de pessoas com vínculo com agentes regulados; no estabelecimento de prazo de exoneração imotivada de dirigente; na criação de critérios de exoneração motivada do dirigente; e na previsão da quarentena (vínculo temporário do ex-diretor com a autarquia).

Tendo isto presente e, para que esta análise seja limitada ao que foi rigorosamente estabelecido, passa-se, no próximo tópico ao estudo da autonomia e do controle na lei de criação da Aneel, que, juntamente com as demais agências reguladoras da área de infraestrutura do governo FHC, constitui o modelo que foi refletido no processo de criação das agências reguladoras estaduais. Além disso, será dado enfoque às considerações de que a gênese da Aneel não foi pautada em qualquer norma anterior.

³⁰ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Informações de tramitação de proposições. (<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=194838>). Consulta realizada em 03 Fev. 2019.

1.2.3 Características legais de autonomia e controle da Aneel e considerações sobre sua gênese

Assim, nesse tópico, será feito um breve estudo das características legais que foram estabelecidas de forma definitiva para a Aneel, para que se extraia uma contribuição, baseada nas discussões anteriores, a ser levada em conta no quadro que será formado adiante sobre as dimensões de autonomia e controle das agências reguladoras. Conforme afirmado na introdução, tal quadro será utilizado para operacionalizar os indicadores dos conceitos de autonomia e controle. Da operacionalização, pretende-se descrever as dimensões de autonomia e controle das agências reguladoras estaduais.

Conforme sua lei de criação, Lei nº 9.427/1996³¹ (BRASIL, 1996), a Aneel é uma instituição caracterizada, como autarquia sob regime especial, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, que possui como finalidade a regulação e a fiscalização da produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica (arts. 1º e 2º). Agência é dirigida por um diretor-geral e quatro diretores que atuam em regime de colegiado. Dentre esses quatro diretores atua um diretor ouvidor (art. 4º, caput e § 1º). A nomeação do diretor-geral e dos outros diretores é feita pelo Presidente da República e depende de prévia aprovação do senado federal; período de mandato é de quatro anos, sendo que os mandatos não são coincidentes (art. 5º). Para exercer o cargo de direção da Aneel, o diretor não pode manter vínculo com os agentes regulados³² (art. 6º). Acrescente-se a isso que o ex-dirigente continua vinculado à autarquia nos 12 meses posteriores ao exercício do cargo, período esse em que é impedido de prestar serviços às empresas reguladas (art. 9º).

³¹ A lei de criação da Aneel disciplina as suas atribuições, as receitas, a descentralização das atividades e outros aspectos sobre seu funcionamento. As especificidades relativas à lei de criação são disciplinadas pelo Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997 e pelo Regimento Interno, aprovado pela Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997.

³² Conforme o art. 6º, caput e parágrafo único da Lei nº 9.427/1996: “art. 6º Está impedida de exercer cargo de direção na Aneel a pessoa que mantiver os seguintes vínculos com qualquer empresa concessionária, permissionária, autorizada, produtor independente, autoprodutor ou prestador de serviço contratado dessas empresas sob regulamentação ou fiscalização da autarquia: I - acionista ou sócio com participação individual direta superior a três décimos por cento no capital social ou superior a dois por cento no capital social de empresa controladora; II - membro do conselho de administração, fiscal ou de diretoria executiva; III - empregado, mesmo com o contrato de trabalho suspenso, inclusive das empresas controladoras ou das fundações de previdência de que sejam patrocinadoras. Parágrafo único. Também está impedido de exercer cargo de direção da Aneel membro do conselho ou diretoria de associação regional ou nacional, representativa de interesses dos agentes mencionados no *caput*, de categoria profissional de empregados desses agentes, bem como de conjunto ou classe de consumidores de energia.

É de competência da autarquia a convocação de audiência pública quando seu processo decisório afetar direitos de agentes econômicos que atuam no setor elétrico, ou de consumidores (art.4º, e § 3º). Além disso, o contrato de gestão é utilizado na administração da Aneel, esse instrumento é celebrado entre a diretoria da agência e o Poder Executivo, com cópia encaminhada para o Tribunal de Contas para que essa instituição tenha referência quando for realizar auditoria operacional (art. 7º). Através da Lei nº 9.986/2000, que trata da gestão de recursos humanos das agências reguladoras, foi revogado o parágrafo único do artigo 8º que previa que o descumprimento injustificado do contrato de gestão seria um dos motivos para a exoneração do dirigente³³. A revogação foi feita porque o texto anterior reduzia demasiadamente a autonomia da agência (NUNES et al., 2007, p. 133). Assim, o art. 9º da Lei nº 9.986/2000 prevê que “os Conselheiros e os Diretores somente perderão o mandato em caso de renúncia, de condenação judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar”.

Os recursos provenientes da taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica (art. 12) asseguram a autonomia financeira da agência. Além disso, a Lei nº 9.427/96 dispõe que a “execução das atividades complementares de regulação, controle e fiscalização dos serviços e instalações de energia elétrica poderá ser descentralizada pela União para os Estados e para o Distrito Federal visando à gestão associada de serviços públicos, mediante convênio de cooperação”³⁴ (art. 20). Conforme Nunes et al. (2007, p. 129), na prática ocorre de fato essa descentralização, pois os Estados e o Distrito Federal podem criar uma agência reguladora mediante convênio com suporte financeiro da Aneel para a manutenção dessa entidade. Para tanto, através de um contrato de metas, é reservada uma parte da taxa de fiscalização arrecadada na unidade federativa, sendo esta parte transferida a ela conta de sua contraprestação pelos serviços delegados (art. 22).

Na literatura sobre o processo de constituição da Aneel, o debate anterior ao Projeto de Lei nº 1.669/96 é pouco relatado. Segundo Nunes et al. (2007, p. 131), esse fato é notado não pela inexistência de fontes, mas pela dificuldade de encontrá-las. No estudo sobre o plano de governo de FHC, foi possível identificar que o setor de energia elétrica não é propriamente um monopólio estatal, dessa forma, não existiu uma emenda constitucional para quebra do

³³ O dispositivo foi revogado pela Lei nº 9.986/2000 e era assim redigido: “Parágrafo único. Constituem motivos para a exoneração de dirigente da Aneel, em qualquer época, a prática de ato de improbidade administrativa, a condenação penal transitada em julgado e o descumprimento injustificado do contrato de gestão”.

³⁴ Segundo Melo (2002, p. 262), “a Aneel é a única Agência na qual as atividades de descentralização são previstas e detalhadas na legislação e no regimento interno”.

monopólio e abertura do setor, assim como ocorreu nos setores de petróleo e gás natural e de telecomunicações.

Percebe-se que as discussões do PDRAE quanto à descentralização vertical do setor elétrico do nível federal para o nível estadual foram concretizadas na lei de criação da agência. Além disso, a autonomia financeira foi garantida pela instituição da taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica. A autonomia da gestão debatida no PDRAE também foi contemplada na lei de criação da Aneel, tendo em vista que a forma nomeação dos dirigentes e a permanência deles no cargo lhes garantem autonomia decisória. Adicionalmente a isso, o controle social é contemplado pela convocação de audiências públicas pela entidade.

Diante dessas previsões legais e das referidas no projeto de lei de criação da Aneel, percebe-se que a instituição da agência não se baseou em norma anterior, sendo pioneira. Dessa forma, é frequente na literatura a consideração de que se trata de uma autarquia especial que é menos avançada perante as outras precursoras do modelo de agências existente atualmente (NUNES et al., 2007, p. 132). De fato, até a constituição da Aneel, não se tem um modelo preciso da autonomia e do controle para as agências de infraestrutura, mas isso não significa que se deve dar pouca importância aos debates referentes ao projeto de lei de criação da agência e à sua configuração legal. Portanto, no próximo tópico, será estudado o setor de telecomunicações para que se possa dar suporte à linha de raciocínio inicial, de construção de um quadro com as dimensões de autonomia e controle, por tipos, e com seus respectivos indicadores, para ser utilizado na parte empírica, das agências reguladoras estaduais.

1.2.4. Autonomia e controle no setor de telecomunicações

Em sua maioria, as discussões para a criação de agências reguladoras se deram, conforme o exemplo da Aneel visto acima, fora do âmbito do Poder Executivo. O setor de Telecomunicações corresponde a uma exceção³⁵ porque foi moldado através de contribuições

³⁵ De forma alguma a exceção aqui relatada traz prejuízo ao objetivo do trabalho de tornar operativos os conceitos de autonomia e controle das agências federais no contexto das agências estaduais. A palavra exceção tem o sentido positivo porque o processo de constituição da ANATEL foi diferenciado pela maior qualidade do resultado de sua legislação em relação à primeira agência reguladora criada, a ANEEL.

do então ministro das comunicações Sérgio Motta³⁶ que, juntamente com seus assessores, empreendeu pesquisas sobre a regulação em âmbito internacional que influenciaram a regulação setorial das telecomunicações (SIQUEIRA, 2002). Isso demonstra que a estruturação do processo histórico de autonomia e controle na área de telecomunicações contemplou maiores pesquisas em relação ao anterior.

Dessa forma, mesmo inicialmente não estando ainda claramente definido como se constituiria a agência, ao longo do processo, o arcabouço legal foi se formando (NUNES, 2005, p. 100). Assim, o início da redefinição da regulamentação no setor de telecomunicações ocorreu através da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 03, de 16 de fevereiro de 1995 (BRASIL, 1995), destinada a alterar o inciso XI do art. 21 da Constituição Federal. Essa PEC foi submetida à deliberação do Congresso Nacional por meio da Mensagem Presidencial nº 191/1995.

A exposição de motivos que se seguiu à PEC 03/95 foi a de nº 38, de 16 de fevereiro de 1995, assinada por Reinhold Stephanes, Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, Luís Carlos Bresser Pereira, Ministro de Estado da Administração Federal e Reforma do Estado, Sérgio Roberto Vieira da Motta, Ministro de Estado das Comunicações, Nelson A. Jobim, Ministro de Estado da Justiça, Pedro Malan, Ministro de Estado da Fazenda e José Serra, Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento. O texto do documento assinado pelos ministros traz a ideia de que as telecomunicações e o desenvolvimento social são conceitos inseparáveis no Brasil. Assim, segundo os ministros: seria necessário que, para que houvesse democracia o cidadão teria que ter o seu direito à comunicação começando por um simples aparelho telefônico para dar conta de suas prioridades, como pedir ajuda médica ou contratar serviços de sua região; também seria necessário que o Brasil tivesse um modelo eficiente e moderno de telecomunicações, constituído por satélites, fibras óticas e todos os outros instrumentos tecnológicos necessários. Para tanto, o texto do documento afirma que o Brasil passou, na década anterior àquela, por um declínio do financiamento público para o setor. Para os ministros, Estado sozinho não teria capacidade de financiamento para novas tecnologias que demandavam serviços, impondo-se assim abertura do mercado para iniciativa privada, que só poderia ser feita com a alteração do inciso XI do artigo 21 da Constituição Federal, para a eliminação do controle estatal na exploração dos serviços de telefone,

³⁶ Segundo Nunes et al. (2007, p. 194), Sérgio Motta é “conhecido como um ‘trator político’, Motta acompanhou e dirigiu todo o trabalho de flexibilização do monopólio das telecomunicações em 1995, assim como os estudos para a elaboração do projeto de lei geral das telecomunicações entre 1995 e 1996”.

telegráficos e de comunicações de dados e demais serviços de telecomunicações. Seria feita, portanto, a flexibilização da restrição imposta à União, de exploradora exclusiva dos serviços públicos de telecomunicações através de empresas que o Estado tinha o controle acionário. A proposta então estimularia o aumento dos investimentos no setor de telecomunicações, fator este importante para a competitividade da economia³⁷.

Segundo Nunes et al. (2007, p. 143), O fato de não existir nenhuma referência explícita ao órgão regulador na exposição de motivos da PEC 03/95 aparentou demonstrar que, na elaboração da proposta, ainda não se tinha uma ideia sobre como seria a estrutura um órgão regulador para o setor de telecomunicações. Dessa forma, a estruturação da agência reguladora foi sendo construída aos poucos, através dos estudos dos modelos internacionais de órgãos reguladores feitos sob o comando do ministro Sérgio Motta e sua equipe (NUNES, 2007, p. 143).

Nos debates subsequentes à apresentação da PEC³⁸, na Câmara dos Deputados, foi criado a Comissão Especial (Cesp), formada por de trinta membros, para, no prazo de quarenta sessões, proferir parecer em relação à PEC. As discussões permaneceram em torno do efeito econômico e social da flexibilização do setor e, ao final discutiu-se a criação de um órgão regulador. Assim, em 25 de maio de 1995, a nova redação à PEC oferecida pelo relator foi aprovada por unanimidade na Cesp e, posteriormente, aprovada no Plenário da Câmara dos Deputados, para a criação, por lei, de um órgão regulador³⁹. O texto final foi convertido na Emenda Constitucional nº 8, de 15 de agosto de 1995 (BRASIL, 1995), dispôs, no inciso XI do art. 21 da Constituição Federal, que é de competência da União: “explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais”.

Com efeito, os aspectos da autonomia e do controle da agência foram evidenciados de forma mais específicas nas discussões referentes ao projeto de lei de flexibilização do monopólio estatal do setor de telecomunicações, que foi proposto em atendimento à EC nº 8/1995. Isso porque, nas pesquisas desenvolvidas neste trabalho foi verificado que, para fornecer embasamento da discussão do projeto de lei, o Ministério das Comunicações

³⁷ Diário do Congresso Nacional, 15 de março de 1995, p. 3242-3243.

³⁸ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Informações de tramitação de proposições. (<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=24955>). Consulta realizada em 10 Fev. 2019.

³⁹ Ibid.

produziu diagnóstico que abordava, entre outros tópicos, os propósitos e argumentos para a reforma do setor das telecomunicações.

Assim, segundo Prata, Beirão e Tomioka (1999, p. 333), foi produzido pela secretaria executiva do ministério um documento denominado “As Telecomunicações e o Futuro do Brasil - Flexibilização do Modelo Atual”, com o objetivo de conceder contribuições às discussões da época, que já estavam sendo realizadas no Congresso Nacional em outros projetos de lei. Na realidade, o texto do documento se transformou na Exposição de Motivos nº 231, do Ministro das Comunicações, Sérgio Motta, cujo título é “Documento de Encaminhamento da Lei Geral de Telecomunicações, comentando-a” (MINISTÉRIO DAS TELECOMUNICAÇÕES, 1996). A terceira parte do documento, que aborda o conteúdo do projeto de lei, faz referência à autonomia na redefinição do arcabouço regulatório, com a criação do órgão regulador, da seguinte forma:

O órgão regulador difere de outros organismos governamentais porque, em vez de simplesmente prestar um serviço ao público, tem de tomar decisões que pressupõem o exercício de poder discricionário. Para que ele seja eficiente e eficaz, portanto, é necessário que disponha de competência técnica; além disso, é fundamental que: (...) b) desfrute de autonomia, isto é, não seja passível de influências de outros órgãos do governo ou de grupos de interesse. A autonomia, associada à competência técnica que pode resultar da liberdade gerencial, tende a levar a decisões consistentes e justas, o que significa desempenho satisfatório. A autonomia é fortalecida através da disponibilidade de fontes próprias de recursos financeiros, como taxas arrecadadas dos operadores ou dos usuários; c) seja obrigado a prestar contas. O órgão regulador deve estar totalmente comprometido com objetivos pré-determinados e prestar contas de suas ações, tanto qualitativamente como sob o ponto de vista financeiro. Assim, ele será, na prática, um órgão auxiliar do Governo, desde que haja o estabelecimento *a priori* de objetivos, seguido de controles *a posteriori* para comprovação do cumprimento dos objetivos a ele atribuídos; d) disponha de regras e controles internos para limitar o poder das pessoas individualmente, de maneira a dificultar o comportamento oportunista e inibir ações indesejáveis por parte de operadoras e grupos de interesse. Exemplos dessas regras e controles são: decisão colegiada; processo de decisão variável em função do impacto da decisão (maior o impacto, maior o envolvimento colegiado na decisão); utilização de grupos consultivos; adoção do mecanismo de submeter a consulta pública os assuntos de maior relevância, antes da tomada de decisão; e período de carência entre a tomada

de uma decisão e sua entrada em vigor, dando oportunidade às várias partes afetadas de se manifestar (MINISTÉRIO DAS TELECOMUNICAÇÕES, 1996, p. 17-18).

Com essa exposição de motivos, portanto, se deu início a um importante debate formal, tanto relacionado à autonomia, quanto ao controle das agências reguladoras nacionais. É possível distinguir no trecho acima os tipos de autonomia que começaram a ser construídos. São eles: i) autonomia política (já vista acima, nas discussões relativas à constituição da Aneel), referente à não interferência do poder político nas decisões da agência; ii) autonomia relativa à não intercessão de grupos de pressão; iii) autonomia técnica, com o objetivo de constituir decisões mais justas; iv) autonomia financeira, adquirida principalmente através da taxa de fiscalização, que é uma das formas de receita.

Assim, o documento também remonta aos debates da agência reguladora anterior, referentes ao controle *à priori* dos processos e *à posteriori* dos resultados, porém, a temática aqui aparece de forma não tão conceitual, mas sim, vinculada à prestação de contas do órgão, tanto do ponto de vista da qualidade de suas ações, quando sob a ótica financeira. É necessário ressaltar, porém, que quando o texto se refere ao controle interno, ao que parece, ele trata tanto de mecanismos institucionais voltados para atingir a autonomia administrativa da agência (decisão colegiada e grupos consultivos internos), quanto da viabilização de um controle externo, que é exercido pela sociedade (submissão de assuntos à consulta pública e limitação temporal para a decisão entrar em vigor, oportunizando o debate das partes atingidas pela decisão regulatória). Cabe ressaltar aqui que essa discussão do trecho destacado acima é muito semelhante àquela dos debates que já haviam sido feitos no ano de 1995, no momento de constituição da primeira agência reguladora, a Aneel.

No decorrer da leitura da exposição de motivos é possível perceber outras referências à autonomia. Nesse ponto, cabe sublinhar que o termo “independência” passou a ganhar força como sinônimo da “autonomia” no seguinte trecho:

Entretanto, a possibilidade de que uma interpretação conservadora da Constituição - no sentido de que o fato de ela expressamente se referir ao órgão regulador das telecomunicações não conferiria a esse organismo, necessariamente, tal condição de autonomia - poderia significar algum risco à implementação da reforma, fez com que se procurasse, neste momento, uma proposta mais cautelosa. Essa cautela,

todavia, não significa que o órgão regulador não deva apresentar características especiais de independência que assegurem estabilidade à sua atuação - ou seja, normalidade regulatória -, de forma a transmitir ao mercado a credibilidade necessária à atração de investimentos privados para o setor. Tais características relacionam-se, basicamente, à independência decisória (isto é, cabe ao órgão regulador a decisão administrativa final sobre os assuntos de sua competência, e seus dirigentes têm mandato fixo), à autonomia de gestão (essencialmente no tocante aos procedimentos de licitação para compras e para as outorgas, e quanto à administração de recursos humanos) e à autonomia orçamentária e financeira. Esse acentuado grau de independência do órgão regulador justifica-se em razão das graves responsabilidades que se lhe atribuem (...). Como expressão maior de sua independência, caberá à Agência arrecadar e aplicar suas receitas, bem como decidir em último grau sobre as matérias de sua alçada. (MINISTÉRIO DAS TELECOMUNICAÇÕES, 1996, p. 35-36).

Em relação à autonomia política e à autonomia em relação aos grupos de pressão, o documento trata especificamente do conselho diretivo, salientando que as suas funções devem ser exercidas sem interferência de amarras externas e governamentais, nesse último caso, a ressalva é em relação às competências reservadas ao governo. Portanto, o documento aponta que: “buscando assegurar essa independência, os Conselheiros serão brasileiros de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de sua especialidade, devendo ser escolhidos pelo Presidente da República e submetidos à aprovação do Senado Federal (art. 21)” (MINISTÉRIO DAS TELECOMUNICAÇÕES, 1996, p. 40).

Ao tratar da concretização da independência, a exposição de motivos ainda aborda a questão dela repousar na autonomia técnica (que nas discussões iniciais do governo FHC também tem o nome de autonomia gerencial) dos conselheiros referente à proibição de exercício de atividade profissional, empresarial, de representação sindical ou político-partidária, de direção, bem como aquelas relativas a interesses de empresas reguladas, conforme o art. 26 do projeto de lei (MINISTÉRIO DAS TELECOMUNICAÇÕES, 1996, p. 40). Ainda no tocante a esse tipo de autonomia, o documento relata a questão da quarentena, já abordada acima, pondo novamente em foco o ex-conselheiro. Assim, invoca o art. 9º da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa)⁴⁰ e afirma que o ex-conselheiro deve ser

⁴⁰ Dispõe o art. 9º: “Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei” (BRASIL, 1992). Por sua vez, o art. 1º dessa mesma lei

proibido, “até um ano após deixar seu posto, de representar qualquer pessoa ou interesse perante o órgão regulador, ou usar, em favor de qualquer empresa ou entidade, informações privilegiadas obtidas em decorrência de suas antigas funções” (MINISTÉRIO DAS TELECOMUNICAÇÕES, 1996, p. 41).

A exposição de motivos ainda aborda a questão do controle social por meio de consulta pública à sociedade, que, segundo o documento, deverá auxiliar o poder infralegal da agência sobre o setor de telecomunicações. Além disso, é mencionado no texto do documento, conforme o art. 40 do projeto de lei, que tal mecanismo de consulta pública deve ser formalizado através da publicação no Diário Oficial da União, com críticas e sugestões a serem examinadas e dispostas para o público na biblioteca” (MINISTÉRIO DAS TELECOMUNICAÇÕES, 1996, p. 43).

Nessa linha, o documento alude ao controle externo da agência, para que lhe seja concedida legitimidade, legalidade e economicidade, através de um ouvidor a ser nomeado pelo Presidente da República para construir relatórios críticos sobre a atuação da agência. Conforme a explanação do documento, esse ouvidor assumirá a função de “*ombudsman* a encaminhar suas críticas ao Conselho Diretor, ao Conselho Consultivo, ao Poder Executivo e ao Congresso Nacional, fazendo-as publicar para conhecimento geral” e seu mandato corresponde a dois anos, admitida uma recondução (MINISTÉRIO DAS TELECOMUNICAÇÕES, 1996, p. 43).

Mencionando a autonomia financeira, a exposição de motivos é firme em propor a necessidade de especificação das receitas da agência, dentre elas, a taxa de fiscalização:

Como mencionado anteriormente, é essencial, para garantia da efetiva independência do órgão regulador, que ele tenha autonomia financeira. Esse tema já foi abordado no art. 16 do Projeto, que confere à Agência poderes para arrecadar e aplicar suas receitas, e no art. 14, que transfere à Agência as obrigações e direitos do Ministério das Comunicações correspondentes às competências a ela atribuídas pela nova lei. Isso, entretanto, não é suficiente. É necessário ir além, definindo especificamente as fontes das receitas, de maneira que elas possam efetivamente

prevê: “Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma desta lei” (BRASIL, 1992).

gerar recursos em montante suficiente para custear as atividades da Agência, tanto as suas despesas correntes como seus investimentos patrimoniais. Tratando-se o setor de telecomunicações de um dos segmentos mais dinâmicos da economia, nada mais natural que se busque, nele mesmo, essas fontes dos recursos a serem usados em sua regulação. Considerando os benefícios econômicos que os agentes privados extrairão das concessões, permissões e autorizações que obtiverem para os serviços de telecomunicações, é perfeitamente válido definir que essas outorgas se deem a título oneroso, de maneira a se estabelecer um vínculo direto entre tais benefícios e o custeio das atividades regulatórias. Considerando, adicionalmente, que o poder de outorgar é da União, é decorrência natural desse raciocínio que os ônus impostos às outorgas resultem em receitas para a União, e que, tendo esta, através da Lei ora proposta, incumbido a Agência de exercer as atividades específicas de regulação do setor - em cumprimento ao mandamento constitucional - , por meio desse mesmo instrumento atribua à Agência essas receitas. O art. 43 do Projeto, portanto, autoriza a União a cobrar pela concessão, permissão ou autorização para a exploração de serviços de telecomunicações e para o uso de radiofrequências - seguindo o preceito previsto pelo art. 26, inciso III, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e repetindo disposição contida no art. 14 da Lei nº 9.295, de 19 de julho de 1996 -, determinando que o produto dessa arrecadação constitua receita da Agência. Em adição, e uma vez que à Agência caberá também a atividade fiscalizadora da prestação dos serviços, o Projeto estabelece, em seu art. 44, que constituirá receita da Agência também o produto da arrecadação das taxas de fiscalização (MINISTÉRIO DAS TELECOMUNICAÇÕES, 1996, p. 43).

Pois bem, no dia seguinte ao encaminhamento da exposição de motivos do Ministério das Comunicações ao Presidente da República, o Poder Executivo propôs o Projeto de Lei nº 2.648/1996, que “dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de órgão regulador e outros aspectos institucionais” (BRASIL, 1996). Em 21 de janeiro de 1997, através do deferimento da mesa diretora da Câmara dos Deputados ao requerimento do deputado Paulo Paim⁴¹, esse PL foi apensado ao Projeto de Lei nº 821/95, que “regulamenta a emenda constitucional nº 08, de 15 de agosto de 1995, e institui a política de exploração dos serviços públicos de telecomunicações” (BRASIL, 1995). Em 28 de fevereiro de 1997, na Comissão Especial destinada a apreciar e dar parecer sobre os dois

⁴¹ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Informações de tramitação de proposições. (<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=205443>). Consulta realizada em 10 Mar. 2019.

projetos de lei citados acima, foi nomeado o relator, Deputado Alberto Goldman⁴². Daí então, conforme Nunes (2007, p. 172):

“Durante aproximadamente três meses foram debatidas as propostas de reestruturação das telecomunicações no Brasil, tendo ocorrido vinte reuniões com os membros dessa Comissão. Dessas reuniões, oito ocorreram como audiências públicas, com o objetivo de que fossem ouvidos os representantes dos diferentes segmentos sociais interessados na reestruturação do setor de telecomunicações”.

Dessa forma, na audiência pública que aconteceu no dia 20 de março de 1997, na Comissão Especial das Telecomunicações, merece destaque as participações dos consultores jurídicos Carlos Ari Sundfeld e Sávio Pinheiro, que deram relevo para o tema do grau de autonomia da agência de telecomunicações (NUNES et al., 2007, p. 176). Nessa linha, os consultores debateram sobre a questão da independência do órgão fazendo referência à necessidade de que a lei previsse que, por exemplo, a edição de regras fosse condicionada à realização de consultas públicas (NUNES et al., 2007, p. 176). Segundo Nunes et al. (2007, p. 178), ainda na mesma audiência pública, ao tratar da independência do órgão, o Deputado Walter Pinheiro demonstrou preocupação em relação à captura das agências reguladoras pelos agentes do mercado:

Quanto à independência do órgão regulador em relação ao Estado, ao controle do Executivo, deve-se também pensar na outra ponta, na demasiada flexibilidade do órgão regulador e no estabelecimento de regras reguladoras. Se isto não acontecer, grandes grupos de interesse passarão a deter o controle do órgão regulador, ficando inviável para este, na medida em que há uma generalização completamente frouxa – vamos dizer assim – para controlar grandes grupos. Portanto, uma empresa de grande porte ou uma poderosa empresa passaria a ser um concorrente do órgão regulador; ditando as regras a partir até mesmo de sua capacidade de competir no mercado (NUNES et al. 2007, p. 178-179).

⁴² CÂMARA DOS DEPUTADOS. Informações de tramitação de proposições. (<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=182956>). Consulta realizada em 10 Mar. 2019.

Em oposição à argumentação acima e em defesa do projeto de lei do Poder Executivo, Carlos Ari Sundfeld inseriu na discussão a ideia de que a solução para o problema da captura da agência reguladora seria a implementação de consultas públicas, com participação da sociedade, para que as decisões da agência reguladora fossem tomadas com base no interesse público (NUNES, 2007, p. 179). Assim, em sua exposição, o consultor jurídico argumentou:

O que o projeto de lei contém para tentar evitar este risco, que é um dos grandes problemas? De um lado, conseguir a independência em relação ao Executivo tem suas vantagens, importâncias, de todos conhecidas; de outro lado, isso coloca o órgão regulador em uma posição de independência que pode fazer com que ele venha se tornar dependente do poder econômico e não do Poder Executivo. A solução que se procura dar a isso no anteprojeto é, em primeiro lugar, uma lei que fixa pautas para funcionamento do órgão regulador, normas de organização do serviço que devam condicioná-lo. Portanto, um condicionamento jurídico. Em segundo lugar, algumas regras de funcionamento do órgão regulador para democratizar o seu funcionamento (...) os atos normativos têm de ser todos publicados para consulta pública antes de sua edição, o que supõe a possibilidade de realização por toda a sociedade das pressões, para que o órgão regulador tome decisões bem inspiradas pelo interesse público. Pressões inclusive do próprio Congresso Nacional, que está atento evidentemente, a todo o tempo, para o que a Administração Pública faz” (NUNES et al. 2007, p. 179).

Na mesma audiência pública das falas relatadas acima, o secretário executivo do Ministério das Comunicações, Renato Guerreiro argumentou a favor da autonomia administrativa e financeira. Segundo ele, a diretoria colegiada da agência reguladora precisaria ser a última instância de decisão no âmbito administrativo, cabendo após sua decisão, apenas recurso ao Poder Judiciário. Em relação à independência orçamentária, o secretário propôs que, para seu próprio custeio, a agência tivesse seu orçamento aprovado pelo Congresso Nacional. Isso daria ao órgão a possibilidade de realizar suas atividades sem se submeter a contingenciamentos do governo (NUNES et al., 2007, p. 183).

Ao fim das audiências públicas, foi apresentado um substitutivo do deputado Alberto Goldman que se baseou no Projeto de Lei nº 2.648/1996 e utilizou as discussões realizadas

nas reuniões da Cesp (NUNES et al., 2007, p. 187). Daí, em 16 de julho de 1997, o PL 821/95 foi transformado na Lei nº 9.472/1997, denominada Lei Geral de Telecomunicações (LGT), que dispôs sobre a organização dos serviços de telecomunicações e sobre a criação e funcionamento da Anatel⁴³ (BRASIL, 1997).

A seguir, serão vistos os aspectos legais que foram debatidos neste tópico e que definem hoje os aspectos institucionais do setor de telecomunicações. Isso porque, conforme foi feito com a agência anterior, tal análise é necessária para que se possa entender quais são as dimensões de autonomia e controle das agências reguladoras de infraestrutura do governo FHC. Essas agências são referência no modelo estabelecido para as outras agências federais, estaduais e municipais. Portanto, visto que quase todas as agências reguladoras estaduais atuam em setores de infraestrutura, este trabalho pretende operacionalizar os conceitos de autonomia e controle dessas agências federais de infraestrutura do governo FHC para descrever e classificar empiricamente as agências reguladoras estaduais em relação às dimensões de autonomia e controle.

1.2.5 Regras de autonomia e controle na regulação do setor de telecomunicações

Primeiramente, é necessário esclarecer que a literatura considera o setor de telecomunicações e o de petróleo e gás natural como os dois mais avançados na área de infraestrutura que fizeram parte da reforma do Estado do governo FHC. Para MOURA (2002, p. 81), isso se deu porque seus respectivos arcabouços regulatórios foram estabelecidos em um ambiente político com menores influências partidárias. Portanto, sem perder de vista a importância do debate político estabelecido no início do governo FHC, a presente seção e a seção anterior, que trata do setor de telecomunicações, e as próximas seções, que abordarão o setor de petróleo e gás natural, demonstram ser conceitualmente mais relevantes para o atingimento dos objetivos deste estudo.

⁴³ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Informações de tramitação de proposições. (<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=182956>). Consulta realizada em 10 Mar. 2019.

Em relação à autonomia da Anatel⁴⁴, dispõe o § 1º do art. 8º da LGT que a estrutura institucional é composta pelo “órgão máximo o Conselho Diretor, devendo contar, também, com um Conselho Consultivo, uma Procuradoria, uma Corregedoria, uma Biblioteca e uma Ouvidoria, além das unidades especializadas incumbidas de diferentes funções” (BRASIL, 1997). O § 2º do mesmo artigo trata da natureza de autarquia especial da Anatel, que se dá com: “independência administrativa, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes e autonomia financeira” (BRASIL, 1997).

O Título III da LGT estabelece a estrutura e a atuação dos órgãos superiores, que são o conselho diretor e o conselho consultivo. Assim, é possível constatar que as discussões travadas sobre autonomia nos debates do projeto de lei de constituição da Anatel aparecem, de fato, nas previsões legais, como: a decisão colegiada do conselho diretor por maioria absoluta (art. 20); a escolha e a nomeação dos conselheiros pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal (art. 23); o mandato fixo e não coincidente, de cinco anos, dos membros do conselho (arts. 24 e 25); a quarentena, que veda ao ex-conselheiro, até um ano após deixar o cargo, representar pessoas ou interesses perante a Anatel (art. 30). Em relação ao conselho consultivo, trata-se de “órgão de participação institucionalizada da sociedade na Agência” competente para, entre outros assuntos, opinar sobre diversas políticas governamentais de telecomunicações (art. 33 e inciso I do art. 35) (BRASIL, 1997).

Já as atividades de controle que, com base nas discussões apresentadas ao projeto de lei referente ao setor de telecomunicações, podem ser identificadas como controle externo (social) através do art. 40 da LGT, que estabelece que os atos da agência devem “ser sempre acompanhados da exposição formal dos motivos que os justifiquem”. Além disso, “as minutas de atos normativos serão submetidas à consulta pública, formalizada por publicação no Diário Oficial da União, devendo as críticas e sugestões merecer exame e permanecer à disposição do público na Biblioteca” (art. 42). Ainda em relação ao controle social, o art. 45 prevê a figura do ouvidor, nomeado pelo Presidente da República. Relativamente à autonomia financeira, o art. 47 destaca o recolhimento das taxas de fiscalização de instalação e de funcionamento (BRASIL, 1997).

Com o estudo realizado da Anatel, é possível perceber o direcionamento do legislador para a aceitação dos debates no projeto de lei que originou a constituição da agência. De fato,

⁴⁴ Ressalta-se que o Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, que “aprova o Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações e dá outras providências”, trata de forma mais específicas das questões de organização da estrutura organizacional, postas de forma geral na LGT.

em comparação com a agência anterior, que constituiu um modelo inicial, é bastante nítido o maior avanço do arcabouço regulatório. Assim, para que o quadro das dimensões de autonomia e controle das agências reguladoras de infraestrutura do governo FHC se forme por completo, é necessário ainda avaliar os debates em torno da constituição da próxima agência, a ANP.

1.2.6 A constituição da ANP como agência dotada de autonomia e controle

O mesmo comentário feito para o setor de telecomunicações serve para o caso presente: os debates em torno da constituição da maioria das agências reguladoras se deram fora da órbita do Poder Executivo. Assim, o setor de petróleo e gás natural corresponde também a uma exceção à regra geral⁴⁵. A proposição que será tratada aqui é o Projeto de Lei nº 2.142/96 (BRASIL, 1996), proveniente da Mensagem Presidencial nº 639, de 5 de julho de 1996, que nada fez senão anexar a Exposição de Motivos nº 023 do Ministro de Estado de Minas e Energia, Raimundo Brito⁴⁶. Sobre a estruturação da ANP referente à sua autonomia, destaca-se o seguinte trecho da exposição de motivos:

Na proposta de regulamentação contida no Anteprojeto, destaca-se a instituição da Agência Nacional do Petróleo - ANP, como órgão executor direto do monopólio e encarregado da regulação e fiscalização das atividades econômicas a ele relacionadas, absorvendo e substituindo as funções até então desenvolvidas pelo Departamento Nacional de Combustíveis, no campo específico do abastecimento nacional. A sua condição de autarquia conferir-lhe-á a autonomia e agilidade indispensáveis para uma atuação fortemente descentralizada, a partir de uma estruturação sistêmica, que deverá incorporar a contribuição de outros agentes, como universidades, centros de pesquisa e empresas de auditoria técnica, além do

⁴⁵ Essa exceção, conforme relatada no contexto da ANATEL, também é positiva e não traz o sentido de invalidação da pesquisa, no sentido de não se adaptar aos padrões para se pensar em um regime regulatório no Brasil que possa ser operacionalizado, em relação à autonomia e ao controle, para as agências reguladoras estaduais. O que se quer dizer é que um debate no âmbito do poder executivo é plenamente válido e enriquece a formação conceitual de autonomia e controle.

⁴⁶ Diário da Câmara dos Deputados, de 19 de julho de 1996, p. 20567-20568.

compartilhamento de ações com os governos estaduais, onde for julgado conveniente.

Assim, o trecho acima relata não apenas a questão da autonomia da ANP, mas também a descentralização de suas atividades para os governos estaduais, quando for adequado. Na sequência, em 19 de agosto de 1996, o PL nº 2.142/96 foi apensado ao PL nº 1.210/95 para apreciação pela Comissão Especial constituída, para dar o parecer sobre a matéria⁴⁷. Com efeito, na emenda nº 11 – CE/96, feita ao PL nº 2.142/96, o deputado Roberto Campos propôs alteração referente ao fortalecimento da autonomia política e administrativa da ANP com o seguinte teor:

A emenda visa não só explicitar o procedimento a ser adotado para nomeação dos membros da ANP, mas também estabelece o prazo de seus mandatos e exige sua aprovação pelo Senado Federal. Neste sentido, adota-se o prazo de 6 (seis) anos, visando conferir maior autonomia política aos integrantes da Agência, conforme é desejável, para que possam desempenhar, com a autonomia necessária, as suas atribuições. A emenda busca, também, estabelecer a forma de escolha, de nomeação e aprovação dos membros da diretoria da ANP. Portanto, institui o princípio de mandatos não coincidentes, conferindo ao Diretor Geral, ao Diretor Adjunto e a um dos diretores um mandato inicial de 3(três) anos e aos demais diretores, 6(seis) anos, incluindo-se, neste último período, o Procurador-Geral⁴⁸.

Através da emenda nº 29 – CE/96, o deputado Inonêncio de Oliveira propôs, para a garantia da autonomia política, a regra de transição para os mandatos não coincidentes entre os diretores da agência nos seguintes termos:

Inclua-se no Capítulo X, após o art. 69, artigo novo com a seguinte redação, renumerando-se o atual art. 70 para art. 71: “Art. 70. Na primeira gestão da

⁴⁷ Essa tramitação é importante para que se possa identificar a argumentação desenvolvida em torno da autonomia e do controle no debate da Câmara dos Deputados. O dossiê digitalizado pode ser acessado em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=200231>>.

⁴⁸ Ibid, p. 107.

autarquia, objetivando implementar a transição para o sistema de mandatos não coincidentes, o Diretor-Geral e 2 (dois) Diretores serão nomeados pelo Presidente da República, por indicação do Ministério de Minas e Energia, e 2 (dois) Diretores nomeados na forma do disposto no §2º do art. 8º. Parágrafo único. O Diretor-Geral e os 2 (dois) Diretores nomeados por indicação do Ministério de Minas e Energia terão mandatos de 5 (cinco) anos e 2 (dois) anos, respectivamente, não se lhes aplicando o disposto nos § 3º e 4º do art. 8º⁴⁹.

Outra emenda ao projeto de lei nº 2.142/96, para a garantia da autonomia política à agência foi proposta pelo deputado José Carlos Aleluia. Em sua justificativa está a seguinte argumentação: “o preceito que estipula o prazo de 6 (seis) anos para o mandato da diretoria após a primeira gestão, visa conferir a necessária independência política de seus membros, vinculando tanto sua nomeação como destituição ao crivo do Senado Federal”⁵⁰. Já, na emenda 62 – CE/96, do deputado Nelson Marchezan, destaca-se a conceituação de independência decisória:

A independência decisória - como bem demonstra a experiência internacional recente - pressupõe: a) direção superior sob forma de colegiado; b) membros nomeados pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal; c) membros com mandatos fixos, não coincidentes, destituíveis somente por falta grave; d) processo decisório aberto, realizado em audiências públicas com a participação de todos os interessados; e) autonomia financeira e operacional da entidade.

Nesse ponto, esclarece-se que, com base nas emendas anteriores ao projeto de lei em debate, há um consenso em torno do que é a autonomia, porém, essa emenda não deixa claro porque as audiências públicas, com participação popular, se inserem na definição de autonomia administrativa e não, conforme o debate anterior, dentro da definição de controle externo (social).

Segundo Nunes et al. (2007, p. 212), no momento da apreciação do PL nº 1.210/95 e do PL nº 2.142/96, ao todo nove audiências públicas foram convocadas, e delas participaram

⁴⁹ Ibid, p. 125.

⁵⁰ Ibid, p. 136-137.

diversas autoridades e especialistas que debateram sobre as questões polêmicas do setor de petróleo e gás natural brasileiro. Nessas exposições públicas, foi notória a fala de João Geraldo Piquet Carneiro, que foi membro do Conselho Consultivo de Reforma do Estado, órgão criado no início do governo FHC (NUNES et al., 2007, p. 216). Esse conselheiro abordou o tema da independência decisória justificando a necessidade de afastamento do órgão de regulação do núcleo do poder político e da pressão dos agentes econômicos (NUNES et al., 2007, p. 215-216). Em sua explanação, relativa à composição do corpo diretor, o conselheiro alertou ainda em relação aos seguintes aspectos: falta da previsão do período de quarentena para o ex-dirigente da agência, para que se evitasse sua atuação no setor privado logo após deixar o exercício do cargo; a ausência de aprovação do Congresso Nacional para a nomeação dos dirigentes a ser feita pelo Presidente da República, e a ausência de regras de demissão do diretor da agência. Porém, esses fatores foram revistos pelo substitutivo apresentado pelo relator Eliseu Resende (NUNES et al., 2007, p. 221-231).

Efetivamente, a flexibilização constitucional decorrente da alteração do § 1º do art. 177 da Constituição Federal⁵¹ pela Emenda Constitucional nº 9, de 9 de novembro de 1995, concedeu a permissão inicial para as empresas privadas explorarem atividades ligadas à pesquisa, lavra das jazidas, importação, exportação e transporte de petróleo e gás natural (GUERRA, 2012, p.149). A partir dessa alteração constitucional, a exploração das atividades passou a não ser mais de exclusividade de empresa estatal federal. Também em virtude da referida Emenda⁵², foi aprovada a Lei Federal nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, denominada Lei do Petróleo, que dispôs sobre a política energética nacional e instituiu a ANP⁵³, entidade

⁵¹ “Art. 177. Constituem monopólio da União: I - a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos; II - a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro; III - a importação e exportação dos produtos e derivados básicos resultantes das atividades previstas nos incisos anteriores; IV - o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados básicos de petróleo produzidos no País, bem assim o transporte, por meio de conduto, de petróleo bruto, seus derivados e gás natural de qualquer origem; V - a pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios e minerais nucleares e seus derivados, com exceção dos radioisótopos cuja produção, comercialização e utilização poderão ser autorizadas sob regime de permissão, conforme as alíneas *b* e *c* do inciso XXIII do *caput* do art. 21 desta Constituição Federal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 49, de 2006) § 1º A União poderá contratar com empresas estatais ou privadas a realização das atividades previstas nos incisos I a IV deste artigo observadas as condições estabelecidas em lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 9, de 1995)” (BRASIL, 1988).

⁵² Nesse caso, a mudança foi relativa à inclusão do § 2º ao art. 177 da Constituição Federal, que em seu inciso III prevê a disposição, por meio de lei, sobre “a estrutura e atribuições do órgão regulador do monopólio da União” (BRASIL, 1988).

⁵³ A Agência Reguladora passou a ser chamada de Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis após a alteração do art. 7º da Lei nº 9.478/97 pela Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005. (BRASIL, 2005)

integrante da Administração Pública federal indireta, submetida ao regime autárquico especial e responsável pela regulação das atividades da indústria do petróleo e do gás natural⁵⁴.

O próximo tópico examinará a estrutura atual da Lei do Petróleo para avaliar, no contexto da ANP, a autonomia e controle estabelecidos para o setor de petróleo e gás natural. É necessário lembrar o objetivo do trabalho consiste na fixação dos quadros conceituais de autonomia e controle das agências reguladoras de infraestrutura federais, espera-se transportar a observação para o plano das agências reguladoras estaduais.

1.2.7 Autonomia e controle na Lei do Petróleo

Conforme o art. 7º da Lei nº 9.478/1997, a ANP é “entidade integrante da Administração Federal Indireta, submetida ao regime autárquico especial, como órgão regulador da indústria do petróleo, gás natural, seus derivados e biocombustíveis, vinculada ao Ministério de Minas e Energia” (BRASIL, 1997). A entidade é dirigida, em regime de colegiado, por uma diretoria composta de um diretor-geral e quatro diretores, além disso, um procurador-geral integra sua a estrutura organizacional (art. 11, caput e § 1º). Os membros da diretoria da ANP são nomeados pelo Presidente da República, após aprovação dos respectivos nomes pelo Senado Federal para cumprirem mandatos de quatro anos, não coincidentes, permitida a recondução art. 11, § 2º e 3º). Em relação à quarentena, ao término do mandato, ou se exonerado do cargo, “o ex-diretor da ANP ficará impedido, por um período de 12 (doze) meses, contado da data de sua exoneração, de prestar, direta ou indiretamente, qualquer tipo de serviço a empresa integrante das indústrias do petróleo e dos biocombustíveis ou de distribuição” (art. 14). A autonomia financeira da agência é obtida através, dentre outros recursos, de taxas previstas em legislação específica (inciso V do art. 15). O controle social está previsto no art. 19, pois as iniciativas de projetos de lei que alterem normas administrativas que venham a afetar direito dos agentes econômicos ou de consumidores e

⁵⁴ Guerra (2012, p.149) lembra que “as atividades da ANP são de extrema importância econômica e social. Com a entrada em vigor da Lei nº 9.478/97, qualquer empresa, em regime de livre concorrência, constituída sob leis brasileiras, tem o direito de participar – por sua conta e risco – dessas atividades antes monopolizadas, justificando, em parte, o modelo regulatório adotado.”

usuários de bens e serviços das indústrias de petróleo, de gás natural ou de biocombustíveis deverão ser precedidas de audiência pública convocada e dirigida pela ANP (BRASIL, 1997).

Nesse ponto do trabalho, já foram analisados e descritos os processos históricos de constituição das primeiras agências de infraestrutura do Brasil (Aneel, Anatel e ANP). Na próxima seção será explicado o quadro das dimensões de autonomia e controle das agências reguladoras federais estudadas acima, para que seja viável a operacionalização de tais conceitos na parte empírica, que trata das agências reguladoras estaduais.

1.2.8 Dimensões de autonomia e controle nas agências de infraestrutura do governo FHC

Em primeiro lugar, ressalta-se que os debates no Congresso sobre a constituição das três agências de infraestrutura do governo FHC não se limitaram somente à autonomia e ao controle. Aliás, esses temas foram sendo debatidos conforme as peculiaridades de cada setor regulado e, pela análise, foram discutidos de maneira mais específica quando da constituição da Anatel. Nos debates para a criação da Aneel, os conceitos de autonomia e controle ainda estavam muito vinculados às discussões do ano de 1995, de reforma do aparelho do Estado. Já em relação à ANP, as dimensões desses conceitos já tinham sido, de uma forma geral, aceitas tanto pelo Poder Executivo quanto pelo Poder Legislativo. Segundo NUNES et al. (2007, p. 247), a estrutura organizacional de cada uma destas três agências reguladoras foi sendo construída tendo em vista as particularidades setoriais e a variável a ser levada em conta é a presença ou ausência de pesquisas aprofundadas, antes da constituição do órgão regulador, sobre a reestruturação dos setores que sofreram quebra de monopólio e foram privatizados.

Na análise do processo histórico da Aneel, verificou-se a existência de particularidades não tratadas pelas outras duas agências: não existiram emendas constitucionais para a quebra de monopólio, porém, o processo legislativo para a criação da agência foi mais célere. Assim, conforme visto, a literatura considerou a agência menos desenvolvida dentre as três iniciais do setor de infraestrutura.

Diferentemente do setor elétrico, as telecomunicações correspondem a monopólio estatal, dessa forma, o setor foi flexibilizado através de aprovação de emenda constitucional para quebra desse monopólio. As discussões realizadas no processo histórico de constituição da Anatel perduraram por um longo período e, ao final, a agência não obteve uma lei que fosse exclusiva de criação. Conforme o que foi estudado, a instituição entidade foi feita no âmbito da Lei Geral de Telecomunicações. De fato, nas telecomunicações, a experiência internacional serviu de apoio para os estudos de Sérgio Motta e sua equipe, que foram introduzidos nas discussões, porém, devido à realidade político-institucional brasileira, tiveram adequados ao contexto do país.

No setor de petróleo e gás natural, o processo histórico de constituição da ANP foi diferenciado em relação aos outros dois setores estudados pela ausência de contratação de consultorias e da realização de estudos profundos sobre a reforma estatal. Segundo Nunes (2007, p. 254), esse talvez tenha sido um fator que influenciou na menor quantidade de documentação disponível para análise do processo histórico.

Portanto, diante da análise apresentada nas seções anteriores, é possível construir os quadros 3 e 4, referentes respectivamente à autonomia e ao controle das agências de infraestrutura do governo FHC que inspiraram o modelo adotado para as demais agências em âmbito federal, estadual e municipal.

Quadro 3

Dimensões de autonomia no contexto das agências de infraestrutura do governo FHC

Tipos	Parâmetros	Indicadores
Autonomia administrativa	Delegação de autoridade à agência pelo poder político, ou seja, garantir autonomia decisória ao gestor público	Decisão colegiada
		Diretoria colegiada como última instância de decisão
		Conselho consultivo
		Investidura (mandato) dos dirigentes no cargo, por tempo determinado
		Mandatos não coincidentes entre si
		Nomeação pelo Presidente da República, com a aprovação do Senado Federal
Autonomia técnica	Feita pelo administrador em relação aos recursos humanos e financeiros a ele confiados para a garantia de decisões técnicas	Proibição do exercício de atividade profissional pelos conselheiros
		Previsão do período de quarentena para o ex-dirigente da agência
		Impedimento de exercício do cargo de direção da pessoa que mantiver vínculos com os agentes regulados
Autonomia política	Insuscetibilidade de influências na agência de órgãos do governo ou grupos de pressão	Presença de conselheiros com reputação ilibada e qualificação profissional, escolhidos pelo Presidente da República e submetidos à aprovação pelo Senado Federal
		Existência, na primeira gestão da autarquia, de regra de transição para o sistema de mandatos não coincidentes
Autonomia financeira	Disponibilidade de fontes próprias de recursos financeiros	Taxa de fiscalização

O quadro acima lista quatro tipos de autonomia para as agências analisadas. Em primeiro lugar, a autonomia administrativa traz como parâmetro o resultado da atividade do gestor público, que consiste na decisão regulatória. Essa decisão é delegada pelo poder político à agência, que, em tese, deve ter capacidade técnica para chegar à decisão regulatória. Portanto, os indicadores da autonomia administrativa tratam de fatores que estão diretamente relacionados à decisão final da agência. São eles: decisão colegiada, para que, por exemplo, não se chegue à conclusão final sobre determinada regra regulatória ou sobre a aplicação de uma penalidade ao agente regulado através da análise de somente um agente técnico; diretoria colegiada como última instância de decisão, para que o administrado não possa recorrer a outro órgão administrativo, fazendo com que o papel da agência seja reduzido no que toca à autonomia decisória; também está listado no quadro o Conselho Consultivo da agência, órgão que proporciona a participação institucionalizada da sociedade civil em decisões que têm impacto social ou que impactam políticas públicas diversas; a investidura dos dirigentes por tempo determinado é indicador característico diretamente relacionado às decisões regulatórias tendo em vista que é regra de delegação de poder político voltada para o processo decisório.

Nesse ponto é necessário ressaltar que esse indicador também é relacionado ao outro tipo de autonomia, denominada autonomia política, pois, evita a influência do poder político na decisão final da agência. Do mesmo modo, o indicador mandatos não coincidentes entre si, como regra de delegação de poder, garante autonomia decisória. Fato é que esse indicador de autonomia administrativa também corresponde a um indicador de autonomia política, pois quando mandatos de dirigentes não se confundem, também o partido político da ocasião, isto é, o partido eleito que é predominante em seu poder de influência, fica insuscetível de condicionar as decisões regulatórias aos seus próprios interesses; em relação à nomeação pelo Presidente da República com aprovação pelo Senado Federal, que no caso dos Estados, corresponde ao Governador do Estado com aprovação pela Assembleia Legislativa, é regra que se enquadra na autonomia administrativa pelo fato de ser um processo formal de nomeação, de responsabilidade repartida entre diversas autoridades repartido entre os poderes executivo e legislativo. Essa nomeação visa à decisão final autônoma pelo órgão regulador.

Para a autonomia técnica, deve-se ter em mente que o foco é o agente público responsável pela regulação e não, como acima visto, o resultado de suas ações, não correspondendo assim à decisão. Sendo assim, os indicadores estão ligados ao exercício do cargo do administrador público após sua nomeação.

Como indicadores de autonomia técnica, estão elencados a proibição do exercício de atividade profissional pelos conselheiros. Imagine-se que um conselheiro exerça atividade profissional em uma das empresas reguladas pela agência, ou mesmo, por exemplo, preste assessoria técnica para uma associação que tenha suas empresas associadas beneficiados pela decisão regulatória que é de incumbência do próprio conselheiro. Isso certamente prejudicaria a autonomia técnica da agência, tendo em vista que o cargo que lhe foi confiado estaria sendo usado para benefício do agente regulado. Outro indicador de autonomia técnica é o período de quarentena para o ex-dirigente da agência. Isso porque em sua saída da gestão da agência, o dirigente pode ser contratado pelo mercado para regular atividades em benefício de empresas; da mesma forma, a garantia técnica da agência é garantida pelo impedimento do exercício do cargo de direção da pessoa que mantiver vínculos com agentes regulados. Esse indicador se diferencia do anterior, pois se dá durante o exercício do cargo de gestão, quando o decisor se vincula de alguma forma à atividade privada que ele regula, ou mesmo a certa atividade que possa se beneficiar indiretamente de uma decisão regulatória que, por exemplo, garanta um benefício para um fornecedor de uma cadeia de produção, sendo que a cadeia é também constituída por um produtor que tem vínculos com o agente público que toma a decisão regulatória. Nesse exemplo, o produtor seria beneficiado indiretamente por um benefício garantido ao fornecedor, pois o benefício concedido a determinado particular em uma cadeia atingiria os demais. Dessa forma, para a autonomia técnica da agência, não se deve permitir que os gestores mantenham vínculos com agentes regulados.

O parâmetro para a autonomia política envolve relação de interferência na autonomia da agência reguladora em que em um dos polos está os influenciadores (governo e grupos de pressão política) e em outro polo está a agência reguladora. Esta deve se manter insuscetível às influências, porém, de fato, não se pode garantir que a presença dos indicadores, por si só, garanta a autonomia política.

É válido lembrar que a autonomia política em muitos aspectos está vinculada à autonomia administrativa e seus indicadores estão muito próximos no que toca à percepção do conceito de autonomia. Temos então que o indicador de presença de conselheiros com reputação ilibada e qualificação profissional pode ser um fator de incentivo para a não interferência do setor regulado ou do governo nas decisões das agências. Da mesma forma, a existência em uma primeira gestão da agência, de uma regra de transição para mandatos não coincidentes de dirigentes pode dirimir algum tipo de interferência externa, pois, caso

contrário, os gestores teriam desde o início da constituição da entidade o mesmo período de mandato, que se confundiria com o mandato do poder político que nomeou esses dirigentes.

A autonomia financeira possui apenas um indicador, que é o da taxa de fiscalização. Os recursos provenientes dessa taxa formam a principal fonte de receita da agência reguladora. Sendo assim, a entidade reguladora tem a incumbência de arrecadar e aplicar devidamente seus recursos financeiros para o custeio de despesas, como gastos com a manutenção de veículos e eventuais investimentos patrimoniais, como aluguéis de imóveis. Por outro lado, é válido que os agentes econômicos que auferem os benefícios financeiros originados das outorgas a eles concedidas sejam onerados para o custeio da atividade regulatória.

Em resumo, a análise conceitual do quadro 3, feita em respeito ao processo histórico de constituição das agências de infraestrutura do governo FHC, traz a autonomia como um conceito referente à delegação de poderes com foco na decisão técnica (autonomia administrativa); ao gestor público que participa do processo decisório; à insusceptibilidade de interferência de atores externos na regulação e ao financiamento da atividade regulatória pelo agente regulado. Certo é que alguns aspectos da autonomia administrativa estão muito próximos da autonomia política. Pode-se, portanto, dizer que a autonomia administrativa gera a autonomia política. A primeira é voltada para o processo decisório autônomo da agência, em relação à atividade regulatória que lhe foi delegada e a última, consequência da primeira, possui a característica de blindagem do processo decisório.

Do mesmo jeito que no quadro acima, o Quadro 4 abaixo traz os tipos, parâmetros e indicadores do controle para as agências de infraestrutura do governo FHC:

Quadro 4

Dimensões de controle no contexto das agências de infraestrutura do governo FHC

Tipos	Parâmetros	Indicadores
Controle social	Necessidade de um controle externo, feito pela sociedade para a formulação e para a avaliação de políticas públicas	Consulta pública/ audiência pública
		Publicação no Diário Oficial das decisões
		Críticas e sugestões na biblioteca
		Ouvidor nomeado pelo Presidente da República
Controle político	Controle pelo Poder Executivo	Contrato de gestão
Controle <i>à priori</i> e	Prestação de contas pelo administrador público tendo em vista	Prestação de contas sobre a

<i>à posteriori</i>	os valores éticos e o distanciamento de políticas clientelistas.	qualidade das ações
		Prestação de contas financeiras

Como visto acima, a questão do controle das agências reguladoras foi muito menos debatida no processo histórico. Assim, ao final da análise das discussões, a identificação de apenas três tipos de controle não surpreende. De outra ponta, observa-se que houve maior consenso a respeito dos parâmetros de controle pelos debatedores e consequentemente, uma maior conformidade em relação aos seus indicadores. Ou seja, existiu maior precisão na conceituação do controle das agências reguladoras de infraestrutura do período analisado.

Nesse aspecto, é necessário esclarecer também que os indicadores de controle *à priori* e *à posteriori* se relacionam com o contrato de gestão, visto que esse instrumento controla a atuação administrativa da agência reguladora na medida em que avalia o desempenho dela e constitui elemento integrante de sua prestação de contas, tanto financeiras quanto acerca da qualidade de suas ações.

No controle social, a sociedade tem papel fundamental. A participação social no processo decisório e na formação de políticas públicas é garantida para um contraponto aos interesses particulares. Podem existir situações em que não está presente o contraponto, mas sim, a convergência entre os anseios sociais e os desejos, em geral, de lucros dos agentes regulados. Nesses casos, a regulação é benéfica para todos os atores envolvidos, inclusive para a agência, que tem suas decisões respaldadas pela opinião pública e privada.

Assim, os indicadores do controle social são: consultas e audiências públicas, que visam o debate entre os atores da sociedade civil e os agentes regulados. Tais mecanismos funcionam através da abertura de um edital para o recebimento de contribuições, por um período determinado, sobre propostas e assuntos elencados pela agência; outro indicador é a publicação no Diário Oficial das decisões. Esse aspecto nada mais é senão a garantia do princípio da publicidade da administração pública, porém, nada impede que se possa dizer que o respeito a ele é uma forma de controle social; o indicador das críticas e sugestões disponíveis em biblioteca está relacionado com o que foi discutido em consultas ou audiências públicas. Essa prática fortalece o controle social porque o registro sempre poderá ser utilizado como referência para outras consultas e audiências públicas de participação popular. Assim, aqueles que desejarem, poderão sempre consultar a biblioteca para saber quais foram as sugestões e críticas levantadas anteriormente sobre determinado tema; o ouvidor nomeado

pelo chefe do Poder Executivo também é fator que fortalece o controle social por ser essa autoridade responsável por encaminhar as críticas e sugestões dos atores envolvidos na regulação ao conhecimento das autoridades públicas.

O controle político, é realizado pelo Poder Executivo através do contrato de gestão que é firmado entre a agência reguladora e geralmente uma secretaria de Estado, vinculada ao Poder Executivo. O contrato obriga as partes e estabelece metas de cumprimento e de fiscalização desse cumprimento de atividades preestabelecidas. Daí porque o controle político é associado ao controle *à priori* e *à posteriori*. Este, por sinal, é um resultado daquele. Sem o controle político pela via do contrato de gestão, não se pode assegurar uma qualidade na prestação de contas, tanto relativa aos aspectos financeiros quanto a prestação de contas sobre as ações da agência.

Em uma revisão conceitual do Quadro 4, é possível afirmar que o controle das agências reguladoras de infraestrutura do governo FHC foi moldado para dois aspectos: participação social e prestação de contas. É interessante notar que essas duas características de controle impactam diretamente a forma como são formuladas as políticas públicas, pois, sem controle da sociedade, a agência poderia ceder aos interesses do agente regulado e não beneficiar a sociedade, além disso, sem uma devida prestação de contas, não se pode garantir que os recursos são destinados às políticas públicas que foram tidas como relevantes no acerto feito entre sociedade e poder público através, por exemplo, de audiências e consultas públicas.

Agora é o momento de, a partir da orientação proporcionada pela operacionalização acima, descrever, no capítulo 2 as dimensões de autonomia e controle agências estaduais e a classificação empírica delas para que a pergunta de pesquisa possa ser respondida.

PARTE II – ABORDAGEM EMPÍRICA

CAPÍTULO 2 – CARACTERIZAÇÃO DA AUTONOMIA E DO CONTROLE NO ÂMBITO ESTADUAL

2.1 Gestão descentralizada: federalismo e regulação

O intuito deste capítulo é descrever estágio atual de implementação da autonomia e do controle nas agências reguladoras do nível estadual. Para tanto, será utilizada a análise feita no capítulo anterior, referente às dimensões de autonomia e controle extraídas do processo histórico de criação do arcabouço regulatório referente às agências do primeiro mandato do governo FHC: Aneel, Anatel e ANP. Essas agências formaram o modelo de regulação que serviu de norte para a constituição das demais agências reguladoras do país, inclusive para as agências do âmbito estadual que, conforme se verá, é formado por entidades multisetoriais, que regulam diversos segmentos da área de infraestrutura. A análise deste capítulo remonta à grande quantidade de agências estaduais criadas a partir do final da década de 1990⁵⁵.

Segundo Melo (2002, p. 280), no Brasil, muitos contratempos ligados à institucionalização e à reestruturação de uma governança regulatória estão ligados aos obstáculos federativos. Segundo o autor, o assunto denominado federalismo regulatório possui como pontos principais: i) a ampliação da regulação através de agências reguladoras em diversos estados e municípios; ii) os conflitos de competência das agências federais, estaduais e locais, que, em certas ocasiões envolvem disputas políticas; e iii) a diferenciação dos mecanismos de gestão das agências destes três níveis de governo.

A interface variável entre regulação e federação é relacionada ao fato de que as agências atuam em diversos setores, o que causa maior complexidade de análise da questão.

⁵⁵ É fato que agências municipais também começaram a ser criadas neste período, porém, por motivos de corte temático e aprofundamento da análise no plano estadual, os níveis federal e municipal serão vistos apenas superficialmente, conforme sua necessidade de citação na análise das agências estaduais.

Quanto ao setor de saneamento, o município é competente para tratar da questão, porém, determinadas matérias como a captação e a distribuição de água podem necessitar da cooperação estadual. De outro modo, os transportes intermunicipais são de competência estadual, porém, ao se levar em conta a divisão dos municípios, principalmente em metrópoles, existirão interfaces regulatórias entre estados e municípios. Para o setor de energia, deve-se levar em conta a competência da União, porém, certas concessionárias são empresas públicas estatais. Nas telecomunicações, o aspecto federativo é peculiar por estar ausente nas esferas estaduais e locais. Porém, as agências reguladoras estaduais podem atuar em áreas especiais de competência, visto que possuem normas que as permitem realizar, mediante legislação específica ou convênio, o controle e a fiscalização de competências próprias da União e dos Municípios. Os recursos hídricos possuem larga abrangência federativa em relação à competência para atuação por estarem ligados às bacias hidrográficas. Para a saúde suplementar, as agências federais (ANVISA e ANS) atuam em atividades de fiscalização que abrangem também o nível estadual. O setor de gás canalizado, no que toca à exploração e ao transporte, compete à União, porém, aos estados compete a distribuição e a comercialização (MELO, 2002, p. 281).

O Quadro 5 mostra a relação entre o setor e a interface regulatória dos diferentes níveis federativos:

Quadro 5
Interface setorial entre federação e regulação

Sector e nível de governo	Município	Estado	União
Saneamento	x	x	
Transportes intermunicipais	x	x	
Energia		x	x
Telecomunicações			x
Recursos hídricos	x	x	x
Saúde suplementar		x	x
Gás canalizado		x	x

Fonte: adaptação da tabela de Melo (2002, p. 280)

Em uma descrição breve da trajetória dos governos estaduais, pode-se afirmar que as características regulatórias foram influenciadas pelas reformas que se iniciaram em 1995. Como apresentado no capítulo anterior, tal mudança de paradigma surgiu como consequência das reformas implementadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, que incluíram as maiores privatizações da história do país e a onda de inovações institucionais e administrativas que alteraram a relação entre o Governo Federal e os governos estaduais (PÓ e ABRUCIO, 1997, p. 4), além da quebra dos monopólios estatais através de emendas constitucionais.

Diversas Agências reguladoras estaduais foram criadas seguidamente à reforma do Estado promovida pelo MARE, já outras, surgiram no final da década de 90. Compreende-se que o panorama da concretização da regulação no nível estadual pode não estar relacionado à relação de proximidade com Estados e a União, mas acredita-se neste trabalho que o processo histórico do âmbito estadual recebeu influências da redefinição do papel do Estado do período FHC, como aquelas relativas aos avanços promovidos pela defesa da autonomia de gestão no PEDRAE; à influência das ideias de reforma gerencial de Bresser Pereira; e às contribuições do ministro Sérgio Motta e de sua equipe, referentes à flexibilização do setor de telecomunicações nos anos de 1995 e 1996. Nesse Cenário de novas regulações, no âmbito estadual foi relevante a atuação do Conselho de Secretários Estaduais de Administração (Consad), que foi instituído no ano de 2000 para disseminar mudanças administrativas nos Estados, inclusive, para articular mudanças em conjunto com o governo federal (ABRUCIO e GAETANI, 2006, p.1-2).

A partir de 2003, com o início do governo Lula, o Governo Federal impulsionou as reformas estaduais através do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal – PNAGE. Nesse período, tendo em vista o fechamento do ciclo da propagação das ideias da reforma do Estado, empreendidas e defendidas por Bresser Pereira, diversos técnicos de Brasília, principalmente aqueles mais experientes que trabalharam durante o governo FHC, migraram para os governos dos estados e, como resultado, inseriram no gerenciamento destas estruturas administrativas diversas práticas federais (ABRUCIO e GAETANI, 2006).

Portanto, a agenda política brasileira no nível estadual ficou condicionada a dois aspectos importantes: primeiramente, a criação das agências reguladoras estaduais veio romper com o paradigma anteriormente estabelecido, de atuação do governo federal diretamente em áreas estratégicas como energia elétrica, transporte e saneamento básico. O segundo ponto de relevo foi o incentivo do Governo Federal, por conta da crise fiscal e orçamentária, para a reforma regulatória das estruturas administrativas estaduais, de elevado custo de manutenção pelo sistema federativo. Sob a perspectiva desses dois pontos de vista, o debate para a criação das agências reguladoras estaduais se tornou extremamente relevante no contexto político-institucional brasileiro (PÓ e ABRUCIO, 2007, p. 1).

Assim, a pesquisa passará a explorar no próximo tópico as dimensões conceituais de autonomia e controle já debatidas para o âmbito federal. Essa investigação leva em conta a pergunta de pesquisa: os parâmetros identificados nas agências reguladoras federais de infraestrutura do Governo FHC são refletidos, através de seus indicadores, no desenho institucional das agências reguladoras estaduais?

2.2 Procedimento de investigação e análise dos dados

A pesquisa, que teve como base os dados constantes nas normas das agências reguladoras das 5 (cinco) regiões brasileiras, ou seja, das 27 unidades federativas correspondentes aos 26 (vinte e seis) estados e ao Distrito Federal⁵⁶, foi realizada entre os meses de março e abril de 2018. O processo de construção das tabelas referentes às cinco regiões do país obedeceu a uma ordem dividida em quatro etapas sucessivas.

Primeiramente, foram buscadas na internet as informações disponibilizadas por órgãos estatais e outras instituições brasileiras sobre as agências reguladoras estaduais em análise, além dos artigos científicos que abordam a temática. Para tanto, foi submetido o termo

⁵⁶ Optou-se por incluir o Distrito Federal porque, segundo o art. 1º da Constituição Federal, trata-se de uma unidade da federação: “Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos (...)” (BRASIL, 1988). Assim, quando no texto se faz referência às agências reguladoras estaduais, entenda-se que se quer fazer referência também ao Distrito Federal.

“agências reguladoras estaduais” nos tradicionais motores de busca eletrônica. Nesta etapa, os principais resultados encontrados que tratam da identificação das entidades foram os trabalhos de Peci e Cavalcanti (2000, p. 99-118), de Saraiva, Peci e Figale (2008), além de informações do site oficial da Associação Brasileira de Agências de Regulação - ABAR, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e do portal do Governo do Estado de Rondônia (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE REGULAÇÃO – ABAR, 2018; AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL, 2018; RONDÔNIA, 2018).

Após os primeiros resultados de busca descritos acima, percebeu-se que foram feitas poucas pesquisas empíricas no Brasil em relação às agências reguladoras estaduais, sendo, portanto, um tema pouco explorado e carente de relevantes contribuições na literatura. Foi necessário verificar ainda, através do termo de busca “agência reguladora Distrito Federal” se o Distrito Federal possuía realmente apenas uma agência reguladora, a ADASA (Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal), conforme aquilo que já se tinha ciência através das buscas anteriores. Porém, nenhuma outra agência reguladora distrital foi encontrada.

Em uma segunda etapa, posteriormente à identificação das agências, buscou-se nos respectivos sites oficiais destas autarquias especiais, em geral, na aba “institucional”, verificar quais foram os números e as datas das leis estaduais de criação, dos regimentos internos destas instituições e da legislação disciplinadora do desenho institucional relevante para que se pudesse localizar os indicadores pertencentes aos parâmetros dos conceitos de autonomia e controle identificados no primeiro capítulo desta pesquisa. Ressalta-se que em diversas ocasiões de buscas não ocorreu de forma imediata o acesso aos regimentos internos e à legislação institucional das entidades pesquisadas. Os websites das agências nem sempre são bem estruturados e organizados para a localização dos dados, portanto, correspondem a bases de dados que demandam algum tempo para que se chegue à informação pretendida.

De posse dos dados numéricos, passou-se à terceira etapa que constituiu na busca apenas das leis de criação e da legislação disciplinadora do desenho institucional (os regimentos internos já haviam sido encontrados nos sites oficiais das próprias agências); esta fase da pesquisa foi feita nos portais institucionais das assembleias legislativas dos estados e da Câmara Legislativa do Distrito Federal, em geral nas abas “atividade legislativa” ou “legislação”. Nesta terceira etapa, esperava-se que as assembleias legislativas estaduais disponibilizassem a lei de criação das agências já com todas as alterações, acréscimos ou

revogações posteriores. Porém, não foi isso que ocorreu. Caso todas estas informações tivessem sido imediatamente encontradas, a busca da legislação posterior às leis de criação restaria bastante facilitada. As assembleias legislativas dos seguintes estados não disponibilizam em seus respectivos portais eletrônicos a informação atualizada: AC, AL, MT, RN, SE e TO.

Somente foi possível superar dificuldade encontrada na terceira fase de pesquisa através da implementação de uma quarta fase. Isto é, realizando-se a busca nos diários oficiais eletrônicos dos Estados, conforme o caso exigiu.

Em resumo, as etapas constituíram-se das seguintes fases:

- 1ª fase: identificação das agências reguladoras estaduais e do Distrito Federal;
- 2ª fase: busca, através dos sites oficiais das agências reguladoras, dos números e das datas das respectivas leis estaduais de criação, dos números e das datas legislação estadual disciplinadora do desenho institucional relevante para a pesquisa, além dos documentos relativos aos regimentos internos das instituições;
- 3ª fase: busca da legislação atualizada nos portais das institucionais das assembleias legislativas dos estados e da Câmara Legislativa do Distrito Federal;
- 4ª fase: busca, nos diários oficiais eletrônicos, da legislação referente ao desenho normativo que não foi disponibilizada nas fases anteriores.

As Tabelas 1 a 5, também anexadas a este trabalho (Anexo 1), estão dispostas de forma que, na coluna da legislação que disciplina o desenho institucional, estão as leis revogadoras da lei de criação (como é o caso da ADASA/DF, Anexo 1, Tabela 1, ref. nº 1), e outras leis que, apesar de não revogarem expressamente a lei de criação, alteraram significativamente o desenho institucional; para algumas agências reguladoras, esta legislação não foi atualizada pela assembleia legislativa estadual e encontra-se dispersa no site oficial da autarquia e no diário oficial estadual (exemplo: AGER/MT, Anexo 1, Tabela 1, ref. 3), dificultando assim a imediata compreensão da vigência.

Já, em outros casos (como o da AGR, Tabela 1, ref. nº 4), a lei de criação aparece no portal institucional da assembleia legislativa estadual com a delimitação da redação em vigor e da redação revogada. Devido à possibilidade de ocorrerem erros em futuras pesquisas, foi

adotado o procedimento de investigação em quatro etapas consecutivas de análise, referido nos parágrafos anteriores.

Para a constituição das ditas tabelas do Anexo 1, primeiramente foi necessário estabelecer a numeração de referência “ref”, independentemente da categorização das agências reguladoras em regiões. Estes referenciais foram organizados de modo que fosse possível guiar e facilitar a comparação com o detalhamento descritivo das particularidades do desenho normativo de cada autarquia especificada. Isso ocorreu porque logo se percebeu que a totalidade das agências em funcionamento no momento presente não corresponde ao número de siglas e denominações de agências já estabelecidas. Este número é maior do que aquele.

Explicando melhor: existe atualmente um total de 27 (vinte e sete) agências reguladoras estaduais e do Distrito Federal, porém, em alguns casos, no decurso do tempo ocorreu tanto o desmembramento quanto a unificação institucional. Da fragmentação de uma única agência, nasceram outras duas agências; da agregação de duas agências, veio a se formar uma única.

O total de agências reguladoras estaduais e do Distrito Federal que possuem, ou possuíram siglas e denominações até a presente data, sejam elas desmembradas, não desmembradas, unificadas ou não unificadas é de 45 (quarenta e cinco).

Nesse ponto, é necessário ainda esclarecer que, durante os anos de 2008 e 2013, duas agências pertencentes a dois estados distintos estavam constituídas sob a mesma sigla de ARSEP. Porém, após o ano de 2013, a ARSEP do Estado do Maranhão foi transformada em ARSEMA, diferenciando-se assim da ARSEP do Estado do Rio Grande do Norte, que está em funcionamento com essa sigla desde 1999.

Esta descrição de extinção e sucessão de instituições, devidamente especificada nas tabelas do Anexo 1 e ao longo do texto, é particularmente importante para orientar futuras pesquisas que tenham o intuito traçar o desenho normativo das agências do nível estadual ou distrital.

A tarefa de buscar na internet a denominação das agências resultou em dúvida inicial quanto à existência ou não de certas agências; saber se aqui ou ali alguma ainda existia, ou melhor, se esta ou aquela já havia sido extinta, nem sempre foi conclusivo de pronto. Em

alguns casos, com o aprofundamento da pesquisa no arcabouço legal estadual, se descobriu a vigência de lei que extinguiu determinada agência reguladora primitiva e criou uma posterior.

Ainda no Anexo 1 e com relação ao desmembramento das agências reguladoras, dois referenciais distintos precisaram ser estabelecidos, ou seja, não foi possível manter a agência que sofreu desmembramento em um mesmo referencial. Isso se deve ao fato de que as leis de criação e todo o desenvolvimento do desenho institucional posterior são diferentes para as agências que sucederam àquela que foi extinta, mas, nem por isso, certos indicadores relevantes para a caracterização da autonomia e do controle (como por exemplo, a taxa de fiscalização, o contrato de gestão, as audiências públicas e as consultas públicas), remanescentes da divisão das agências, deixaram de estar vinculados historicamente à agência reguladora primitiva.

A respeito da unificação de agências reguladoras estaduais, não se pôde fazer o mesmo quanto ao estabelecimento de distintos números referenciais na tabela. Nestes casos, a coluna da denominação inicial comportou as duas agências primárias e a coluna da denominação alterada manteve a agência sucessora. É verdade que as leis estaduais de criação das agências sucedidas são diferentes, mas a partir da “fusão” das instituições, a legislação que disciplina todo o desenho institucional anterior passa a pertencer exclusivamente à agência reguladora sucessora.

Outro fato também relevante para a distinção das agências no quadro referencial numerado (Anexo 1) é a alteração da sigla e da denominação de algumas delas. Conforme veremos, esta característica diferencial, em alguns casos, pareceu ser simplesmente estética. Por exemplo, nos casos da AGER/MT (Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado do Mato Grosso), Anexo 1, Tabela 1, ref. nº 3, e da ARPE (Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco), Anexo 1, Tabela 2, ref. nº 10, ocorreu a modificação da denominação com a retirada do termo “Estadual”. Isso certamente serviu para evitar a repetição desnecessária de termos, já que os nomes dos respectivos estados sempre estiveram previstos na denominação.

De outro modo, por exemplo, no caso da transformação da ASPER (Agência de Regulação de Serviços Públicos do Estado de Rondônia) em AGERO (Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia), as duas pertencentes ao ref. nº 15, tabela 3, foi incluído o termo “delegados”, posterior a “serviços públicos”, somente para dar realce à delegação dos serviços públicos.

Em relação à ATR (Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos), do Anexo 1, Tabela 3, ref. nº 18, além de alteração sofrida tanto na sigla quanto na denominação pretérita, ocorreu o contrário do exemplo do parágrafo anterior, ou seja, o legislador retirou o termo “delegados”. Em outros casos, a alteração legal da denominação ocorreu porque a agência sucessora passou a exercer competências distintas da sucedida.

Neste trabalho, optou-se por caracterizar as áreas de competência como especiais porque as legislações acrescentam a possibilidade de as agências regular, controlar e fiscalizar os serviços públicos de competência própria da União e dos Municípios. Em geral, as previsões legais são de que a delegação destas atribuições deve ocorrer mediante legislação específica ou convênio. Convém destacar que nem sempre as legislações preveem as áreas de competência em um dispositivo específico e muitas vezes as designam dentro do capítulo referente à finalidade da agência.

Pode-se enquadrar todas as agências estatuais em áreas especiais de competência ditas multisetoriais, isto é, que não abrangem um setor específico como ocorre no caso das agências federais. Porém, todas as agências analisadas têm permissão para atuar na área de infraestrutura. São áreas especiais porque as legislações acrescentam a possibilidade de as agências regular, controlar e fiscalizar os serviços públicos de competência própria da União e dos Municípios. Em geral, as previsões legais são de que a delegação destas atribuições deve ocorrer mediante legislação específica ou convênio. Convém destacar que nem sempre as legislações destacam as áreas de competência em um dispositivo específico e muitas vezes as designam dentro do capítulo da finalidade da agência.

Até o ano de 2008, apenas uma agência, a ADASA/DF, atuava somente em um setor (saneamento básico). Depois deste ano, ela passou a abarcar em sua legislação áreas de competência originária federal, como energia elétrica, petróleo e derivados⁵⁷. Conforme Pó e Abrucio (2007, p. 12), a característica inicial da ADASA, de atuação em apenas um único

⁵⁷ As áreas especiais de competência no momento da criação da ADASA/DF foram: serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário (art. 2º, inciso I da Lei nº. 3.365/2004). Na atualidade, tais áreas são: i) recursos hídricos, compreendidos os diversos usos da água; ii) saneamento básico, entendido como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de: a) abastecimento de água potável; b) esgotamento sanitário; c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; d) drenagem e manejo de águas pluviais urbanas; iii) gás canalizado; iv) áreas de competência originária federal em: a) serviços e instalações de energia elétrica; b) petróleo e seus derivados, biocombustíveis, álcool combustível, gás veicular e distribuição de lubrificantes (art. 5º, incisos I a IV da lei nº 4.285/2008 do Distrito Federal) (DISTRITO FEDERAL 2008)

setor, se deu porque trata-se de uma configuração existente em agências municipais e porque o Distrito Federal tem configuração peculiar dentre as unidades da federação.

Ao serem analisadas as áreas especiais de competência em conjunto, percebe-se que elas estão dispostas, em geral nos seguintes grupos: i) saneamento; ii) energia elétrica; iii) rodovias; iv) telecomunicações; v) portos e hidrovias; vi) irrigação; vii) transportes intermunicipais de passageiros; viii) aeroportos; ix) mineração; x) inspeção de segurança veicular; xi) distribuição de gás canalizado. Apenas nos casos do Rio de Janeiro e de São Paulo, existem agências incumbidas de atuação em áreas específicas, isto é, mais restritas, mas nem por isso pode-se dizer que estas entidades podem deixar de serem consideradas multisetoriais.

Existem também casos específicos de agências que têm como competência especial a regulação de setores que pode ser exercida por outros órgãos da Administração Indireta, mas não necessariamente uma entidade classificada como agência reguladora. São os casos da AGR, de Goiás, que regula, entre outras atividades, esporte e lazer, abastecimento de produtos agropecuários, habitação, centros prisionais, turismo, cultura e meio ambiente (art. 1º, § 2º, incisos V a X, e XV da Lei Estadual nº 13.569/99), e da ARPE, de Pernambuco, que regula “atividades lotéricas e outras modalidades de concurso de prognósticos” (art. 3º, § 1º, inciso IX da Lei Estadual nº 12.524/2003).

A regulação da atividade de inspeção veicular é prevista no regramento de muitas agências estaduais, porém, ainda não foi regulamentada em âmbito federal; já a área de telecomunicações, de competência legislativa privativa da União, conforme o art. 22, inciso IV da Constituição Federal, é prevista, conforme salientado anteriormente, em diversas leis de criação de agências estaduais, como por exemplo, para a AGEPAN, AGER/MT, AGR, AGRESE e AGERGS, dentre outras, por se tratar de regulação em área especial de competência.

De toda esta celeuma de previsões legais para diferentes áreas especiais de competência, extrai-se o entendimento de que a lógica mimética foi amplamente aceita; reproduziu-se no âmbito dos Estados diversas competências federais, e ainda foram incluídas outras, eventualmente desnecessárias e não adaptadas às peculiaridades dos Estados (PÓ e ABRUCIO, 2007, p. 13).

Em relação à quantidade elevada de agências reguladoras estaduais que regulam as áreas de saneamento básico e energia, Pó e Abrucio (2007, p. 13), explicam que o fenômeno teve base no desenvolvimento federativo relativo à burocracia estatal e ao empresariado. Os autores destacam que a regulação do setor do saneamento é mais atuante no plano estadual, enquanto o setor de energia elétrica foi amplamente regulado pelo Governo Federal, deixando aos Estados uma regulação de caráter subsidiário. Continuando na lógica de raciocínio, afirmam que a delegação do gás natural aos Estados pelo art. 25, §2º da CF é fator que explica a grande quantidade de agências que atuam neste setor.

Postos estes esclarecimentos acima, que tratam do procedimento de investigação adotado no trabalho e da análise dos dados acerca da criação e regulamentação das agências reguladoras estaduais, faz-se necessário agora expor o conteúdo da investigação que trata do período em que as entidades em análise foram criadas, alteradas e/ou extintas.

2.3 Agências reguladoras estaduais: criação, modificação e extinção

Esta seção corresponde ao aprofundamento da primeira etapa do procedimento de pesquisa, ou seja, da identificação das agências reguladoras estaduais. O Quadro 6 abaixo corresponde ao mapeamento das entidades em consonância com o período de eleição de governadores estaduais⁵⁸. A composição desse quadro foi reputada relevante para identificar em qual período ocorreu o maior surgimento de agências reguladoras estaduais e o grau de modificação e/ou extinção dessas instituições.

Nota-se que, a partir do ano de 1997, decorreram seis mandatos de governadores (períodos), isto é, i) de 1995 a 1998; ii) de 1999 a 2002; iii) de 2003 a 2006; iv) de 2007 a 2010; v) de 2011 a 2014; e vi) de 2014 a 2018:

⁵⁸ É necessário ressaltar que a inserção do período referente ao mandato dos governadores na tabela se deu somente para efeitos de futuras pesquisas fazerem referência a tais dados. A influência político-partidária nos respectivos momentos de criação, modificação ou extinção de agências reguladoras estaduais não é objeto deste estudo. Aliás, um aspecto conceitual que tem relação com a autonomia política do capítulo 1 é o “ultrapresidencialismo”, considerado uma característica influenciadora da governança destas agências estaduais aqui estudadas (ABRUCIO, 2007, p. 1). A expressão ultrapresidencialismo é conceituada como a ação de interferência do Poder Executivo no processo de nomeação política dos membros diretores e conselheiros das agências. Conforme Pó e Abrucio (2007, p. 12).

- Entre os anos de 1997 e 1998, ao todo, 9 (nove) agências estaduais foram criadas. Esse fato aponta para uma grande pressão do governo federal para que, nos Estados, o modelo federal fosse também imposto.
- De 1999 a 2002, 11 (onze) agências foram criadas, duas a mais que no período anterior, sendo que duas delas foram posteriormente modificadas e uma extinta.
- Entre 2003 e 2006, pode-se considerar que ocorreu uma redução da criação de novas agências; duas das oito agências criadas equivaleram à reestruturação de outra agência já criada (ASEP-RJ); além disso, em 2006 não ocorreu criação de nenhuma agência.
- No mandato posterior, de 2007 a 2010, ocorreu um aumento de criação de entidades. Nesse período, dez (dez) agências foram criadas, porém, dentre estas, 4 (quatro) sofreram posterior modificação.
- De 2011 a 2014, o número de criação de agências reduziu consideravelmente. Apenas duas agências foram criadas, sendo que dentre estas duas, uma foi posteriormente alterada.
- Por fim, de 2015 a 2018, ocorreu a criação de 7 (sete) agências, porém, todas equivalem à reestruturação de agências criadas anteriormente.

Quadro 6

Mapa das agências reguladoras estaduais

Mandatos de governadores a partir da criação da primeira agência estadual	Ano	Agências criadas	Agências criadas e posteriormente modificadas	Agências criadas e posteriormente extintas
1º	1997	ARCE; ARCON-PA; AGERGS	ASEP-RJ; CSPE	-
	1998	AGERBA	AGESP/ES	ARSE/MG; ASES/SE
2º	1999	AGER/MT; AGR;	ASEP-RN	-

		ARSAM		
	2000	ARPE	ASTINS	-
	2001	AGEPAN; ARSAL	-	-
	2002	ARTESP; AGEPAR	-	AGERSE/SE
3º	2003	AGEAC	ARSEMA	
	2004		ADASA/DF; ASPE	-
	2005	ARPB; AGENERSA; AGETRANSP	AGESC	-
	2006	-	-	-
4º	2007	AGERSA	ARESTO	
	2008	ADASA	ARSEP; ARSI	-
	2009	AGRESE; ARSAE-MG	CORESAB	-
	2010	-	ASPER; AGESAN	-
5º	2011	-	-	-
	2012	AGERSA	-	-
	2013	-	ARSEMA	-
	2014	-	-	-
6º	2015	MOB; ARESC	-	-
	2016	ARSEP; ARSP	-	-
	2017	AGERO; ATR; ARSESP	-	-
	2018		-	-

Tabela adaptada do modelo de Pó e Abrucio (2007)

Portanto, quanto mais o tempo passou, menos relevante se tornou a criação das agências reguladoras. Talvez isso tenha ocorrido porque, a partir do ano de 2011, o tema perdeu importância no plano federal. Além disso, é provável que, na agenda de reformas dos governos estaduais, pouco se passou a discutir sobre a necessidade de criação de novas entidades para regularem os diversos tipos de atividade econômica.

Feitas essas considerações, passa-se para a próxima seção, de conteúdo descritivo das agências reguladoras estaduais. É necessário ressaltar que a análise dos tipos de autonomia (administrativa, técnica, política e financeira) e controle (social, político, *à priori* e *à posteriori*) será empreendida de forma específica na seção a seguir, em relação a cada agência reguladora analisada. A identificação dos indicadores de autonomia controle será feita, caso a caso, com base na legislação e nos atos administrativos considerados relevantes para os objetivos deste trabalho, isto é, para a descrição da autonomia e do controle no desenho

normativo das agências reguladoras estaduais (e do Distrito Federal). Para deixar claro o contexto de relevância de atos normativos, é importante fazer aqui a referência às tabelas 1, 2, 3, 4 e 5, ao final do trabalho, especificamente nas colunas “lei estadual de criação e regimento interno/regulamento” e “normas disciplinadoras do desenho institucional”. Ali estão listadas todas as normas consultadas onde foram encontrados os indicadores identificados na primeira parte. A relevância se deu, por exemplo, quando foi encontrada uma determinada norma que trata de taxa de fiscalização instituída por uma agência. Em sentido contrário, a não relevância ocorreu quando, por exemplo, já havia sido encontrada uma taxa de fiscalização para a agência e a mesma instituiu uma norma sobre o procedimento para outra forma de arrecadação, como a aplicação de multas.

Portanto, para que se possa responder à pergunta de pesquisa, tais indicadores serão abordados, nas próximas linhas para cada agência.

2.4 Identificação específica dos tipos de autonomia e controle em cada agência

Nas subseções a seguir, a operacionalização proporcionada pelo capítulo 1 será abordada para a descrição de cada agência reguladora estadual, conforme seu respectivo arcabouço normativo. Dessa forma, serão identificados ao longo do texto os principais indicadores específicos dos Quadros 3 e 4 do capítulo anterior. As justificativas para a presença neste trabalho dessas subseções reside em dois fatores: o primeiro é que as agências reguladoras estaduais são pouco conhecidas, sendo assim, os agentes regulados e a própria sociedade poderá tomar conhecimento de detalhes referentes à autonomia e controle das entidades a que estão submetidos ou que desejam controlar (é o caso do controle social); o segundo ponto é que para apresentar uma resposta firme à pergunta de pesquisa, é necessário descrever ao máximo as instituições estudadas. Dessa forma, as próximas linhas serão dedicadas a essa análise minuciosa.

2.4.1 ADASA/DF (Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal), com sigla e denominação alteradas para ADASA (Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal)⁵⁹

Em relação à autonomia administrativa, é possível extrair do art. 20 Lei nº 3.365/2004 que a diretoria colegiada é composta de quatro diretores, sendo um deles o diretor presidente, nomeados pelo Governador do Distrito Federal, com mandatos não coincidentes de cinco anos, admitida uma única recondução. Pelo §2º do mesmo artigo, os nomes dos diretores serão previamente indicados pelo Governador do Distrito Federal para a aprovação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, inclusive no caso de recondução. Já o art. 22, § 1º desta mesma lei trata dos mandatos dos diretores de primeira gestão, com duração diferenciada, sendo um de três, um de quatro, um de cinco e um de seis anos, este último correspondeu ao mandato do diretor presidente (DISTRITO FEDERAL, 2004).

O art. 20 da lei de criação da agência reguladora prevê a existência de uma diretoria colegiada (DISTRITO FEDERAL, 2004). Consta no inciso XII do art. 21 da lei de criação da ADASA/DF e no art. 82 do regimento interno da ADASA que a diretoria colegiada é a instância máxima recursal nas matérias submetidas a esta agência reguladora (DISTRITO FEDERAL, 2004; AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL – ADASA, 2014, p. 50);

Para a garantia da autonomia financeira, percebeu-se que foram instituídas duas taxas de fiscalização no ano posterior à criação da ADASA, com a previsão, no art. 1º da Lei Complementar nº 711/2005, de que tais encargos devem ser recolhidos diretamente aos cofres da ADASA/DF (DISTRITO FEDERAL, 2005).

⁵⁹ Constatou-se que a agência reguladora: i) Foi criada pela Lei nº 3.365, de 16 de julho de 2004 (DISTRITO FEDERAL, 2004). Esta lei foi revogada pela Lei nº 4.285/2008, do item “iii”, a seguir; ii) A Lei Complementar nº 711, de 13 de setembro de 2005 criou a “Taxa de Fiscalização sobre Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário – TFS” e a “Taxa de Fiscalização dos Usos dos Recursos Hídricos – TFU” (DISTRITO FEDERAL, 2005); iii) A Lei nº 4.285, de 26 de dezembro de 2008 reestruturou a agência reguladora (DISTRITO FEDERAL, 2008). Foi através do art. 1º desta última lei que a denominação da agência foi oficialmente alterada; iv) Devido à reestruturação da agência reguladora pela lei distrital do item anterior, fez-se necessária a edição de um novo regimento interno, que foi estabelecido pela Resolução nº 16, de 17 de setembro de 2014 (AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL – ADASA, 2014). Esta resolução revogou o regimento interno anterior, estabelecido pela resolução nº 89, de 15 de maio de 2009 (AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL – ADASA, 2009).

Em relação à autonomia política, o art.30 da lei de criação, prevê a negociação e celebração de contrato de gestão no prazo máximo de noventa dias após cada nomeação de diretor presidente da agência reguladora.

Em referência ao controle social, apesar da lei de criação da ADASA ter previsto as audiências públicas através do art. 49 (DISTRITO FEDERAL, 2004), a primeira audiência pública foi realizada no mês de fevereiro de 2011, isto é, aproximadamente 7 (sete) anos após a criação da ADASA-DF (AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL, 2011). A primeira consulta pública realizada pela ADASA ainda está em andamento, de acordo com o aviso de consulta nº 001/2017 (AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL, 2017).

Igualmente, no que tange ao controle social, o art. 27 da lei de criação da instituição prevê o órgão da ouvidoria (DISTRITO FEDERAL, 2004). Não foi previsto para a entidade nenhum conselho ou órgão consultivo de deliberação coletiva, assim, legalmente não foi prevista a representação da sociedade.

2.4.2 AGEPAN (Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos do Mato Grosso do Sul)⁶⁰

Foi constatado, na investigação sobre a autonomia administrativa, que através do art. 9º, § 2º da lei de criação da AGEPAN que o mandato dos membros da Diretoria-Executiva corresponde a quatro anos, admitida uma única recondução. Também foi encontrada a regra do art. 24, incisos I e II da mesma lei. Segundo estes dispositivos, dois diretores exerceram mandato transitório até 31 de dezembro de 2002 e o diretor presidente e um diretor até 31 de

⁶⁰ As normas consultadas na pesquisa foram: i) A Lei nº 2.363, de 19 de dezembro de 2001, que criou a AGEPAN e o Conselho Estadual de Serviços Públicos (MATO GROSSO DO SUL, 2001); ii) A Lei nº 2.766, de 18 de dezembro de 2003, trata dos serviços públicos delegados (MATO GROSSO DO SUL, 2003). iii) A portaria AGEPAN nº 121, de 17 de novembro de 2015, que dispôs sobre a concessão de parcelamento dos débitos oriundos da taxa de fiscalização. (MATO GROSSO DO SUL, 2015). iv) A portaria AGEPAN nº 152, de 21 de setembro de 2017, que aprovou o regimento interno da instituição (MATO GROSSO DO SUL, 2017).

dezembro de 2004 (MATO GROSSO DO SUL, 2001). Nessa linha, foi averiguado no art. 6º, inciso “V” do regimento interno da AGEPAN que a diretoria executiva é a instância administrativa máxima para julgamento dos recursos acerca de penalidades impostas às entidades reguladas (MATO GROSSO DO SUL, 2017). Constatou-se também, de acordo com o art. 7º da lei de criação da AGEPAN, que a Diretoria-Executiva da agência reguladora é órgão colegiado (MATO GROSSO DO SUL, 2001).

Em relação à autonomia financeira, a taxa de fiscalização não foi encontrada em nenhuma lei, porém, acredita-se que ela existe devido à portaria nº 121/2015 ter estabelecido os critérios e as condições necessários à obtenção da concessão de parcelamento dos débitos oriundos da taxa de fiscalização (AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE MATO GROSSO DO SUL, 2015).

Em referência ao controle político, o art. 18 da lei de criação da agência reguladora previu a celebração do contrato de gestão, que deveria ser firmado no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias após a posse da Diretoria Executiva (MATO GROSSO DO SUL, 2001). Em notícia publicada no site oficial da AGEPAN, em 24 de junho de 2016, foi divulgado que existe contrato de gestão firmado pelo Governo do Estado com a Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica - Segov (secretaria à qual a AGEPAN é vinculada) (AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE MATO GROSSO DO SUL – AGEPAN, 2016a). Outra notícia veiculada pela mesma fonte afirma que tal contrato foi celebrado em março de 2016 (AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE MATO GROSSO DO SUL – AGEPAN, 2016b). Portanto, acredita-se que atualmente existe contrato de gestão.

Para o controle social, o inciso XII do art. 4º da lei de criação prevê a obrigatoriedade das audiências públicas (MATO GROSSO DO SUL, 2001); a primeira audiência pública foi realizada em 27 de fevereiro de 2012, conforme o Aviso de Audiência Pública nº 001/2012 (AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE MATO GROSSO DO SUL – AGEPAN, 2012). Verificou-se que a lei de criação não prevê consultas públicas; o art. 23 da lei que tratou dos serviços públicos delegados dispôs que elas deverão ser realizadas “previamente à edição de quaisquer regulamentos e à aprovação de regime, níveis, estruturas e revisões tarifárias, bem como nos demais casos definidos no regimento interno” (MATO GROSSO DO SUL, 2003). A primeira consulta pública foi realizada entre os meses de fevereiro e março de 2013, conforme o Aviso de Consulta Pública nº 002/2013

(AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE MATO GROSSO DO SUL – AGEPAN, 2013). Adicionalmente, em referência ao controle social, o §2º do art. 13 da lei de criação prevê o órgão da ouvidoria (MATO GROSSO DO SUL, 2001).

Contemplando o controle social, o art. 19 da lei de criação da agência reguladora (MATO GROSSO DO SUL, 2001) instituiu o Conselho Estadual de Serviços Públicos, que é um órgão consultivo, de deliberação coletiva. O art. 20 desta mesma lei (com redação dada pela Lei nº 4.732/2015) incluiu na composição desse órgão um representante “dos usuários de cada um dos serviços regulados e/ou fiscalizados pela AGEPAN”.

2.4.3 AGER/MT (Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado do Mato Grosso), com denominação alterada para AGER/MT (Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Mato Grosso)⁶¹

Na análise da autonomia administrativa, foi verificado através do art. 7º da lei de criação que os membros do Conselho Superior da AGER/MT têm mandato de 4 (quatro) anos, e são indicados pelo governador, porém, não foi encontrada qualquer regra sobre a proibição de mandatos coincidentes (MATO GROSSO, 1999a). Somente através dos arts. 5º e 6º da Lei Complementar nº 66/99 instituiu-se a Diretoria-Executiva composta de um presidente e três diretores, com mandatos não coincidentes de quatro anos (MATO GROSSO, 1999b). De acordo com o art. 5º, caput e inciso III do regimento interno da AGER/MT, a autarquia possui em sua estrutura básica a Diretoria Executiva Colegiada com competência para decidir, como instância superior, “recursos administrativos, disciplinares e regulatórios” (AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS -

⁶¹ As leis pesquisadas foram: i) A lei de criação, Lei nº 7.101, de 14 de janeiro de 1999 (MATO GROSSO, 1999a); ii) A Lei Complementar nº 66, de 22 de dezembro de 1999, que alterou a lei de criação da AGER/MT e criou cargos (MATO GROSSO, 1999b); iii) A Lei Complementar nº 99, de 18 de dezembro de 2001, que alterou a LC nº 66/99 (MATO GROSSO, 2001); iv) A Lei nº 7.981, de 23 de outubro de 2003, que criou a “Taxa de Regulação, Fiscalização e Controle - TRFC do Serviço de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros”; v) A Lei Complementar nº 275, de 24 de julho de 2007, que alterou e acresceu dispositivos à LC 66/99 (MATO GROSSO, 2007); vi) A Lei Complementar nº 429, de 21 de julho de 2011, que dispôs sobre a organização, estrutura e competências da AGER/MT (MATO GROSSO, 2011).

AGER/MT, 2017). Nesse sentido, foi constatado que o art. 4º, inciso I do regimento interno da autarquia prevê que o órgão pertencente ao nível de decisão colegiada é a Diretoria Executiva Colegiada (AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS - AGER/MT, 2017).

Contemplando a autonomia financeiro, a Lei nº 7.981/2003 instituiu a “Taxa de Regulação, Fiscalização e Controle - TRFC do Serviço de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros” (MATO GROSSO, 2003).

Além disso, em relação ao controle político, não foi encontrado qualquer contrato de gestão firmado em relação à agência reguladora. Nem sequer foi encontrada referência na legislação a qualquer tipo de prazo para a agência firmá-lo. Acrescente-se que, em referência ao controle social, não existe previsão legal de obrigatoriedade de audiência pública ou consulta pública. Nesse sentido, a regra do § 2º do art. 13 da lei de criação 1999 (MATO GROSSO, 1999a), prevê que a autarquia, através do regimento interno, deve disponibilizar aos usuários um sistema de ouvidoria pública. Porém, apenas no ano de 2014 a primeira versão do regimento interno dispôs no art. 9º sobre a Diretoria Reguladora de Ouvidoria (AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS - AGER/MT, 2014). Segundo o art. 7º do atual regimento interno, a ouvidoria “tem como missão garantir que as manifestações do usuário e das delegatárias sejam devidamente apreciadas” (AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS - AGER/MT, 2017). Ainda em relação ao controle social, o órgão consultivo de deliberação coletiva está previsto no art. 18 da Lei Complementar nº 429/2011, inclusive, o inciso IV desse dispositivo prevê 2 (dois) representantes dos consumidores (MATO GROSSO, 2011).

2.4.4 AGR (Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos)⁶²

Primeiramente, ressalta-se que nesta agência, o regimento interno é denominado regulamento. Assim, no que tange à autonomia administrativa, foi constatado que o art. 3º da Lei nº 13.569/99 (com redação dada pela Lei nº 17.268/2011) prevê mandatos não-coincidentes de 4 (quatro) anos, sendo permitida uma única recondução para os cargos de conselheiro do Conselho Regulador da AGR (GOIÁS, 1999b). O art. 37 dessa mesma lei determina a “transição para o sistema de mandatos não coincidentes”, sendo assim, tanto o presidente da agência reguladora quanto os diretores tiveram mandatos diferenciados (GOIÁS, 1999b). Ademais, foi constatado que o art. 11 da Lei nº 13.569/99 prevê que o Conselho Regulador é a última instância da esfera administrativa (GOIÁS, 1999b). Também se verificou que o Conselho de Gestão, previsto no art. 11 da Lei nº 13.569/99, posteriormente denominado de Conselho Regulador constitui órgão colegiado de deliberação coletiva da AGR (GOIÁS, 1999b).

No que toca ao controle financeiro, o art. 24 da Lei nº 13.569/99 criou a “TRCF - Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos concedidos, permitidos ou autorizados” (GOIÁS, 1999b).

Em se tratando de controle político, apesar do Decreto nº 8.498/2015 prever no inciso IV do art. 47 a obrigatoriedade de celebração do contrato de gestão com a Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento, não foi encontrado qualquer contrato de gestão celebrado (AGÊNCIA GOIANA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS – AGR, 2015).

No controle social, apesar do art. 23 da Lei nº 13.569/99 prever a realização de audiência pública, não foi encontrado no site oficial da agência registro qualquer sobre a realização de audiências públicas (GOIÁS, 1999b). A realização de consulta pública foi prevista no art. 23, porém, o primeiro de registro consulta pública realizada pela AGR é do

⁶² Foram pesquisadas as seguintes normas: i) Lei nº 13.550, de 11 de novembro de 1999, que modificou a organização administrativa do Poder Executivo (GOIÁS, 1999a); ii) Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, que dispôs sobre a AGR (GOIÁS, 1999b). iii) Decreto nº 7.755, de 29 de outubro de 2012, que aprovou o regulamento da autarquia (AGÊNCIA GOIANA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS – AGR, 2012). iv) Decreto nº 8.498, de 02 de dezembro de 2015, que revogou o decreto anterior e aprovou o novo regulamento da agência reguladora (AGÊNCIA GOIANA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS – AGR, 2015).

ano de 2018 (AGÊNCIA GOIANA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS – AGR, 2018).

Ainda em relação ao controle social, foi verificado que, de acordo com o parágrafo único do art. 17 da lei de criação (GOIÁS, 1999b), a atividade de ouvidoria não era oficialmente instituída; a Presidência da AGR era o órgão que respondia por essa atividade. Somente através do art. 41 da primeira versão do regulamento da agência reguladora foi implantado o órgão denominado “gerência da ouvidoria” (AGÊNCIA GOIANA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS – AGR, 2012). Nessa linha, não foi encontrado na legislação referente à AGR qualquer referência a órgão consultivo de deliberação coletiva.

2.4.5 AGERBA (Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transporte e Comunicações da Bahia)⁶³

Foi verificado, para a análise da autonomia administrativa, que o art. 14 da lei de criação da AGERBA e o art. 50 do regimento interno apenas preveem que “o Diretor Executivo e os Diretores Gerais da AGERBA serão nomeados pelo Governador do Estado”, mas não fazem qualquer referência ao prazo dos mandatos (BAHIA, 1998a; BAHIA, 1998b). Adicione-se que o art. 13 do regimento interno prevê que à diretoria executiva da AGERBA cabe decidir em regime de colegiado (BAHIA, 1998a). Além disso, foi verificado através do art. 41 do regimento interno que a Diretoria Colegiada é o órgão responsável por definir os procedimentos relativos ao processo decisório (BAHIA, 1998b). Porém, não foi constatada na legislação referente à AGERBA qualquer definição sobre o processo recursal.

No que toca à autonomia financeira, a taxa de fiscalização, não foi encontrada qualquer referência a ela na legislação. Na autonomia política, apesar do art. 46 do regimento interno (BAHIA, 1998b) prever que “a administração da AGERBA será objeto de contrato de

⁶³ A pesquisa constatou que: i) A AGERBA foi criada pela Lei nº 7.314, de 19 de maio de 1998 (BAHIA, 1998a); ii) O decreto governamental nº 7.426, de 31 de agosto de 1998 aprovou o regimento interno da AGERBA (BAHIA, 1998b).

gestão negociado e celebrado entre a Diretoria e a Secretaria de Energia, Transportes e Comunicações”, até o presente momento não foi constatada a celebração desse instrumento.

Para a garantia do controle social, o art. 20 da lei de criação (BAHIA, 1998a) e o inciso III do art. 8º do regimento interno (BAHIA, 1998b) preveem que compete à Diretoria Executiva da AGERBA a realização de audiências públicas. Foi constatada a realização da primeira audiência pública desta agência reguladora no ano de 2005, isto é, aproximadamente 7 (sete) anos após a criação da AGERBA AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ENERGIA, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES DA BAHIA – AGERBA, 2005). Nesse sentido, não existe na legislação da AGERBA qualquer referência à consulta pública. Porém, o Aviso de Consulta Pública AGERBA Nº. 001/2018 disponível no site oficial da agência faz referência ao art. 20 da lei de criação, que trata de audiências públicas (BAHIA, 1998a).

Ainda em referência ao controle social, de acordo com o art. 10 do regimento interno da autarquia, a ouvidoria é o órgão que “que recebe, processa e dá provimento às reclamações dos usuários relacionados com a prestação de serviços públicos regulados” (BAHIA, 1998b). De acordo com informações do site oficial da AGERBA, este órgão foi criado no ano de 2000, isto é, 2 (dois) anos após a criação da agência reguladora. Também, para o controle social, foi constatado que o inciso VII do art. 9º da lei de criação prevê a existência do Conselho Consultivo, com participação da sociedade civil. (BAHIA, 1998a).

2.4.6 CORESAB (Comissão de Regulação dos Serviços Públicos de Saneamento Básico do Estado da Bahia), órgão extinto pela criação da AGERSA (Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia)⁶⁴

⁶⁴ As normas consultadas foram: i) A Lei nº 10.704 de 12 de novembro de 2007, que criou o Conselho Estadual das Cidades da Bahia - ConCidades/BA, da estrutura da Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR, que é um órgão colegiado de deliberação coletiva formado por representantes do poder público e da sociedade civil, de acordo com o art. 1º desta lei (BAHIA, 2007). ii) O Decreto nº 11.429 de 05 de fevereiro de 2009, que aprovou o regimento da Comissão de Regulação dos Serviços Públicos de Saneamento Básico do Estado da Bahia CORESAB (BAHIA, 2009); iii) A Lei nº 12.602, de 29 de novembro de 2012, que criou a AGERSA (BAHIA, 2012); iv) A Resolução nº 001, de 08 de março de 2013, que aprovou o regimento interno da autarquia (AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DA BAHIA – AGERSA, 2013).

Na análise da autonomia administrativa, tanto o art.11 da lei de criação da autarquia quanto o art. 35 do regimento interno preveem apenas a nomeação dos diretores pelo governador do estado; ambos os dispositivos não fazem qualquer referência à investidura nestes cargos por tempo determinado (BAHIA, 2012; AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DA BAHIA – AGERSA, 2013). Além disso, segundo o inciso IV do art. 7º do regimento interno da AGERSA, a diretoria é a última instância administrativa recursal (AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DA BAHIA – AGERSA, 2013). Ressalta-se também que desde quando a CORESAB ainda atuava já existia direção colegiada, de acordo com o art. 7º do regimento interno (BAHIA, 2009). O art. 10 da lei de criação da autarquia prevê que a diretoria é o órgão colegiado de deliberação superior (BAHIA, 2012).

Para a autonomia financeira, não foi encontrada na legislação, e em notícias no site oficial da AGERSA, qualquer referência à existência de taxa de fiscalização. No que tange ao controle político, conforme o art. 16 da lei de criação da AGERSA e o §1º do art. 32 do regimento interno da autarquia, o contrato de gestão não é obrigatório. Este contrato pode, portanto, ser celebrado através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano para ampliar a “autonomia gerencial, orçamentária e financeira” da AGERSA, “estabelecendo, em contrapartida, metas de desempenho a serem atingidas” (BAHIA, 2012; AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DA BAHIA – AGERSA, 2013).

Para o controle social, de acordo com o inciso VII do parágrafo único do art. 2º do regimento interno da AGERSA, a autarquia tem a possibilidade, e não a obrigatoriedade, de realizar audiências e consultas públicas; a realização de tal função, conforme o inciso V do art. 13 desta mesma norma, cabe à diretoria geral e tem o objetivo de avaliar a “situação dos serviços públicos, bem como das atividades desenvolvidas pela AGERSA” (AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DA BAHIA – AGERSA, 2013). A primeira audiência pública, sem previsão legal, foi realizada pela autarquia em abril de 2016. (AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DA BAHIA – AGERSA, 2016). A consulta pública está conforme a mesma fundamentação legal das audiências públicas. O primeiro registro de consulta pública realizada pela agência

ocorreu em julho de 2017 (AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DA BAHIA – AGERSA, 2017).

Também, em referência ao controle social, o órgão de ouvidoria está presente no art. 4º da lei de criação (BAHIA, 2012); também o art. 8º do regimento interno da autarquia prevê, na estrutura básica do órgão, a ouvidoria (AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DA BAHIA – AGERSA, 2013). E ainda, o Conselho Consultivo é o órgão de deliberação coletiva, com representação e participação da sociedade na AGERSA, conforme o art. 5º do regimento interno (AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DA BAHIA – AGERSA, 2013); este órgão é composto por integrantes do Conselho Estadual das Cidades da Bahia - ConCidades/BA (BAHIA, 2007).

2.4.7 AGRESE (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe)⁶⁵

Em relação à autonomia administrativa, os arts. 10, 12 e 25 da lei de criação AGRESE tratam dos mandatos não coincidentes e por tempo determinado, dos dirigentes da autarquia. Assim, a Diretoria-Executiva é composta por 03 (três) membros, indicados pelo Conselho Superior e nomeados pelo Governador do Estado, com mandatos não coincidentes de 02 (dois) anos (SERGIPE, 2009). Além disso, conforme os arts. 8º e 12 da lei de criação, o conselho superior e a diretoria-executiva correspondem a órgãos de direção colegiada (SERGIPE, 2009). Nesse sentido, conforme o inciso XII do art. 5º do regimento interno, cabe ao conselho superior o julgamento de recursos sobre “penalidades impostas às agências reguladas” (AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SERGIPE – AGRESE, 2015). Não foi encontrada na legislação qualquer referência à última instância de decisão.

⁶⁵ As normas consultadas foram: i) A Lei nº 6.661, de 28 de agosto de 2009, que criou a AGRESE (SERGIPE, 2009); ii) A Resolução nº 02, de 29 de setembro de 2015, que aprovou o regimento interno da agência reguladora (AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SERGIPE – AGRESE, 2015); iii) A Resolução nº 04, de 26 de janeiro de 2016, que aprovou o regulamento-geral da autarquia (AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SERGIPE – AGRESE, 2016).

Para a autonomia financeira, a Taxa de Fiscalização de serviços públicos concedidos ou permitidos foi instituída através do art. 23 da lei de criação da autarquia (SERGIPE, 2009). Em relação ao controle político, não existe qualquer referência legal à obrigatoriedade ou não de celebração de contrato de gestão pela agência reguladora.

Para o controle social, de acordo com o inciso XV do art. 6º da lei de criação, é de competência da AGRESE a realização, “quando necessário”, de “audiências públicas para ouvida dos usuários dos serviços prestados” (SERGIPE, 2009). A primeira audiência pública verificada foi realizada no mês de agosto de 2017 (AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SERGIPE – AGRESE, 2018). Ademais, a lei de criação da autarquia não fez previsão de consulta pública; ela foi instituída através do inciso XIX do art. 6º do regulamento-geral (AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SERGIPE – AGRESE, 2016). A primeira consulta pública realizada pela autarquia ocorreu em março de 2018 (AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SERGIPE – AGRESE, 2018). Ainda no âmbito do controle social, o art. 30 da lei de criação fez a previsão do órgão da ouvidoria (SERGIPE, 2009). Porém, não foi encontrado qualquer órgão consultivo de deliberação coletiva.

2.4.8. ARCE (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará)⁶⁶

Em referência à autonomia administrativa, o art. 17 da lei de criação prevê mandatos não coincidentes de 4 (quatro) anos para os conselheiros, “admitida uma única recondução, por ato exclusivo do Governador do Estado”. Portanto, foi atribuído o valor 1 (um) para esta variável nos dois momentos analisados. Além disso, conforme o art. 11 da lei de criação, o conselho diretor é o “órgão deliberativo superior, organizado em regime colegiado”.

⁶⁶ As normas consultadas foram: i) A Lei nº 12.786, de 30 de dezembro de 1997, que criou a ARCE (CEARÁ, 1998); ii) A Resolução nº 15, de 27 de julho de 2000, que estabeleceu o regimento interno da agência reguladora (AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ – ARCE, 2000). iii) A Resolução nº 151, de 22 de julho de 2011, que dispôs sobre o processo decisório e as audiências públicas (AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ – ARCE, 2011).

Adicionalmente, o processo decisório, previsto no art. 28 e seguintes da lei de criação (CEARÁ, 1998) foi regulamentado através do §2º do regimento interno (AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ – ARCE, 2000). Segundo este último dispositivo, o conselho diretor é a “instância administrativa definitiva nas questões relativas a serviços públicos regulados de competência originária do Estado do Ceará ou quando tal competência lhe for outorgada pelo poder concedente”.

No que toca à autonomia financeira, foi estabelecida, através da Resolução nº 90/2007 a denominada “taxa de regulação”, cobrada da “prestadora de Serviço Regular de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros”, conforme o art. 1º (AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ – ARCE, 2007).

Em se tratando de controle político, não foi encontrado na legislação qualquer referência à obrigatoriedade ou não de contrato de gestão a ser firmado pela ARCE. Para o controle social, de acordo com o art. 9º da Resolução nº 151/2011, a forma de realização da audiência pública é através de “intercâmbio documental”, mas existe a possibilidade de “ser realizada concomitantemente na forma presencial, mediante reunião pública” (AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ – ARCE, 2011). A primeira audiência pública realizada pela autarquia ocorreu em fevereiro de 2016, conforme consta no site oficial da ARCE, na aba “serviços”. A legislação da autarquia não faz a previsão de consultas públicas. Nesse sentido, de acordo com o inciso V do art. 9º da lei de criação da ARCE, a ouvidoria é órgão pertencente à sua estrutura organizacional (CEARÁ, 1998). E ainda, o conselho consultivo é o órgão que possui, entre outras representações, a de entidade representativa dos usuários dos serviços públicos, conforme o inciso IV do art. 26 da lei de criação (CEARÁ, 1998).

2.4.9 ARPB (Agência de Regulação do Estado da Paraíba)⁶⁷

⁶⁷ As normas consultadas foram: i) A Lei nº 7.843, de 01 de novembro de 2005, que criou a ARPB (PARAÍBA, 2005); ii) O Decreto nº 26.884 de 26 de fevereiro de 2006 aprovou o regulamento da autarquia (PARAÍBA, 2006).

Na análise da autonomia administrativa, conforme o parágrafo único do art. 8º da lei de criação (PARAÍBA, 2005), os diretores são nomeados pelo governador do Estado para exercer o mandato de 4 (quatro) anos, porém, não existe norma que assegura a não coincidência do tempo de exercício do cargo entre eles. Além disso, os arts. 8º da lei de criação e 4º do regulamento trazem a Diretoria como “órgão colegiado, deliberativo e executivo da ARPB”. Assim também, foi constatado que a Diretoria não é a última instância de decisão. Conforme o §2º do art. 11 da lei de criação, “das decisões da Diretoria, no caso de serviço público de competência delegada por outro ente federado, caberá recurso, nos prazos legais, à entidade delegante”. Ademais, também o parágrafo único do art. 45 do regulamento da ARPB prevê que “nos casos de competência delegada, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias, ao órgão detentor da competência originária” (PARAÍBA, 2006).

Para a autonomia financeira, o art. 22 da lei de criação criou a Taxa de Fiscalização de Serviços Públicos – TFSP (PARAÍBA, 2005). Em relação ao controle político, foi verificada a inexistência da previsão do contrato de gestão, tanto na legislação quanto em informações do site oficial desta agência reguladora.

Para o controle social, o inciso XVI do art. 6º da lei de criação prevê que compete à ARPB “convocar audiência pública para tratar de assuntos relacionados com a prestação de serviços públicos delegados, de competência originária ou delegada ao Estado da Paraíba, de relevante interesse da sociedade” (PARAÍBA, 2005). Além disso, o inciso XI do art. 26 do regulamento afirma que cabe ao diretor presidente “promover audiências públicas para avaliação da situação dos serviços públicos regulados, bem como das atividades desenvolvidas pela ARPB” (PARAÍBA, 2006). O primeiro registro de audiência pública ocorreu no ano de 2016, conforme notícia da página inicial do site oficial da agência reguladora. Portanto, atribuiu-se o valor (1) um para esta variável. Acrescente-se que não existe previsão legal para consultas públicas. Nesse sentido, o art. 7º da lei de criação prevê a ouvidoria na estrutura organizacional desta agência reguladora. Em relação ao controle social, a lei de criação também prevê, no art. 16, o Conselho Estadual de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos como órgão consultivo da autarquia. Os incisos VI e VII deste mesmo artigo garantem a participação de representantes de consumidores e usuários dos serviços públicos (PARAÍBA, 2005).

2.4.10 ARPE (Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco), com sigla mantida e denominação alterada para ARPE (Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco)⁶⁸

Contemplando a autonomia administrativa, o §2º do art. 6º da lei de criação (PERNAMBUCO, 2000a) prevê que o mandato dos diretores é de 2 (dois) anos, admitida uma única recondução; a ausência da previsão de mandatos não consecutivos foi suprida através do §3º do art. 6º da Lei nº 12.126/ 2001 (PERNAMBUCO, 2001), que determina que “na segunda instalação da Diretoria”, os mandatos dos diretores serão “diferenciados de 04 (quatro), 03 (três) e 02 (dois) anos de acordo com os termos de posse fixados nos respectivos atos de nomeação”. Porém, a Lei nº 12.524/2003 revogou esta última disposição (PERNAMBUCO, 2003) e o Decreto nº 30.200/2007 nada tratou sobre o assunto (PERNAMBUCO, 2007); o regimento interno também não dispôs sobre esse tema. Além disso, o art. 6º do regimento interno prevê que a diretoria corresponde à instância administrativa final de decisão (AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO – ARPE, 2005). Porém, não foi encontrada na legislação qualquer referência a esta variável. Atribuiu-se o valor 0 (zero). Esse mesmo dispositivo citado prevê que a diretoria corresponde a um órgão colegiado. A legislação anterior tratava a diretoria como “órgão deliberativo e executivo da ARPE”, conforme o art. 6º da Lei nº 12.524/2003 (PERNAMBUCO, 2003), o art. 6º da Lei nº 12.126/2001 (PERNAMBUCO, 2001) e o art. 6º da Lei nº 11.742/2000 (PERNAMBUCO, 2000a).

⁶⁸ As normas pesquisadas foram: i) A lei estadual de criação da ARPE: Lei nº 11.742, de 14 de janeiro de 2000 (revogada pelo art. 21 da Lei nº 12.126, de 12 de dezembro de 2001) (PERNAMBUCO, 2000a); ii) A Lei nº 11.921, de 29 de dezembro de 2000, que dispôs sobre o cálculo, a cobrança e o recolhimento de Taxa de Fiscalização sobre os serviços públicos delegados pelo Estado de Pernambuco (PERNAMBUCO, 2000b). iii) A lei estadual que alterou e consolidou as disposições da lei de criação, denominada Lei nº 12.126, de 12 de dezembro 2001 (revogada pelo art. 44 da Lei nº 12.524, de 30 de dezembro de 2003) (PERNAMBUCO, 2001); iv) A Lei nº 12.524, de 30 de dezembro de 2003, que alterou e consolidou as disposições da lei do item anterior (PERNAMBUCO, 2003); v) A Resolução nº 09/2005, de 16 de dezembro de 2005, que aprovou o regimento interno da autarquia (AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO – ARPE, 2005); vi) O Decreto nº 30.200, de 9 de fevereiro de 2007, que regulamentou a lei do item anterior (PERNAMBUCO, 2007)

Para a autonomia financeira, foi instituída a “Taxa de Fiscalização sobre os serviços públicos delegados pelo Estado de Pernambuco” pela Lei nº 11.921/2000. Conforme o art. 2º desta mesma lei, esta taxa é devida à ARPE “pelos titulares de concessões, permissões e autorizações dos serviços delegados pelo Estado de Pernambuco”. Em relação ao controle político, não é obrigatório o contrato de gestão, conforme o disposto no art. 16 da Lei nº 12.126/2001 e o art. 16 da Lei nº 12.524/2003. Tendo em vista isso, também não foi encontrada no site oficial da autarquia qualquer referência à celebração deste instrumento.

Para o controle social, a audiência pública foi prevista desde a lei de criação da ARPE, através do inciso XII do art.4º (PERNAMBUCO, 2000a). Conforme o art. 2º da Resolução nº 005/2004 (AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO – ARPE, 2004), “as audiências públicas poderão ser conduzidas em sessões ao vivo, com a entrada aberta aos interessados, ou em processos de intercâmbio documental”; o art. 5º da Resolução nº 005/2007 (AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO – ARPE, 2007) repetiu a mesma previsão. Já a previsão legal da realização de consultas públicas somente ocorreu através do inciso XXI do art. 9º do Decreto nº 30.200/2007.

Ainda no que toca ao controle social, a ouvidoria está presente na estrutura organizacional da ARPE desde a lei de criação da agência, conforme o inciso III do art. 5º (PERNAMBUCO, 2000a). Além disso, apesar do conselho consultivo da ARPE estar previsto na legislação da autarquia, foi suprimida a verdadeira participação popular que constava no inciso V do art. 11 da 12.126/2001 (PERNAMBUCO, 2001), isto é, a previsão relativa à participação de membro de “entidades representativas dos usuários de pequeno porte” foi excluída do art. 23 do regimento interno (AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO – ARPE, 2005) e do art. 32 do Decreto nº 30.200/2007 (PERNAMBUCO, 2007).

2.4.11 ARSAL (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Alagoas)⁶⁹

Em relação à autonomia administrativa, de acordo com o art. 12 da lei de criação, os membros da diretoria executiva são nomeados para cumprir “mandatos não coincidentes de três anos, admitida uma única recondução” (ALAGOAS, 2001a); o art. 33.3, caput, e seus incisos I, II e III desta mesma lei prevê a regra para a implementação da “transição para o sistema de mandatos não coincidentes”, isto é, determina que o presidente terá mandato de 3 (três) anos, um dos diretores ficará 2 (dois) anos no cargo, e outro diretor, 1 (um) ano (ALAGOAS, 2001a). Esta regra não foi alterada posteriormente. Além disso, O §2º do art. 51 da primeira versão do regimento interno fez a previsão de que a diretoria executiva é a “instância administrativa definitiva nas questões relativas a serviços públicos regulados de competência originária do Estado de Alagoas ou quando tal competência lhe for outorgada pelo poder concedente” (ALAGOAS, 2002a); já o art. 70 da segunda e última alteração do regimento interno dispõe que o conselho diretor é o órgão responsável por proferir a decisão final, “nas questões referentes a serviços públicos regulados de competência originária do Estado de Alagoas ou quando tal competência for outorgada à ARSAL pelo poder concedente” (ALAGOAS, 2016). Nessa linha, o art. 11 da lei de criação (ALAGOAS, 2001a) e o art. 23 do regimento interno (ALAGOAS, 2002a), inicialmente atribuíam as decisões em regime colegiado à diretoria executiva; posteriormente, com a edição da resolução que alterou o regimento interno, esta atribuição passou a ser do conselho diretor da ARSAL, conforme o art. 11 desta resolução (ALAGOAS, 2016).

Para a autonomia financeira, foi constatada a presença da taxa de fiscalização que, de acordo com o art. 2º da Lei nº 6.282-a/2001, é devida à ARSAL “pelos titulares de concessões, permissões e autorizações dos serviços públicos delegados pelo Estado de Alagoas” (ALAGOAS, 2001b); já o art.2º da Lei nº 6.345/2002, dispõe sobre a taxa de

⁶⁹ As normas encontradas pela pesquisa foram: i) A Lei nº 6.267, de 20 de setembro de 2001 que criou a ARSAL (ALAGOAS, 2001a); ii) A Lei nº 6.282-a, de 31 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o cálculo, a cobrança e o recolhimento da taxa de fiscalização sobre serviços públicos delegados pelo Estado de Alagoas (ALAGOAS, 2001b); iii) Decreto nº 520, de 22 de janeiro de 2002, que dispôs sobre o regimento interno da autarquia (ALAGOAS, 2002a); iv) A Lei nº 6.345, de 30 de dezembro de 2002, que dispôs sobre o cálculo, a cobrança e o recolhimento da taxa de fiscalização sobre serviços delegados de transporte intermunicipal de passageiros no Estado de Alagoas (ALAGOAS, 2002); v) A Lei nº 7.151, de 05 de maio de 2010, que alterou a lei de criação da ARSAL (ALAGOAS, 2010). vi) Resolução nº 16, de 8 de setembro de 2016, que alterou o regimento interno (ALAGOAS, 2016).

fiscalização que é devida à ARSAL “pelos titulares de permissões e autorizações dos Serviços Públicos Delegados de transporte intermunicipal de passageiros pelo Estado de Alagoas” (ALAGOAS, 2002).

Em relação ao controle político, conforme a busca realizada na legislação e em notícias do site oficial da ARSAL, não foi encontrada qualquer referência à celebração do instrumento do contrato de gestão. Em referência ao controle social, a realização de audiência pública é prevista como competência da ARSAL no inciso IX do art. 9º da lei de criação (ALAGOAS, 2001a) e no art. 55 do regimento interno (ALAGOAS, 2002a). Já a consulta pública só veio a ser regulamentada através da alteração do regimento interno da ARSAL, no art. 78 (ALAGOAS, 2016). Ainda, no que tange ao controle social, a ouvidoria está presente como órgão da estrutura organizacional da ARSAL desde a edição do inciso III do art. 10 da lei de criação (ALAGOAS, 2001a). Adicione-se que a presença de um conselho consultivo ou de qualquer outro órgão consultivo de deliberação coletiva não foi prevista pelas normas da agência reguladora.

2.4.12 ARSEP (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Maranhão), com sigla e denominação alterada para ARSEMA (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Maranhão) e, posteriormente transformada na MOB (Agência Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos)⁷⁰

⁷⁰ As normas encontradas pela pesquisa foram: i) A Lei nº 8.915, de 23 de dezembro de 2008, que criou a ARSEP (MARANHÃO, 2008); ii) A Lei nº 9.449, de 30 de agosto de 2011, que alterou a lei de criação da ARSEP (MARANHÃO, 2011a); iii) O Decreto nº 27.827, de 11 de novembro de 2011, que aprovou o regimento interno da ARSEP (MARANHÃO, 2011b); iv) A Lei nº 9.861, de 01 de julho de 2013, que dispôs sobre a ARSEMA (MARANHÃO, 2013); v) A Lei nº 10.106, de 25 de junho de 2014, que aprovou o regimento interno da ARSEMA (MARANHÃO, 2014); vi) A Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015, que criou a MOB (MARANHÃO, 2015); vii) A Lei 10.225/2015, que dispôs sobre as atribuições da MOB (MARANHÃO, 2015); viii) O Decreto nº 31.601, de 8 de abril de 2016, que aprovou o regimento interno da MOB (MARANHÃO, 2016); ix) A Medida Provisória nº 229, de 2 de fevereiro de 2017, que extinguiu a ARSEMA e transferiu para a MOB “os recursos humanos, bens materiais, orçamentários e financeiros”, conforme o art. 4º desta medida provisória. O art. 5º desta medida provisória ainda determinou a mudança de denominação da MOB, incluindo o termo “e serviços públicos”.

O §1º do art. 13 da lei de criação da ARSEP prevê, quanto à autonomia administrativa, que os mandatos dos diretores equivalem a 4 (quatro) anos, mas a lei não dispõe sobre a não coincidência destes mandatos (MARANHÃO, 2008). A posterior alteração desta lei (MARANHÃO, 2011a) e o regimento interno (MARANHÃO, 2011b) não trataram deste assunto. A previsão de mandatos não coincidentes para os diretores surgiu apenas através do art. 15 da lei que criou a ARSEMA (MARANHÃO, 2013) e do art. 4º do seu respectivo regimento interno (MARANHÃO, 2014). A legislação que trata da MOB não abordou o assunto. De outro ângulo, o art. 5º da lei de criação da ARSEMA (MARANHÃO, 2013) e o art. 4º do regimento interno desta agência reguladora (MARANHÃO, 2014) preveem que ela “é dirigida por uma diretoria colegiada”. Porém, a MOB não possui em sua legislação qualquer menção à direção colegiada. Nessa linha, o inciso XX do art. 5º do regimento interno da ARSEMA, determinou que a diretoria-geral era instância administrativa julgadora de recursos relativos a penalidades impostas às entidades reguladas (MARANHÃO, 2014), porém este foi o único dispositivo já editado que tratou sobre o tema de recursos, isto é, não existe procedimento recursal previsto na legislação desta agência reguladora.

Ainda em relação à autonomia administrativa, o Conselho Estadual de Regulação dos Serviços Públicos do Estado do Maranhão - CONERMA foi previsto inicialmente pelo §1º do art. 9º da lei que alterou a lei de criação da ARSEP (MARANHÃO, 2011). A lei que criou a ARSEMA trata, nos incisos II e V do art. 12 que, respectivamente, “um representante dos usuários dos serviços” e “um representante da entidade ligada à defesa do consumidor” são membros deste conselho. A legislação da MOB não trata deste assunto.

A autonomia financeira, através da taxa de fiscalização está prevista e é denominada “Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização – TRCF”, no art. 19 e seguintes da lei de criação da ARSEP (MARANHÃO, 2008), no art. 21 e seguintes da lei que alterou a lei de criação da ARSEP (MARANHÃO, 2011a) e no art. 23 e seguintes da lei de criação da ARSEMA (MARANHÃO, 2013). Para a MOB, não foi prevista esta taxa.

Em relação ao controle político, a previsão de celebração de um contrato de gestão é disposta apenas pelo inciso II do art. 12 do regimento interno da ARSEP (MARANHÃO, 2011b) e pelo inciso II do art. 20 do regimento interno da ARSEMA (MARANHÃO, 2014). Porém, estas regras se referem às “discussões prévias” para a agência reguladora firmar este instrumento com o Poder Executivo. Não foram encontradas notícias nos sites da ARSEMA e da MOB sobre a pactuação deste contrato de gestão citado pelos regimentos internos.

Para o controle social, as audiências públicas estão previstas no art. 5º e seu parágrafo único da lei de criação da ARSEP (MARANHÃO, 2008), no art. 12 do regimento interno da ARSEP (MARANHÃO, 2011a), no art. 6º e seu parágrafo único da lei que alterou o regimento interno da ARSEP (MARANHÃO, 2011b), no art. 7º e seu parágrafo único da lei de criação da ARSEMA (MARANHÃO, 2013) e no art. 20 do regimento interno da ARSEMA (MARANHÃO, 2014). Porém, a legislação referente à MOB não tratou deste assunto. Existe também previsão de realização de consultas públicas no art. 4º da lei de criação da ARSEP (MARANHÃO, 2008), no art. 13 do regimento interno da ARSEP (MARANHÃO, 2011a), no art. 5º da lei que alterou o regimento interno da ARSEP (MARANHÃO, 2011b), no art. 6º da lei de criação da ARSEMA (MARANHÃO, 2013) e no art. 21 do regimento interno da ARSEMA (MARANHÃO, 2014). A legislação da MOB não dispôs sobre consultas públicas.

Ainda em relação ao controle social, a previsão da ouvidoria como órgão pertencente à estrutura organizacional desta agência surgiu através do art. 7º do regimento interno da ARSEMA (MARANHÃO, 2014). Ao acessar o site oficial desta agência reguladora, na aba “ouvidoria”, percebeu-se que a autarquia não possui ouvidoria. Esta instituição se utilizou da Ouvidora-Geral do Estado do Maranhão para o atendimento às reclamações dos usuários e prestadores de serviços públicos. Quanto à MOB, existe as previsões do inciso XXI do art. 2º da lei que definiu as atribuições desta agência reguladora (MARANHÃO, 2015) e do inciso XXI do art. 3º do seu regimento interno (MARANHÃO, 2016), que tratam da atribuição da autarquia de “instituir ouvidoria para estreitar integração entre a sociedade e os prestadores de serviços públicos”. Porém, não existe um órgão denominado “ouvidoria” na sua estrutura institucional. Apesar disso, o site oficial desta instituição possui, na aba “serviços”, um link de acesso ao telefone, endereço e horário de atendimento de uma ouvidoria; na aba “fale conosco”, é possível registrar reclamações ou denúncias através de um formulário eletrônico.

2.4.13 ASEP-RN (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado do Rio Grande do Norte), com sigla e denominação alteradas para ARSEP (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte)⁷¹

Em relação à autonomia administrativa, o art. 10, caput da lei que revogou a lei de criação da ASEP-RN prevê que os dirigentes são eleitos para “mandatos não coincidentes de 4 (quatro) anos” (RIO GRANDE DO NORTE, 1999b); o art. 13, caput da lei complementar que reestruturou a ARSEP prevê que a diretoria deverá cumprir um mandato de 4 (quatro) anos, e o §1º deste dispositivo determina que “o mandato do Diretor-Presidente não deverá ser coincidente com os mandatos dos Diretores Autárquicos” (RIO GRANDE DO NORTE, 2016). Além disso, o art. 8º da lei de criação da ARSEP determina que a diretoria atua em “regime de colegiado” (RIO GRANDE DO NORTE, 1999b); igual previsão faz o art. 11 da lei complementar de reestruturação da agência reguladora (RIO GRANDE DO NORTE, 2016). Acrescente-se que o art. 9º da lei de criação da ASEP (RIO GRANDE DO NORTE, 1999b) e o art. 12 da lei complementar de reestruturação (RIO GRANDE DO NORTE, 1999b) preveem que a diretoria é a “instância administrativa final” para as matérias que competem à autarquia. Porém, o processo decisório foi somente estabelecido pela lei complementar de reestruturação da ARSEP, no art. 59 e seguintes (RIO GRANDE DO NORTE, 2016).

Para a autonomia financeira, o art. 6º da lei de criação da ARSEP instituiu a denominada “Taxa de Fiscalização de Gás canalizado” como “renda privativa” da autarquia (RIO GRANDE DO NORTE, 1999b), já o art. 65 da lei complementar de reestruturação desta agência reguladora dispõe sobre a “Taxa de Fiscalização de Serviços Públicos - TFSP”.

Em relação ao controle político, apesar da ausência de previsão legal do contrato de gestão, a ARSEP assinou em dezembro de 2016 um contrato de gestão com o governo estadual, conforme notícia publicada no site oficial desta agência reguladora (AGÊNCIA

⁷¹ As normas pesquisadas foram: i) A lei de criação da ASEP-RN, Lei nº 7.463, de 02 de março de 1999 (RIO GRANDE DO NORTE, 1999a); ii) A Lei nº 7.758, de 09 de dezembro de 1999, que dispôs sobre a ARSEP e revogou a lei de criação da ASEP-RN (RIO GRANDE DO NORTE, 1999b); iii) A Lei Complementar nº 584, de 28 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a reestruturação e o funcionamento da ARSEP (RIO GRANDE DO NORTE, 2016).

REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO RIO GRANDE DO NORTE – ARSEP, 2016).

Na análise do controle social, não foi verificada a previsão de audiências públicas na legislação referente à agência reguladora; a busca no site oficial da ARSEP também não obteve qualquer informação sobre audiências públicas. Da mesma forma, também não foram encontrados dispositivos legais e registros sobre consultas públicas. E mais, o órgão denominado “ouvidoria” somente foi instituído pelo inciso V do art. 9º da lei complementar que reestruturou a ARSEP (RIO GRANDE DO NORTE, 2016).

Ainda na análise do controle social, o art. 14 da lei de criação da ARSEP dispôs sobre o “Conselho Estadual de Regulação, Controle e Fiscalização dos Serviços Públicos”, estabelecendo que se trata de um órgão consultivo. O inciso IV deste mesmo artigo dispôs sobre a participação de 1 (um) “representante das pessoas físicas usuárias dos serviços públicos delegados, a ser escolhido dentre os membros dos Conselhos de Consumidores regularmente instalados” (RIO GRANDE DO NORTE, 1999b). Da mesma forma, o art. 17 da lei de reestruturação da ARSEP assegura a participação popular, através dos seus incisos III e IV, pois prevê a representação, respectivamente, de “1 (um) representante dos Conselhos de Consumidores relacionados a um dos entes regulados” e “1 (um) representante dos órgãos de Defesa do Consumidor”.

2.4.14 AGEAC (Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado do Acre)⁷²

⁷² As normas consultadas foram: i) A lei de criação da AGEAC: Lei nº 1.480, de 15 de janeiro de 2003 (ACRE, 2003); ii) A Lei nº 1.969, de 04 de dezembro de 2007, que alterou dispositivos da lei de criação (ACRE, 2007); iii) A Lei Complementar nº 278, de 14 de janeiro de 2014, que, através de seu art. 24, revogou a lei de criação da AGEAC (ACRE, 2014); iv) A Resolução nº 30, de 28 de maio de 2015, que dispõe sobre a “Taxa de regulação, controle e fiscalização dos serviços públicos concedidos, permitidos ou autorizados – TAFIC” (AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DO ACRE – AGEAC, 2015a); v) O Decreto nº 2.633, de 5 de junho de 2015, que dispõe sobre a organização e o funcionamento da AGEAC (ACRE, 2015); vi) A Resolução nº 30, de 28 de maio de 2015, que dispõe sobre os serviços de transporte hidroviário intermunicipal de passageiros e a TAFIC (AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DO ACRE – AGEAC, 2015a); vii) A Resolução nº 34, de 30 de junho de 2015, que trata dos serviços de saneamento básico do Estado do Acre e da TAFIC (AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DO ACRE – AGEAC, 2015b).

Acerca da autonomia administrativa, o art. 8º da lei de criação apenas prevê que os conselheiros devem cumprir um mandato de 4 (quatro) anos, mas nada dispõe sobre mandatos não coincidentes (ACRE, 2003). A lei complementar que revogou a lei de criação também prevê esta regra, porém adiciona que os mandatos devem ser “preferencialmente” não coincidentes, conforme o seu art. 8º (ACRE, 2014); esta última regra é repetida pelo art. 17 do decreto estadual que organiza a autarquia (ACRE, 2015). Assim, não foi prevista a obrigatoriedade de mandatos não coincidentes. Além disso, o inciso XV do art. 4º da lei complementar que revogou a lei de criação estabelece que compete à AGEAC “decidir dos eventuais recursos interpostos pelos concessionários, permissionários e autorizados dos serviços delegados, cuja decisão caberá recurso, em última instância, à diretoria da Agência Reguladora Nacional específica conveniada” (ACRE, 2014); esta previsão legal é repetida pelo inciso XV do art. 7º do Decreto nº 2.633/2015, que acrescenta que dos atos de fiscalização cabe recurso à “Agencia Nacional conveniada, no prazo de dez dias, contados da data da ciência da decisão do CONSUP”. Este último órgão (que é o Conselho Superior, conforme o inciso I do art. 8º) corresponde à segunda instância recursal da AGEAC; a primeira instância de recursos é a direção-geral, conforme o §2º do art. 161 deste mesmo decreto (ACRE, 2015).

Ainda no tocante à autonomia administrativa, o órgão denominado “conselho superior” toma as decisões colegiadas por maioria simples dos seus membros, conforme o §1º do art. 6º da lei de criação da AGEAC. Esta variável não foi alterada ao longo do tempo de existência da agência reguladora (ACRE, 2003).

Relativamente à autonomia financeira, o art. 16 da lei que revogou a lei de criação instituiu, como fonte de custeio da AGEAC, a “taxa de regulação, controle e fiscalização de serviços públicos concedidos, permitidos ou autorizados – TAFIC” (ACRE, 2014). O art. 34 da Resolução nº 30/2015 dispõe que as autorizatárias pagarão mensalmente à AGEAC a TAFIC “em face do exercício das atividades de regulação, controle e fiscalização dos serviços de transporte hidroviário intermunicipal de passageiros” (AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DO ACRE – AGEAC, 2015a). Já o art. 55 da Resolução nº 34 da AGEAC prevê o recolhimento mensal desta taxa pelos delegatários “em face do exercício das atividades de regulação, controle e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico” (AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DO ACRE – AGEAC, 2015b).

A respeito do controle político, o contrato de gestão não está previsto em nenhuma norma relativa à AGEAC. Na temática do controle social, a previsão de audiência pública surgiu apenas através do caput do art. 170 do Decreto nº 2.633/2015. Segundo esta regra, “o processo decisório que afetar direitos dos usuários, decorrente de ato administrativo da AGEAC, será precedido de audiência pública” (ACRE, 2015). Da mesma forma que ocorreu com a audiência pública, a previsão de consultas públicas só ocorreu com o surgimento de dispositivos do Decreto nº 2.633/2015, a exemplo do inciso VI do art. 55, que dispõe que cabe aos departamentos da AGEAC promoverem “consultas ao poder concedente, entidades reguladas e/ou fiscalizadas e usuários sobre assuntos de natureza técnica relativos aos serviços públicos delegados”.

Ainda em relação ao controle social, o órgão de ouvidoria está presente desde a lei de criação da AGEAC, conforme o §2º do art. 18, que estabelece que a AGEAC “disponibilizará aos usuários um sistema de ouvidoria pública, na forma a ser estabelecida no regimento interno” (ACRE, 2003). Os denominados “procedimentos de ouvidoria” vieram a ser estabelecidos detalhadamente através do art. 177 e seguintes do Decreto nº 2.633/2015 (ACRE, 2015). E também, a lei que alterou dispositivos da lei de criação da AGEAC determinou nova redação para o art. 6º desta última, estabelecendo que o conselho superior da autarquia contará com “um representante do conselho de usuários dos serviços delegados” (ACRE, 2007); a lei que revogou a lei de criação trouxe esta mesma redação na alínea “c” do inciso II do seu art. 6º (ACRE, 2014); igualmente, a alínea “c” do inciso II do art. 9º do Decreto nº 2.633/2015 também repetiu a redação dos dispositivos citados (ACRE, 2015).

2.4.15 ASPER (Agência de Regulação de Serviços Públicos do Estado de Rondônia), com sigla e denominação alteradas para AGERO (Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia)⁷³

⁷³ As normas consultada foram: i) A lei de criação da ASPER: Lei Complementar nº 559, de 03 de março de 2010 (RONDÔNIA, 2010); ii) A Lei Complementar nº 793, de 09 de setembro de 2014, que alterou o inciso I, do artigo 1º, da lei de criação da agência reguladora, inserindo novas áreas especiais de competência da autarquia (RONDÔNIA, 2014); iii) A Lei Complementar nº 826, de 09 de julho de 2015, que reestrutura a ASPER. Esta lei revogou a lei de criação da autarquia (RONDÔNIA, 2015); iv) A Lei Complementar nº 930, de 23 de março de 2017, que altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 826, de 9 de julho de 2015. De acordo com o art. 1º desta norma, a ASPER passou a ser denominada de AGERO (RONDÔNIA, 2017).

Para a autonomia administrativa, o art. 13 da lei de criação da autarquia determina que “O Diretor Geral e os Diretores Executivos serão indicados e nomeados pelo Governador do Estado”, porém não estabelece qualquer regra referente a mandatos por tempo determinado e não coincidentes destes dirigentes (RONDÔNIA, 2010). Visando corrigir este equívoco, o art. 16 da lei de reestruturação da ASPER determina que o mandato dos diretores “é de 4 (quatro) anos, admitida uma única recondução” e o art. 34 desta mesma lei prevê que, na primeira gestão, o mandato dos dirigentes é de 2 (dois) anos, “visando implementar a transição para o sistema de mandatos não coincidentes com o mandato do Governador” (RONDÔNIA, 2015). O art. 34 da Lei Complementar nº 930 repete esta disposição e acrescenta que estes mandatos com período de 2 (dois) anos são” prorrogáveis por igual período” (RONDÔNIA, 2017). Ademais, O art. 12 da lei de criação prevê que a diretoria é o órgão que tem competência para, “em regime de colegiado, analisar, discutir e decidir, em instância superior, as matérias de competência da Autarquia” (RONDÔNIA, 2010). A Lei Complementar nº 826/2015 não disciplinou a questão da colegialidade da organização da diretoria (RONDÔNIA, 2015); tampouco a Lei Complementar nº 930/2017 tratou sobre o assunto (RONDÔNIA, 2017). Assim, nenhuma lei analisada prevê procedimento decisório.

Ainda em relação à autonomia administrativa, o art. 5º da lei de criação dispõe que o conselho consultivo corresponde ao “órgão superior de representação e participação da sociedade na ASPER”, já o inciso V do art. 6º desta mesma lei prevê em sua composição “um representante de entidades representativas da sociedade civil” (RONDÔNIA, 2010). O inciso V do art. 8º da lei de reestruturação da ASPER é idêntico ao dispositivo anteriormente citado.

Relativamente à autonomia financeira, o inciso X do art. 20 da lei de criação prevê as “taxas” como receitas da ASPER “em decorrência do exercício de fiscalização” (RONDÔNIA, 2010). Porém, a previsão de cobrança da “Taxa Anual de Regulação de Serviços Delegados Concedidos, Permitidos e Autônomos” e das “Taxas de Fiscalização técnica, operacional e da qualidade da prestação dos serviços pelas prestadoras de serviços” só ocorreu com a edição dos incisos I e II, respectivamente, do art. 21 da Lei Complementar nº 826/2015. O § 1º deste mesmo artigo determina que “o valor e a forma de aplicação” destas taxas serão definidos por meio de resoluções da Diretoria Executiva” da AGERO. O art. 23 desta norma criou a “Taxa de Fiscalização sobre Serviços Públicos de Abastecimento de Água

e Esgotamento Sanitário – TFS” e a “Taxa de Fiscalização dos Usos dos Recursos Hídricos – TFU” (RONDÔNIA, 2015).

Para o controle político, a lei de criação, no art.17 faz apenas referência à atribuição do diretor geral de “fiscalizar o cumprimento dos termos do contrato de gestão firmado com a ASPER”. Desse dispositivo, é possível extrair o entendimento de que tal contrato não é aquele firmado entre a ASPER e o governo estadual para cumprimento de metas, mas se trata, por exemplo, daqueles contratos de gestão firmados entre agências reguladoras e organizações sociais (RONDÔNIA, 2010). Também em busca realizada no site oficial da autarquia, não foi encontrado nenhum registro sobre a celebração desse instrumento contratual.

Relativamente ao controle social, o art. 18 da lei de criação prevê a obrigatoriedade da realização de audiências públicas pela diretoria geral “para avaliação da situação dos serviços públicos, bem como das atividades desenvolvidas pela ASPER” (RONDÔNIA, 2010). Além disso, o inciso XIII do Art. 4º da lei de reestruturação da autarquia prevê que compete à AGERO “estabelecer procedimentos para a realização” delas (RONDÔNIA, 2015). A realização de consultas públicas não foi prevista nas leis analisadas.

Ainda para contemplar o controle social, foi inserido o órgão denominado “ouvidoria” na estrutura básica da diretoria geral da ASPER, conforme o inciso II do art. 11 da lei de criação (RONDÔNIA, 2010); o inciso IX do art. 5º da lei de reestruturação da ASPER prevê que o objetivo da ouvidoria é “assegurar o amplo debate e preservar o acesso da sociedade civil organizada às informações e aos resultados das decisões” da autarquia (RONDÔNIA, 2015).

2.4.16 ARCON-PA (Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará)⁷⁴

⁷⁴ As normas pesquisadas foram: i) A lei de criação da ARCON-PA, Lei nº 6.099, de 30 de dezembro de 1997 (PARÁ, 1997); ii) O Decreto nº 3.159, de 11 de novembro de 1998, que dispõe sobre a “Taxa de Regulação de Serviços Públicos” (PARÁ, 1998a); iii) O Decreto nº 3.172, de 16 de novembro de 1998, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Regulação e Controle dos Serviços Públicos - CONERC (PARÁ, 1998b); iv) O Decreto nº 3.207, de 27 de novembro de 1998, que trata da organização interna da ARCON (PARÁ, 1998c); v) O Decreto nº 4.576, de 4 de abril de 2001, que altera o decreto do item anterior (PARÁ, 2001).

Em relação à autonomia administrativa, de acordo com o art.16 da lei de criação, os mandatos dos cargos de diretor correspondem a 4 (quatro) anos, “iniciando-se no primeiro dia útil do segundo ano de mandato do Governador do Estado” (PARÁ, 1997). Portanto, para tais cargos, não ocorreu a previsão da não coincidência. E ainda, o art. 13 da lei de criação prevê que o CONERC é a instância recursiva da autarquia. Idêntica previsão faz o art. 1º do Decreto nº 3.172/1998, e também o art. 4º do Decreto nº 3.207/1998. Estas normas não dispõem sobre qualquer procedimento recursal. Estes mesmos artigos preveem que o CONERC é “unidade colegiada deliberativa”. Também, o art. 2º do Decreto 3.172/1998 prevê a representação de usuários dos serviços públicos no CONERC.

Relativamente ao controle financeiro, o inciso IX do art. 13 da lei de criação dispõe que cabe ao CONERC a fixação da “alíquota da Taxa de Regulação dos Serviços Públicos concedidos, permitidos ou autorizados”; já o art. 23 desta mesma lei criou a “Taxa de Regulação, Fiscalização e Controle - TRFC dos serviços concedidos em quaisquer modalidades” (PARÁ, 1997). Para regulamentar este artigo, surgiu o Decreto nº 3.159/1998, porém, a taxa nessa norma passou a ser denominada de “Taxa de Regulação de Serviços Públicos – TRSP”, conforme o art. 1º (PARÁ, 1998).

Para a avaliação do controle político, não foi encontrada qualquer regra sobre a temática do contrato de gestão. Para o controle social, as audiências públicas estão previstas no art. 16 do decreto que trata da organização interna da ARCON (PARÁ, 1998c). No mesmo dispositivo citado, estão previstas as consultas públicas. Ademais, apenas com a edição do Decreto nº 4.576/2001, que alterou o art. 12 da lei de organização interna da autarquia, surgiu o denominado “Grupo Técnico de Ouvidoria”. Antes desta norma não existia previsão legal de órgão de ouvidoria para a ARCON.

2.4.17 ARSAM (Agência Reguladora dos Serviços Públicos Concedidos do Estado do Amazonas)⁷⁵

Em relação à autonomia administrativa, não existe previsão legal de mandato por tempo determinado para membros da diretoria desta agência reguladora. Conforme o §2º do art. 6º da lei de criação, “das decisões finais da ARSAM caberá recursos ao Governador do Estado”. Além disso, o §3º deste mesmo dispositivo prevê, em relação ao eventual convênio da agência reguladora com determinado município, que “caberá recurso ao órgão competente do município pertinente, na forma do disposto na legislação e no convênio de delegação do município à ARSAM” (AMAZONAS, 1999). Foi constatado, através do art. 12 da lei de criação, que a direção colegiada desta agência é exercida através do denominado “Conselho Estadual de Regulação e Controle dos Serviços Públicos Concedidos” (AMAZONAS, 1999). Diferentemente das demais agências estaduais, que têm diretoria colegiada, para esta agência reguladora é o órgão consultivo de deliberação coletiva que exerce a direção em regime colegiado. Interessante notar que uma das atribuições do diretor-presidente é “decidir, "ad-referendum" do Conselho, as questões de urgências”, conforme o regulamento interno (AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DO ESTADO DO AMAZONAS – ARSAM, 2001).

Ainda em relação à autonomia administrativa, o inciso II do art. 13 da lei de criação garante a participação popular no Conselho Estadual de Regulação e Controle dos Serviços Públicos Concedidos. De acordo com este dispositivo, este conselho será integrado, entre outros, por “por 2 (dois) representantes dos usuários dos serviços públicos, sendo 1 (um) representante dos usuários domiciliares e 1 (um) representante das categorias de usuários industriais e comerciais” (AMAZONAS, 1999).

Para a autonomia financeira, o art. 30 da lei de criação da autarquia instituiu a “Taxa de Serviços de Regulação e Controle de Serviços Públicos Concedidos, tendo como fato

⁷⁵ As normas pesquisadas foram: i) A lei de criação da ARSAM: lei nº 2.568, de 25 de novembro de 1999 (AMAZONAS, 1999); ii) O regulamento interno: Resolução nº 002, de 17 de agosto de 2001 (AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DO ESTADO DO AMAZONAS – ARSAM, 2001).

gerador a fiscalização dos serviços efetuada pelo Estado através da ARSAM” (AMAZONAS, 1999).

Para o controle político, de acordo com o art. 33 da lei de criação, está prevista obrigatoriedade da celebração de um contrato de gestão entre a ARSAM e o governo do Estado do Amazonas. Conforme o §1º deste artigo, este contrato de gestão “será o instrumento de controle da atuação administrativa da ARSAM e da avaliação do seu desempenho, constituindo elemento integrante da prestação de contas do Gabinete do Governador do Estado” (AMAZONAS, 1999).

Para a concretização do controle social, foi prevista, através do inciso XVIII do art. 6º da lei de criação da autarquia, a competência da ARSAM para estabelecer “procedimentos para a realização” de audiências públicas através do seu regulamento interno (AMAZONAS, 1999); o regulamento interno da ARSAM, por sua vez, nada dispõe sobre tais procedimentos. Conforme esta norma, ao diretor-presidente compete convocar audiências públicas “para submeter anualmente à apreciação da coletividade relatório das atividades da ARSAM e para instruir suas decisões e dar publicidade à sua ação” (AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DO ESTADO DO AMAZONAS – ARSAM, 2001). Também no inciso XVIII do art. 6º da lei de criação, foi prevista a obrigatoriedade da realização de consultas públicas.

No controle social, apesar da constatação da existência do serviço de ouvidoria disponibilizado pelo site oficial da ARSAM, não ocorreu previsão legal de um órgão próprio de ouvidoria para esta agência reguladora.

2.4.18 ASTINS (Agência de Serviços Públicos Delegados do Tocantins), com sigla e denominação alteradas para ARESTO (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Tocantins), e posteriormente para ATR (Agência Tocantinense de Regulação Controle e Fiscalização de Serviços Públicos)⁷⁶

Em referência à autonomia administrativa, o tempo do mandato da diretoria executiva só veio a ser previsto através da Lei nº 2.817/2013, que inseriu o §3º, inciso I no art. 6º da Lei nº 1.758/2007. De acordo com este dispositivo, a diretoria executiva “é indicada e nomeada pelo Chefe do Poder Executivo para mandato de quatro anos”. Conforme foi possível constatar, não existe a previsão de mandatos não coincidentes (TOCANTINS, 2013). A Lei nº 2.126/2009 inseriu o art. 11-A, § 4º na Lei nº 1.758/2007, que dispõe que “cabe à presidência da ATR, como instância administrativa superior, o julgamento dos recursos relativos a penalidades impostas às entidades reguladas” (TOCANTINS, 2009a). O inciso XXIV do art. 12 do regimento interno da ATR dispõe que cabe à diretoria executiva “julgar como instância administrativa os recursos relativos a penalidades impostas às entidades reguladas”. Pela análise das demais normas referentes à agência reguladora, não foram encontradas normas relativas ao procedimento recursal (AGÊNCIA TOCANTINENSE DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS – ATR, 2011).

Ainda em relação à autonomia administrativa, de acordo com o art. 6º da lei de criação, a diretoria é órgão que atua em regime colegiado (TOCANTINS, 2000). Esta colegialidade foi constatada também através do inciso XXIV e do § 1º do art. 12 do regimento interno da ATR (AGÊNCIA TOCANTINENSE DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS – ATR, 2011).

⁷⁶ As normas pesquisadas foram: i) A Lei nº 1.198, de 14 de dezembro de 2000, que criou a ASTINS (TOCANTINS, 2000); ii) A Lei nº 1.758, de 02 de janeiro de 2007, que reestruturou ARESTO, dando nova denominação a esta agência reguladora (TOCANTINS, 2007); iii) A Lei nº 2.126, de 12 de agosto de 2009, que alterou a lei do item anterior (TOCANTINS, 2009a); iv) A Lei nº 2.159, de 14 de outubro de 2009, que reestruturou novamente a ARESTO (TOCANTINS, 2009b); v) O ANEXO ÚNICO à Resolução ATR nº 58, de 07 de abril de 2011, que corresponde ao regimento interno da ATR (AGÊNCIA TOCANTINENSE DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS – ATR, 2011); vi) A Lei nº 2.817, de 30 de dezembro de 2013, que alterou a Lei nº 1.758/2007 (TOCANTINS, 2013); vii) O Edital de Convocação de Consulta Pública nº 001/2017, de 01 de junho de 2017; viii) A Lei nº 3.239, de 17 de julho de 2017, que também alterou a Lei nº 1.758/2007 e reestruturou a ARESTO e deu-lhe a nova denominação de Agência Tocantinense de Regulação Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – ATR (TOCANTINS, 2017).

Outro fator referente à autonomia administrativa: o “Conselho Estadual de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos” foi inserido na legislação da autarquia através do inciso I do art. 6º da lei que reestruturou a ARESTO. Conforme este dispositivo, trata-se de um “órgão colegiado, consultivo, constituído por 5 membros nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, tendo sua composição e atribuições definidas em Regulamento” (TOCANTINS, 2007). Como esta regra não fez a previsão da participação popular, esta pesquisa considerou que naquele momento ela não ocorreu. Posteriormente, através do inciso III, alínea “b” do art. 5º do regimento interno da ATR, foi prevista para este conselho a representação de “usuário dos serviços públicos delegados” (AGÊNCIA TOCANTINENSE DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS – ATR, 2011). Porém, após esta previsão, a lei que alterou a lei de criação da autarquia voltou a trazer, através da inserção do §1º ao art. 6º da Lei nº 1.758/2007, a previsão de que a questão da composição e dos membros do conselho é definida pelo chefe do Poder Executivo (TOCANTINS, 2013).

Relativamente à autonomia financeira, os incisos I e II do art. 10 da lei de criação da ASTINS instituíram, respectivamente a “Taxa de Fiscalização de Serviços Públicos Regulados” e a “Taxa Anual de Fiscalização do Uso ou Exploração de Bens Públicos com Fins Lucrativos” (TOCANTINS, 2000). Posteriormente, a lei que alterou a lei de reestruturação da ARESTO estabeleceu mais duas taxas, adicionando os incisos III e IV ao art. 10 da Lei nº 1.758/2007, que preveem, respectivamente, a “Taxa Mensal de Fiscalização dos Serviços de Transporte Intermunicipal de Passageiros” e a “Taxa de Serviços Administrativos da ATR” (TOCANTINS, 2009a).

Para o controle político, o art. 8º da lei de criação determina que ocorrerá a “destituição de dirigente da ASTINS” quando este descumprir injustificadamente o contrato de gestão (TOCANTINS, 2000). Porém, não foi encontrada tanto nesta lei quanto em nenhuma outra norma relativa a esta autarquia qualquer referência à obrigatoriedade da celebração de um contrato de gestão entre a agência reguladora e o governo estadual.

Tendo em vista o controle social, a previsão obrigatoriedade da realização de audiências públicas consta no §2º do art. 12 do regimento interno da ATR. Segundo este dispositivo, cabe à diretoria executiva promover “audiência pública previamente ao estabelecimento e revisão de tarifas ou estruturas tarifárias, e ao início de procedimentos licitatórios relativos à outorga de concessões e permissões de serviços públicos” (AGÊNCIA TOCANTINENSE DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS

PÚBLICOS – ATR, 2011). Não foram encontrados registros sobre a realização de audiências públicas no site oficial da ATR (ANEXO 3). Adicionalmente, de acordo com o inciso VI do art. 16 do regimento interno da ATR, cabe à “diretoria de fiscalização de serviços públicos juntamente com as coordenadorias que integram essa diretoria” a promoção de consultas públicas “ao poder concedente, entidades fiscalizadas e usuários” (AGÊNCIA TOCANTINENSE DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS – ATR, 2011). O primeiro registro de consulta pública que a pesquisa constatou, através do site oficial da agência reguladora (ANEXO 3) foi no ano de 2017 (AGÊNCIA TOCANTINENSE DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS – ATR, 2017).

Também em referência ao controle social, a previsão legal do órgão denominado ouvidoria surgiu somente com a edição do regimento interno da ATR. Através do art. 35 desta norma, ficou instituído que compete à ouvidoria “receber, processar e dar provimento às reclamações dos usuários relacionadas com a prestação de serviços públicos regulados” (AGÊNCIA TOCANTINENSE DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS – ATR, 2011).

2.4.19 ASEP - RJ (Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos do Estado do Rio de Janeiro), com sigla e denominação alteradas para AGENERSA (Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro)⁷⁷

Na análise da autonomia administrativa, foi constatado através do art. 14, incisos I ao XXIII do regimento interno da ASEP-RJ, que o conselho diretor é o órgão responsável pela

⁷⁷ As normas pesquisadas foram: i) A lei de criação da ASEP-RJ: Lei nº 2686, de 13 de fevereiro de 1997 (RIO DE JANEIRO, 1997); ii) O regimento interno da ASEP-RJ (AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – ASEP-RJ, 2003); iii) A lei de criação da AGENERSA: Lei nº 4.556, de 06 de junho de 2005 (RIO DE JANEIRO, 2005); iv) O Decreto nº 38.618 de 08 de dezembro de 2005 (RIO DE JANEIRO, 2005); v) Resolução nº 001 de 20 de dezembro de 2006, que aprovou o regimento interno da AGENERSA (AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – AGENERSA, 2006); vi) A Lei nº 5.267, de 18 de junho de 2008, que criou o Conselho Estadual de Política Energética do Estado do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 2008).

direção desta agência reguladora (AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – ASEP-RJ, 2003). Portanto, para os efeitos deste trabalho, os conselheiros desta autarquia serão considerados diretores.

Conforme o disposto no art. 11 da lei de criação da ASEP-RJ, é de 4 (quatro) anos o mandato dos conselheiros, sendo admitida uma única recondução. A regra de mandatos não coincidentes entre si foi prevista no art. 23 desta mesma lei, que dispôs que na primeira instalação, o conselho-diretor será formado por um conselheiro que terá mandato de 5 (cinco) anos e dois conselheiros que terão mandato de 3 (três) anos (RIO DE JANEIRO, 1997). Também foi feita a previsão de mandatos não coincidentes pelo art. 20 da lei de criação da AGENERSA, que prevê que para a primeira instalação do conselho-diretor, “01 (um) Conselheiro terá mandato de 04 (quatro) anos, 03 (três) terão mandato de 03 (três) anos e 01 (um) terá mandato de 02 (dois) anos” (RIO DE JANEIRO, 2005).

O caput do art. 70 do regimento interno da ASEP-RJ dispôs que “as decisões do conselho-diretor são definitivas”, e o §1º do mesmo dispositivo previu que “caberá uma única vez, no prazo de 10 (dez) dias, recurso da parte inconformada ao próprio conselho-diretor”. Idêntica previsão faz o art. 62 do Decreto nº 38.618/2005, no art. 62 (RIO DE JANEIRO, 2005). O art. 78 do regimento interno da AGENERSA também dispõe sobre a definitividade das decisões do conselho-diretor e acrescenta que são cabíveis embargos, no prazo de 5 (cinco) dias “a fim de sanar inexatidão material, contradição, omissão e/ou obscuridade”. Portanto, foi constatado que este conselho corresponde à última instância administrativa de decisão.

O art. 6º da lei de criação da ASEP-RJ faz a previsão do conselho-diretor como órgão pertencente à estrutura organizacional da agência reguladora e o designa como “órgão deliberativo superior” (RIO DE JANEIRO, 1997). Este conselho delibera em regime de colegiado. Conforme dispõe o §4º do regimento interno da ASEP-RJ, “as deliberações deverão ser assinadas pela maioria dos Conselheiros presentes à sessão, num mínimo de três membros do colegiado” (AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – ASEP-RJ, 2003). Igual previsão traz o §3º do art. 60 do Decreto 38.618/2005 e o inciso IV do art. 77 do regimento interno da AGENERSA (AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – AGENERSA, 2006).

Não foi encontrado em nenhuma norma a previsão de órgão consultivo de deliberação coletiva. De acordo com o §1º do art. 12 da lei de criação da ASEP-RJ, “facultar-se-á a participação ativa nas deliberações do Conselho, sem direito a voto, e objetivando a defesa dos respectivos interesses em questões específicas, de”, dentre outros, “dos usuários” (RIO DE JANEIRO, 1997). A mesma previsão é trazida pelo art. §1º do art. 12 da lei de criação da AGENERSA (RIO DE JANEIRO, 2005). Interessante notar que o inciso IV do art. 71 do regimento interno da AGENERSA prevê que nas sessões regulatórias será garantida a palavra para “um representante dos usuários do serviço público objeto do processo, preferencialmente indicado por associação representativa dos respectivos interesses, regularmente constituída”.

Esta pesquisa verificou que a Lei nº 5.267/2008 criou o Conselho Estadual de Política Energética do Estado do Rio de Janeiro – CEPE. Conforme o art. 1º desta lei, trata-se de um “órgão colegiado e deliberativo, composto de 06 (seis) representantes de órgãos públicos estaduais e 04 (quatro) representantes de entidades da sociedade civil”.

Para contemplar a autonomia financeira, o art. 19 da lei de criação da ASEP-RJ criou a denominada Taxa de Regulação de Serviços Concedidos e Permitidos, que, segundo o dispositivo, constitui “renda privativa” ASEP-RJ “a ser recolhida pelo Concessionário ou Permissionário” (RIO DE JANEIRO, 1997). O art. 82 do regimento interno da ASEP-RJ ainda prevê que esta taxa “será recolhida pelo contribuinte diretamente aos cofres da ASEP-RJ” (AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – ASEP-RJ, 2003).

No mesmo sentido, o inciso I do art. 5º a lei de criação da AGENERSA prevê que a autonomia financeira desta agência reguladora será garantida por, dentre outras fontes, “recursos oriundos da cobrança de taxa de regulação”. O detalhe diferencial em relação à lei de criação da ASEP-RJ é que a lei de criação da AGENERSA dispõe, no art. 19, que a referida taxa será recolhida “aos cofres do Fundo de Regulação de Serviços Concedidos e Permitidos do Estado do Rio de Janeiro”, criado pela outra agência oriunda do desmembramento da ASEP-RJ, a AGETRANSP (ref. 20 da tabela 4 acima) (RIO DE JANEIRO, 2005).

Na análise do controle político, não foi encontrada qualquer previsão relativa à celebração de contrato de gestão no regramento da autarquia analisada.

Em relação ao controle social, foi verificado que o art. 78 do regimento interno da ASEP-RJ dispõe que ao conselho-diretor cabe a realização de audiências públicas para a instrução de matéria relevante em trâmite na agência reguladora, ou para “tratar de assunto de excepcional interesse público, atinente à sua área de atuação, mediante proposta de qualquer dos Conselheiros ou a pedido de parte interessada” (AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – ASEP-RJ, 2003). Idêntica previsão faz o Decreto nº 38.618/2005, através do art. 69 (RIO DE JANEIRO, 2005). Já a consulta pública veio a ser prevista somente através do art. 89 do regimento interno da AGENERSA, que dispõe que as consultas públicas ocorrerão “quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral” e que a agência reguladora “poderá, mediante despacho motivado, abrir período de consulta pública para manifestação de terceiros, antes da sua decisão, se não houver prejuízo para as partes interessadas” (AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – AGENERSA, 2006).

Ainda no controle social, o órgão denominado ouvidoria foi previsto primeiramente através do art. 26 do regimento interno da ASEP-RJ (AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – ASEP-RJ, 2003). Posteriormente, o Decreto nº 3.8618/2005 dispôs sobre este órgão no art. 25, atribuindo-lhe competências (RIO DE JANEIRO, 2005). Este último dispositivo foi repetido pelo art. 25 do regimento interno da AGENERSA (AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – AGENERSA, 2006).

2.4.20 ASEP - RJ (Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos do Estado do Rio de Janeiro), com sigla e denominação alteradas para AGETRANSP (Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro)⁷⁸

Conforme a agência analisada no item anterior (AGENERSA), em relação à autonomia administrativa, esta pesquisa considerou que os conselheiros desta autarquia serão considerados como diretores. De acordo também com o que foi visto acima, o art. 23 da lei de criação da ASEP-RJ trata dos mandatos não coincidentes dos diretores (RIO DE JANEIRO, 1997). O art. 11 da lei de criação da AGETRANSP prevê o prazo de 4 (quatro) anos para os mandatos dos diretores, porém, diferentemente da lei de criação da AGENERSA, não foi prevista a regra para mandatos não coincidentes (RIO DE JANEIRO, 2005); o regimento interno da AGETRANSP também não aborda este assunto (AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – AGETRANSP, 2014).

A análise da agência do item anterior (AGENERSA) demonstrou que as normas da ASEP-RJ consideram o conselho-diretor como a última instância administrativa de decisão. Em relação à AGETRANSP, o procedimento recursal está previsto no art. 75 e seguintes do regimento interno da autarquia. (AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – AGETRANSP, 2014).

Conforme o art. 6º da lei de criação, o conselho-diretor é o “órgão deliberativo superior”. Vale ressaltar aqui que o regimento interno da AGETRANSP dispõe no inciso IV

⁷⁸ As normas pesquisadas foram: i) A lei de criação da ASEP-RJ: Lei nº 2686, de 13 de fevereiro de 1997 (RIO DE JANEIRO, 1997); ii) O regimento interno da ASEP-RJ (AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – ASEP-RJ, 2003); iii) A Lei nº 4.555, de 06 de junho de 2005, que extinguiu a ASEP-RJ e criou AGETRANSP (RIO DE JANEIRO, 2005); iv) O regimento interno da AGETRANSP: aprovado pela Resolução nº 16, de 07 de janeiro de 2014 (AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – AGETRANSP, 2014).

do art. 73 que as deliberações desse conselho “deverão ser assinadas por, no mínimo, três membros do colegiado” (AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – AGETRANSP, 2014).

Assim também, as mesmas observações feitas para a análise do órgão consultivo de deliberação coletiva da a AGENERSA servem para o caso da AGETRANSP, sendo que é o inciso IV do art. 68 do regimento interno desta autarquia que prevê o uso legítimo da palavra nas sessões regulatórias por “um representante dos usuários do serviço público objeto do processo, preferencialmente indicado por Associação representativa dos respectivos interesses, regularmente constituída” (AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – AGETRANSP, 2014).

Conforme também o que foi visto em relação à agência do item anterior (AGENERSA), para contemplar a autonomia financeira, o art. 19 da lei de criação da ASEP-RJ criou a Taxa de Regulação de Serviços Concedidos e Permitidos (RIO DE JANEIRO, 1997). Esta taxa, de acordo com o art. 19 da lei de criação da AGETRANSP, é recolhida “aos cofres do Fundo de Regulação de Serviços Concedidos e Permitidos do Estado do Rio de Janeiro” Este fundo que foi criado através do §3º deste mesmo artigo, que prevê para ele a arrecadação e a gestão dos recursos da referida taxa, “devidos pelas concessionárias e permissionárias à AGETRANSP e AGENERSA” (RIO DE JANEIRO, 2005).

Assim como foi constatado para a agência reguladora do item anterior (AGENERSA), em relação ao controle político, não foi encontrada previsão relativa à celebração de contrato de gestão no regramento da autarquia aqui analisada.

No controle social, a mesma regra regimental citada para as audiências públicas relativas à AGENERSA, foi repetida no art. 91 do regimento interno da AGETRANSP (AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – AGETRANSP, 2014). Em relação às consultas públicas, o art. 90 do regimento interno da AGETRANSP faz idêntica previsão àquela do dispositivo citado para esta mesma questão em relação à AGENERSA (AGÊNCIA

REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – AGETRANSP, 2014).

Ainda no controle social, cabe aqui a mesma explicação sobre a ouvidoria relativa à AGENERSA. A norma que traz as competências da ouvidoria da AGETRANSP é o art. 75 do regimento interno (AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – AGETRANSP, 2014).

2.4.21 ARSAE-MG (Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais)⁷⁹

Para conceder autonomia administrativa à agência, o inciso I do art. 15 do regimento interno prevê que os mandatos dos membros da diretoria colegiada são não coincidentes e correspondem a 4 (quatro) anos (MINAS GERAIS, 2009); a mesma previsão faz o §1º do art. 5º do regulamento da autarquia (MINAS GERAIS, 2011).

O inciso V do art. 6º do regulamento prevê que a diretoria colegiada é a “instância administrativa máxima dos recursos relativos a penalidades impostas às entidades reguladas” (MINAS GERAIS, 2011); o procedimento recursal foi previsto através do art. 51 e seguintes do regimento interno. Destaca-se o §4º do art. 57 dessa norma regimental, que dispõe que as decisões da diretoria colegiada, em matéria de recursos, “são irrecorríveis na esfera administrativa”. (AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – ARSAE-MG, 2013).

⁷⁹ As normas consultadas foram: i) A lei de criação da ARSAE-MG: lei nº 18.309, de 03 de agosto de 2009 (MINAS GERAIS, 2009); ii) O Decreto 45.871, de 30 de dezembro de 2011, que contém o regulamento da ARSAE-MG (MINAS GERAIS, 2011); iii) A Resolução nº 039, de 27 de setembro de 2013, que aprovou o regimento interno da autarquia (AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – ARSAE-MG, 2013).

A própria denominação de “diretoria colegiada” já demonstra a presença da colegialidade; destaca-se o art. 14 e seguintes do regimento interno, que tratam das reuniões deliberativas dessa diretoria (AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – ARSAE-MG, 2013).

Ainda no contexto da autonomia administrativa, o art. 20, que trata do conselho consultivo da autarquia, porém, a lei de criação não fez previsão de participação popular (MINAS GERAIS, 2009); o mesmo ocorreu através do art. 11 do regulamento da autarquia (MINAS GERAIS, 2011).

Em relação à autonomia financeira, o art. 12 da lei de criação instituiu “a Taxa de Fiscalização sobre Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Saneamento – TFAS” (MINAS GERAIS, 2009); o inciso I do art. 30 do regulamento prevê como um dos recursos da ARSAE-MG o “produto resultante da arrecadação” desta taxa.

Na análise sobre o controle político, não foi encontrada em nenhuma norma que trata de contrato de gestão para a agência reguladora em questão. Em relação ao controle social, o inciso XIII do art. 6º da lei de criação prevê a competência da ARSAE-MG para elaborar o regimento interno, com “procedimentos para a realização de audiências e consultas públicas” (MINAS GERAIS, 2009); tal procedimento foi previsto pelos arts. 68 ao 74 do regimento interno (AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – ARSAE-MG, 2013). Adicione-se que as consultas públicas estão previstas no regimento interno da ARSAE-MG, através dos arts. 75 e 76 do regimento interno (AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – ARSAE-MG, 2013).

Ainda em relação ao controle social, o órgão denominado ouvidoria, pertencente à estrutura organizacional, está previsto na lei de criação da agência reguladora através do inciso V do art. 15 (MINAS GERAIS, 2009); o art. 4º do regimento interno prevê minuciosamente a forma de atendimento ao usuário (AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – ARSAE-MG, 2013).

2.4.22 ARSESP (Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo)⁸⁰

No que tange à autonomia administrativa, conforme o §5º do art. 7º da lei complementar de criação da CSPE, os membros do conselho deliberativo são designados para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma única recondução (SÃO PAULO, 1997). A regra dos mandatos não coincidentes veio a ser prevista através do §2º do art. 16 da lei de criação da ARSESP. Segundo este dispositivo: “os diretores terão mandatos não coincidentes de cinco anos, vedada a recondução” (SÃO PAULO, 2007a). Idêntica previsão fez o regulamento da ARSESP, no §2º do art. 9º (SÃO PAULO, 2007b).

Além disso, o inciso XV do art. 8º da lei de criação da CSPE previu que cabe ao conselho deliberativo “julgar, em grau de recurso, decisões do Comissariado relativas às matérias definidas em regulamento” (SÃO PAULO, 1997); para a ARSESP, a previsão legal foi de que compete a cada conselho de orientação “deliberar, em último grau de recurso, sobre as matérias decididas pela Diretoria, nos casos previstos em decreto”, conforme o inciso I do art. 21 (SÃO PAULO, 2007a). O parágrafo único do art. 13 do Decreto nº 52.455/2007 dispõe que este recurso é cabível “das decisões da Diretoria da ARSESP sobre a aplicação de multas ou outras penalidades aos prestadores de serviços regulados” (SÃO PAULO, 2007b). Ao dispor sobre seu próprio “processo sancionador” no regimento interno, a ARSESP fez a determinação de que “contra a decisão da diretoria, caberá recurso ao conselho de orientação da área relacionada à matéria em exame” no inciso V do art. 69. Porém, o parágrafo único deste dispositivo prevê que esta disposição “não se aplica caso haja disposição em contrário por parte do Poder Concedente, na hipótese de atuação da ARSESP por delegação”

⁸⁰ As normas consultadas foram: i) A Lei Complementar nº 833, de 17 de outubro de 1997, que criou a autarquia denominada Comissão de Serviços Públicos de Energia – CSPE (SÃO PAULO, 1997); ii) O Decreto nº 43.835, de 8 de fevereiro de 1999, que aprovou o regimento interno da CSPE (SÃO PAULO, 1999); iii) A Lei Complementar nº 1.025, de 07 de dezembro de 2007, que transformou a Comissão de Serviços Públicos de Energia – CSPE em ARSESP e dispôs sobre os serviços públicos de saneamento básico e de gás canalizado no Estado (SÃO PAULO, 2007a); iv) Decreto nº 52.455, de 07 de dezembro de 2007, que aprovou o regulamento da ARSESP (SÃO PAULO, 2007b); v) A Deliberação nº 53, de 27 de abril de 2009, que aprovou o regimento interno da ARSESP (AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – ARSESP, 2009).

(AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – ARSESP, 2009).

A representação da sociedade civil na composição do conselho deliberativo da CSPE foi prevista pelo inciso III do art. 7º da sua lei de criação (SÃO PAULO, 1997). Para a ARSESP, a obrigatoriedade de participação de representantes da sociedade civil foi prevista no inciso III do art. 40 da lei de criação, que trata da participação destes no órgão denominado Conselho Estadual de Saneamento – CONESAN, que faz parte da estrutura organizacional da agência reguladora, conforme o inciso III do art. 12 desta mesma lei (SÃO PAULO, 2007a).

A diretoria colegiada é prevista na CSPE, pois o art. 7º da lei de criação prevê que o conselho deliberativo é “órgão superior da comissão” (SÃO PAULO, 1997). Além disso, o art. 9º do regimento interno dessa comissão dispõe sobre “as discussões e deliberações” deste conselho (SÃO PAULO, 1999). A colegialidade das decisões em relação à ARSESP foi prevista pelo art. 15 da lei de criação desta autarquia, que diz que “a diretoria exercerá suas competências de forma colegiada, deliberando sempre por maioria absoluta, nos termos do regimento interno” (SÃO PAULO, 2007a).

Já, em relação à autonomia financeira, o inciso V do art. 5º da lei de criação da CSPE dispõe que o “produto da arrecadação da taxa de fiscalização” corresponde a um dos recursos da comissão (SÃO PAULO, 1997); o inciso XI do art. 5º do regimento interno da CSPE prevê que compete ao conselho deliberativo fixar o valor desta taxa (SÃO PAULO, 1999). Já a previsão do inciso V do art. 28 da lei de criação da ARSESP denomina tal recurso de “taxa de regulação, controle e fiscalização”.

Na análise sobre o controle político, não foi encontrada qualquer referência normativa relativa ao contrato de gestão. Por outro lado, para o controle social, o §1º do art. 8º da lei de criação da CSPE dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de audiências públicas “previamente à aprovação de estruturas tarifárias e ao início de procedimentos licitatórios relativos à outorga de concessões e permissões de serviços de energia” (SÃO PAULO, 1997). Para a ARSESP, esta previsão de obrigatoriedade de realização de audiências públicas foi feita pelo art. 5º da lei de criação, sendo que devem ser feitas “antes da tomada de decisão em matéria relevante” (SÃO PAULO, 2007a). Os procedimentos para a realização delas estão dispostos no art. 60 do regimento interno da ARSESP (AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – ARSESP, 2009). As consultas públicas somente foram previstas em relação à ARSESP, conforme o art. 4º da lei

de criação, elas devem ser realizadas “previamente à edição de quaisquer regulamentos e à aprovação de diretrizes, níveis, estruturas e revisões tarifárias, bem como nos demais casos definidos no regimento interno” (SÃO PAULO, 2007a).

Ainda em relação ao controle social, a CSPE não criou, para a atuação dentro de sua estrutura organizacional, órgão de ouvidoria. Em relação à ARSESP, a previsão do órgão ocorreu através do inciso IV do art. 12 da lei de criação (SÃO PAULO, 2007a). A organização e a competência da ouvidoria estão dispostas no art. 48 do regimento interno (AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – ARSESP, 2009).

2.4.23 ARSI (Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária do Espírito Santo) e ASPE (Agência de Serviços Públicos de Energia do Estado do Espírito Santo), transformadas em ARSP (Agência de Regulação de Serviços Públicos do Espírito Santo)⁸¹

A presença da autonomia administrativa está conforme o §2º do art.13 da lei complementar de criação da ASPE, que prevê que o mandato dos diretores é “de 04 (quatro) anos, admitida 01 (uma) única recondução” (ESPÍRITO SANTO, 2004). Na legislação subsequente, o tempo de nomeação dos diretores foi reduzido para 3 (três) anos, a exemplo do art. 21 da lei complementar de criação da ARSP (ESPÍRITO SANTO, 2016). Estas normas não fizeram a previsão de mandatos não coincidentes.

⁸¹ As normas pesquisadas foram: i) A lei complementar de criação da ASPE: Lei Complementar nº 7.860, de 24 de setembro de 2004 (ESPÍRITO SANTO, 2004); para a ASPE não foi produzido o regimento interno; ii) A lei complementar de criação da ARSI: Lei Complementar nº 477, de 29 de dezembro de 2008 (ESPÍRITO SANTO, 2008); iii) A Resolução nº 001, de 17 de setembro de 2009, que aprovou o regimento interno da ARSI (AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA VIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO – ARSI, 2009); iv) A lei complementar de criação da ARSP: Lei Complementar nº 827, de 01 de julho de 2016 (ESPÍRITO SANTO, 2016) v) A Resolução nº 37 de 02 de fevereiro de 2016, que aprovou regimento interno do Conselho Consultivo de Saneamento Básico e de Serviços de Infraestrutura Viária (AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA VIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO – ARSI, 2016).

Também assim, de acordo com o inciso II do art. 25 da lei complementar de criação da ARSI, compete ao “Conselho Consultivo de Saneamento Básico e de Serviços de Infraestrutura Viária” a apreciação, em último grau de recurso, das “matérias decididas pela Diretoria Colegiada” (ESPÍRITO SANTO, 2008); o inciso II do art. 26 da lei complementar de criação da ARSP fez idêntica previsão (ESPÍRITO SANTO, 2016). Porém, o parágrafo único do art. 43 do regimento interno da ARSI dispôs que o procedimento de aplicação de penalidades não é aplicável “caso haja disposição em contrário por parte do Poder Concedente, na hipótese de atuação da ARSI por delegação”. (AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA VIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO – ARSI, 2009).

Além disso, o art. 20 da lei complementar de criação da ARSI dispôs que a diretoria colegiada delibera “sempre, por maioria absoluta, nos termos do regimento interno” (ESPÍRITO SANTO, 2008). Da mesma forma, o art. 19 da lei complementar de criação da ARSP prevê que a diretoria colegiada “é a instância maior de decisão” e que delibera “sempre, por maioria absoluta, nos termos do regimento interno, cabendo ao Diretor-Presidente o voto de qualidade” (ESPÍRITO SANTO, 2016).

A previsão de representação da sociedade civil no órgão consultivo da ASPE foi feita através do inciso III do art. 11 da lei complementar de criação desta autarquia (ESPÍRITO SANTO, 2004). Da mesma forma, o inciso VI do art. 27 da lei complementar de criação da ARSP dispõe sobre a representação dos usuários no conselho consultivo da autarquia (ESPÍRITO SANTO, 2016). O art. 3º do regimento interno deste conselho prevê que as “entidades que possuem assento no conselho” indicarão livremente os seus respectivos membros (AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA VIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO – ARSI, 2016).

Para o a autonomia administrativa, o art. 10 da lei complementar de criação da ASPE instituiu a “Taxa de Regulação do Serviço Público do Gás Canalizado”, que, segundo o dispositivo, é “devida mensalmente pelos concessionários desse serviço” (ESPÍRITO SANTO, 2004). Outras duas taxas foram criadas pelo §1º do art. 28 da lei complementar de criação da ARSI, a “Taxa de Regulação e de Fiscalização do Serviço Público de Saneamento Básico – TRS” e a “Taxa de Regulação e de Fiscalização do Serviço Público de Infraestrutura Viária – TRV” (ESPÍRITO SANTO, 2008). A lei complementar que criou a ARSP, através

do art. 28, autorizou esta agência reguladora “a cobrar as Taxas de Regulação e Fiscalização instituídas pelo art. 28 da Lei Complementar nº 477, de 2008” (ESPÍRITO SANTO, 2016).

Em relação ao controle político, o contrato de gestão não foi previsto nas normas analisadas. No que tange ao controle social, a previsão de audiências públicas surgiu somente através do art. 35 do regimento interno da ARSI, segundo esta regra, elas servem para a “apresentação e a troca de informações, em sessão presencial, sobre matéria de interesse geral a ser decidida pela ARSI, sendo seu objeto definido em aviso de convocação”. Porém, o art. 45 deste mesmo regimento interno denuncia a não obrigatoriedade de realização de audiências públicas, através do termo “que se fizerem necessárias” (ESPÍRITO SANTO, 2008). Além disso, Em relação à ARSI, a lei complementar de criação dessa autarquia dispôs, através do §3º do art. 17, sobre a obrigatoriedade de “consultas públicas previamente à edição de quaisquer resoluções e à aprovação de diretrizes, níveis, estruturas, reajustes e revisões tarifárias, bem como nos demais casos definidos no regimento interno” (ESPÍRITO SANTO, 2008). Igual previsão foi feita pelo §3º do art. 18 da lei complementar de criação da ARSP (ESPÍRITO SANTO, 2016).

Ainda em referência ao controle social, o órgão denominado ouvidoria está presente na estrutura organizacional da autarquia desde sua criação, conforme o art. 7º da lei complementar de criação da ASPE (ESPÍRITO SANTO, 2004). O art. 23 e seguintes do regimento interno da ARSI tratam das atribuições deste órgão (AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA VIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO – ARSI, 2009).

2.4.24 ARTESP (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo)⁸²

Para conceder autonomia administrativa à agência, o §1º do art. 3º da lei complementar de criação da ARTESP dispõe sobre o mandato fixo e não coincidente dos

⁸² As normas consultadas foram: i) A Lei Complementar nº 914, de 14 de janeiro de 2002, que cria a ARTESP (SÃO PAULO, 2002a); ii) O Decreto nº 46.708, de 22 de abril de 2002, que aprova o regulamento da autarquia (SÃO PAULO, 2002b); iii) A Resolução nº 01, de 27 de agosto de 2015, que consolida o regimento interno. (AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO – ARTESP, 2015).

diretores da primeira gestão, “a fim de permitir, na sequência, a não-coincidência dos mandatos, podendo todos ser reconduzidos para um período normal de mandato” (SÃO PAULO, 2002a). Posteriormente, o art. 3º do regimento interno veio prever que os membros do conselho diretor têm mandatos “fixos e não coincidentes de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução” (AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO – ARTESP, 2015).

Além disso, o art. 15 da lei de criação da ARTESP prevê que o conselho diretor é a última instância decisória (SÃO PAULO, 2002a); idêntica previsão faz o §4º do art. 15 do regulamento, e o §2º desse mesmo dispositivo prevê que “o processo decisório da ARTESP obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade (SÃO PAULO, 2002b). O regimento interno, através do art. 46, traz idêntica previsão em relação ao processo decisório, que, na realidade, não foi instituído oficialmente através de regras específicas (AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO – ARTESP, 2015).

Ainda em relação à autonomia administrativa, o art. 15 do regulamento da autarquia prevê que “as decisões do Conselho Diretor serão tomadas pelo voto de maioria absoluta de seus membros, cabendo ao Diretor Geral o voto de qualidade” (SÃO PAULO, 2002b). Já o §3º do art. 5º do regimento interno dispõe que este conselho “deliberará sobre as matérias de sua competência com, no mínimo, 3 (três) votos convergentes, cabendo ao Diretor Geral o voto de qualidade” (SÃO PAULO, 2015). Foi computado o valor 1 (um) para esta variável nos dois momentos analisados.

Garantindo também a autonomia administrativa, o inciso VI do art. 18 da lei de criação prevê a participação de 1 (um) conselheiro “das entidades representativas da sociedade civil” no conselho consultivo (SÃO PAULO, 2002a); esta previsão é repetida pelas demais normas citadas para esta agência reguladora, a exemplo do §1º, inciso VI do art. 8º do regimento interno (AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO – ARTESP, 2015).

Em relação à garantia de autonomia financeira, o inciso V do art. 22 da lei de criação da ARTESP dispõe que constituem receitas da agência reguladora a “taxa de fiscalização ou outra denominação que vier a ser adotada” (SÃO PAULO, 2002a); igual previsão faz o inciso I do art. 8º do regulamento (SÃO PAULO, 2002b). Porém, foi verificado que nenhuma norma instituiu oficialmente tal taxa.

No que tange à autonomia política, o contrato de gestão não foi previsto nas normas analisadas. Além disso, para o controle social, no regramento desta instituição não existe disposição legal ou regimental a respeito de audiências públicas. Em relação às consultas públicas, foi verificado que o §2º do art. 4º da lei complementar de criação da ARTESP dispõe que “as condições básicas do edital de licitação serão submetidas a prévia consulta pública” (SÃO PAULO, 2002a). Igual previsão faz o §2º do art. 3º do regulamento (SÃO PAULO, 2002b). Assim também, em relação ao controle social, o art. 6º da lei complementar de criação da ARTESP dispõe que a ouvidoria é órgão administrativo superior (SÃO PAULO, 2002a); os arts. 28 e 29 do regulamento tratam da composição e da competência deste órgão (SÃO PAULO, 2002b); os arts. 14, 15 e 16 do regimento interno tratam deste mesmo assunto (AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO – ARTESP, 2015).

2.4.25 AGERGS (Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul)⁸³

Para os efeitos deste trabalho, os conselheiros desta agência reguladora serão considerados como diretores, pois, de acordo com o art. 6º da lei de criação, o conselho superior é o órgão responsável pela “a direção superior da AGERGS”. Em relação à autonomia administrativa, o art. 7º desta lei prevê apenas que os mandatos dos conselheiros correspondem a 4 (quatro) anos. Esta norma não fez previsão acerca de mandatos não coincidentes (RIO GRANDE DO SUL, 1997). Igual previsão faz o art. 6º do regimento interno (AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO RIO GRANDE DO SUL – AGERGS).

⁸³ As normas pesquisadas foram: i) A Lei nº 8.109, de 19 de dezembro de 1985, que trata da denominada taxa de serviços diversos (RIO GRANDE DO SUL, 1985); ii) A lei de criação da AGERGS: Lei nº 10.931, de 09 de janeiro de 1997 (RIO GRANDE DO SUL, 1997); iii) O Decreto nº 42.081, de 30 de dezembro de 2002, que regulamenta o pagamento da taxa de serviços diversos da AGERGS (RIO GRANDE DO SUL, 2002); iv) A Resolução Normativa nº 17, de 23 de abril de 2015, que consolida alterações ao regimento interno da autarquia (AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO RIO GRANDE DO SUL – AGERGS, 2015).

O §1º do art. 6º da lei de criação dispõe sobre as decisões do conselho superior, que “serão tomadas pelo voto da maioria simples de seus membros” (RIO GRANDE DO SUL, 1997); a colegialidade das deliberações do conselho superior também foi verificada através do art. 36 e seguintes do regimento interno, que tratam do funcionamento deste órgão (AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO RIO GRANDE DO SUL – AGERGS, 2015). Além disso, não foi constatada a existência de procedimento recursal.

O art. 6º da lei de criação não prevê a representação de membro da sociedade civil no conselho superior, que é o órgão “a quem compete a direção superior da AGERGS” (RIO GRANDE DO SUL, 1997). O art. 6º do regimento interno, ao tratar das indicações de membros para o conselho superior, remete-se ao citado artigo da lei de criação (AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO RIO GRANDE DO SUL – AGERGS, 2015).

Para a existência de autonomia financeira, a taxa de serviços diversos foi criada pela Lei nº 8.109/1985. O art. 1º desta lei dispõe que a taxa será cobrada pelo Estado do Rio Grande do Sul “em razão de atividade especial dirigida ao contribuinte”. Posteriormente, no ano de 2000, o §2º deste mesmo artigo, inseriu a AGERGS como uma instituição, dentre outras, para a qual as receitas da taxa são destinadas (RIO GRANDE DO SUL, 1985). Posteriormente, adveio o Decreto nº 42.081/2002, que denominou esta taxa como “taxa relativa à fiscalização e ao controle dos serviços públicos delegados” (RIO GRANDE DO SUL, 2002).

Não foi encontrada a previsão legal sobre a celebração de contrato de gestão. Acerca do controle social, na lei de criação está previsto que as audiências públicas serão realizadas anualmente, após a publicação do relatório de suas atividades, de acordo com o §1º art. 14. Ocorre que este tipo de audiência não é aquela realizada para debater assuntos de diversos interesses sociais e do setor regulado (RIO GRANDE DO SUL, 1997). A correta previsão legal sobre o que aqui se considera uma audiência pública foi prevista somente através do art. 33 do regimento interno, que dispõe nos incisos I, II e III que as audiências, e também as consultas públicas precedem a edição de atos normativos com objetivos de “possibilitar a participação e o controle social, colher subsídios para o aperfeiçoamento do ato e divulgar a ação regulatória da AGERGS”. O inciso I do art. 80 deste mesmo regimento interno conceitua a audiência pública como uma forma de “oportunizar as manifestações verbais dos

representantes do poder concedente, delegatários, usuários e da sociedade em geral, constituindo instrumento de apoio às decisões da AGERGS”. Como é possível perceber, essa conceituação é bem diferente daquilo que a lei de criação prevê como audiência pública (AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO RIO GRANDE DO SUL – AGERGS, 2015).

Ainda em relação ao controle social, a ouvidoria foi prevista dentro da estrutura organizacional da agência reguladora através do §2º do art. 14 da lei de criação (RIO GRANDE DO SUL, 1997); o art. 30 e seguintes do regimento interno trata das competências desse órgão (AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO RIO GRANDE DO SUL – AGERGS, 2015).

2.4.26 AGESC (Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina) e AGESAN (Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina), transformadas em ARESC (Agência de Regulação dos Serviços Públicos de Santa Catarina)⁸⁴

Para a garantia de autonomia administrativa, o art. 6º da lei de criação da AGESC dispõe que tais dirigentes são nomeados pelo governador “para cumprir mandatos não coincidentes de quatro anos”. Igual previsão faz o art. 9º da lei de criação da AGESAN (SANTA CATARINA, 2010). Em relação à ARESC, a lei de criação trata da questão dos mandatos não coincidentes no art. 30 (SANTA CATARINA, 2015).

Conforme visto anteriormente, para a AGESC, o órgão responsável pelas decisões em regime colegiado foi o conselho superior. Em relação à AFESAN e à ARESC, tal atribuição passou a ser da diretoria colegiada, conforme os arts. 5º e 7º, respectivamente, das leis de criação (SANTA CATARINA, 2010; SANTA CATARINA 2015).

⁸⁴ As normas consultadas foram: i) A lei de criação da AGESC: Lei nº 13.533, de 19 de outubro de 2005 (SANTA CATARINA, 2005a); ii) O Decreto nº 3.798, de 9 de dezembro de 2005, que aprovou o regimento interno da AGESC (SANTA CATARINA, 2005b); iii) A lei de criação da AGESAN: Lei Complementar nº 484, de 04 de janeiro de 2010 (SANTA CATARINA, 2010); iv) O regimento interno da AGESAN: Resolução nº 002, de 08 de novembro de 2010 (AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA – AGESAN, 2010); v) A lei de criação da ARESC: Lei nº 16.673, de 11 de agosto de 2015 (SANTA CATARINA, 2015).

O procedimento recursal foi previsto somente pelo regimento interno da AGESAN. De acordo com o art. 85, a diretoria colegiada corresponde à “instância máxima recursal nas matérias submetidas à alçada da Agenda (AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA – AGESAN, 2010).

A representação da sociedade civil no conselho consultivo foi garantida através do inciso IV do art. 12 da lei de criação da AGESAN (SANTA CATARINA, 2010). Idêntica previsão traz o inciso VI do art. 28 do regimento interno da AGESAN (AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA – AGESAN, 2010). Também o inciso IV do art. 13 da lei de criação da ARESC garantiu a participação de “representantes de usuários de serviços públicos” (SANTA CATARINA, 2015).

Foi constatado que no regimento interno da AGESAN foi prevista a obrigatoriedade de celebração de contrato de gestão, conforme o inciso II do art. 100 desta norma (AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA – AGESAN, 2010).

Em relação à autonomia financeira, o art. 17 da lei de criação da AGESAN instituiu a “Taxa de Fiscalização de Serviços Públicos sob Regime Regulatório”; o art. 29 da lei de criação da AGESAN criou a “Taxa de Fiscalização sobre Serviços Públicos de Saneamento Básico”; já o art. 27 da lei de criação da ARESC trata da “Taxa de Fiscalização sobre Serviços Públicos Concedidos”.

Na análise do controle social, verificou-se que em todas as normas consultadas para esta agência foi verificada a presença da obrigatoriedade de realização de audiências públicas, a exemplo do art. 10 da lei de criação da AGESAN (SANTA CATARINA, 2005a). Da mesma forma, foi verificada a obrigatoriedade de realização de consultas públicas, conforme o dispositivo anteriormente citado.

Ainda em relação ao controle social, a ouvidoria é órgão da estrutura organizacional desta agência. Foi constatada a previsão deste órgão em todas as normas analisadas para esta agência, a exemplo do art. 45 do regimento interno da AGESAN, que a considera “um canal de comunicação direta, responsável por receber, encaminhar e solucionar manifestações dos agentes envolvidos na prestação e utilização dos serviços públicos de saneamento básico”

(AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA – AGESAN, 2010).

2.4.27 AGEPAR (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná)⁸⁵

Em relação à autonomia administrativa, os §§ 3º e 4º do art. 17 da lei complementar de criação estabelecem, respectivamente, que “o mandato dos diretores será de 3 (três) anos, admitida uma única recondução” e que “os cargos de diretor serão de tempo integral e dedicação exclusiva e os mandatos serão não coincidentes” (PARANÁ, 2002). Iguais previsões trazem os §§ 3º e 4º do art. 25 do regulamento e do art. 42 do regimento interno (PARANÁ, 2017; 2018).

A representação da sociedade civil no conselho consultivo foi garantida através do inciso IV do art. 12 da lei de criação da AGESAN (SANTA CATARINA, 2010). Idêntica previsão traz o inciso VI do art. 28 do regimento interno da AGESAN (AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA – AGESAN, 2010). Também o inciso IV do art. 13 da lei de criação da ARESC garantiu a participação de “representantes de usuários de serviços públicos” (SANTA CATARINA, 2015).

De acordo com o art. 15 da lei de criação da AGEPAR, o “conselho diretor da agência é o órgão colegiado de caráter deliberativo superior” (PARANÁ, 2002).

Para a garantia de autonomia financeira, o art. 34 da lei complementar de criação da AGEPAR instituiu a “Taxa de Regulação de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura (TR/AGEPAR)” (PARANÁ, 2002).

⁸⁵ As normas consultadas para esta agência reguladora foram: A Lei Complementar nº 94, de 23 de julho de 2002, que criou a AGEPAR (PARANÁ, 2002); O Decreto nº 7.765, de 05 de setembro de 2017, que aprovou o regulamento da autarquia (PARANÁ, 2017); A Resolução nº 009 de 13 de dezembro de 2016, que aprovou regras relativas ao procedimento recursal (AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE INFRAESTRUTURA DO PARANÁ – AGEPAR, 2016); A Resolução nº 003, de 20 de fevereiro de 2018, que estabeleceu o atual regimento interno (AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE INFRAESTRUTURA DO PARANÁ – AGEPAR, 2018).

O processo decisório da agência reguladora foi previsto pelo art. 24 da lei complementar de criação (PARANÁ, 2002). Porém, somente através do art. 45 e seguintes da Resolução nº 009/2016 que as regras relativas ao procedimento recursal foram aprovadas, destacando-se o art. 55, que dispõe que “a decisão proferida pelo Conselho Diretor é definitiva” (AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE INFRAESTRUTURA DO PARANÁ – AGEPAR, 2016).

Além disso, o inciso IV do art. 22 da lei complementar de criação prevê a representação de “usuários dos serviços regulados” no conselho consultivo da AGEPAR (PARANÁ, 2002). Da mesma forma dispõe o inciso IV do art. 21 do regulamento (PARANÁ, 2017).

Em relação ao controle político, não foi prevista a obrigatoriedade da celebração do contrato de gestão em nenhuma regra relativa à AGEPAR.

Para o controle social, a previsão de obrigatoriedade audiências públicas foi condicionada pelo inciso XVII do art. 6º da lei de criação à elaboração do regimento interno (PARANÁ, 2002); o inciso III do art. 8º do regimento interno dispõe que cabe à autarquia “realizar audiências públicas periódicas precedidas de ampla divulgação, com objetivo de imprimir publicidade à avaliação da atuação da AGEPAR e da qualidade dos serviços prestados pelas entidades reguladas”. Conforme já visto neste trabalho, esta não é a verdadeira audiência pública, que tem a função de debater as questões regulatórias de interesse da comunidade (AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE INFRAESTRUTURA DO PARANÁ – AGEPAR, 2018). Não foi encontrada a previsão de consultas públicas em nenhuma norma relativa à AGEPAR.

Ainda em relação ao controle social, as competências da ouvidoria foram previstas somente a partir da edição do regulamento, no art. 50 (PARANÁ, 2017).

Passa-se agora à próxima seção, destinada a aplicar a análise de autonomia e controle feita através da identificação, nos regramentos das instituições analisadas, dos indicadores do Quadro 3 do Capítulo 1, que trata das dimensões de autonomia e controle no contexto das agências de infraestrutura do governo FHC

2.5 Aplicação dos indicadores de autonomia e controle à pesquisa e resultados

O objetivo desta seção é de responder a pergunta de pesquisa: os parâmetros fundamentais de autonomia e controle, assumidos pelo desenho inicial do regime regulatório brasileiro, foram conservados na implementação das agências reguladoras estaduais?

Porém, antes de chegar à resposta, é necessário compreender ainda a estrutura institucional de governança das agências reguladoras estaduais, que é bastante variada em relação à nomenclatura de órgãos internos e previsões legais ou regimentais relevantes para o resultado da pesquisa.

2.5.1 Autonomia administrativa na governança das agências reguladoras estaduais

Na análise do processo histórico de constituição das agências de infraestrutura do governo FHC empreendida no capítulo 1, se mostrou relevante, para uma melhor compreensão da estrutura organizacional das agências reguladoras estaduais, a formatação institucional correspondente aos seguintes indicadores de autonomia administrativa: i) decisão colegiada; ii) diretoria colegiada como última instância de decisão; iii) conselho consultivo; iv) investidura (mandato) dos dirigentes no cargo, por tempo determinado; v) mandatos dos dirigentes não coincidentes entre si; vi) nomeação pelo chefe do Poder Executivo, com a aprovação do Poder Legislativo.

Assim, para que se possa compreender a variação da estrutura institucional da regulação estadual, o Quadro 7, a seguir, explicita o tipo de governança das agências aqui estudadas, dessa forma, aborda o desenho institucional sob a ótica da autonomia administrativa, já conceituada no capítulo anterior.

Governança das agências reguladoras estaduais e do Distrito Federal

Ref.	Est.	Denominação atual	Diretoria	Mandatos	Nomeação	Conselho
1	DF	ADASA	Diretoria Colegiada (última instância)	Não coincidentes, de 5 (cinco) anos	Governador	Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal
2	MS	AGEPAN	Diretoria Executiva (última instância)	Não coincidentes, de 4 (quatro) anos	Governador/ aprovação da Assembleia Legislativa	Conselho de Administração
3	MT	AGER/MT	Diretoria Executiva (última instância)	Não coincidentes, de 4 (quatro) anos	Governador	Conselho Superior
4	GO	AGR	Diretoria Executiva (última instância)	Não coincidentes, de 4 (quatro) anos	Governador	-
5	BA	AGERBA	Diretoria Executiva e Diretoria Geral	-	Govenador	Conselho Consultivo
6	BA	AGERSA	Diretoria Colegiada	-	Governador	Conselho Consultivo
7	SE	AGRESE	Diretoria Executiva	Não coincidentes, de 4 (quatro) anos	Governador	Conselho Superior
8	CE	ARCE	Conselho Diretor (última instância)	4 (quatro) anos	Governador	Conselho Consultivo
9	PB	ARPB	Diretoria (não é a última instância)	4 (quatro) anos	Governador	Conselho Estadual de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos
10	PE	ARPE	Diretoria (última instância)	2 (dois) anos, não coincidentes	Aprovação da Assembleia Legislativa	Conselho Consultivo
11	AL	ARSAL	Diretoria Executiva	Não coincidentes, de 3 (três) anos	Governador	-

Ref.	Est.	Denominação atual	Diretoria	Mandatos	Nomeação	Conselho
12	MA	MOB	Diretoria	Não coincidentes, de 4 (quatro) anos	Governador	-
13	RN	ARSEP	Diretoria	4 (quatro) anos, não coincidentes	Governador/ aprovação da Assembleia Legislativa	Conselho Estadual de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos,
14	AC	AGEAC	Direção Geral e gerências setoriais	4 (quatro) anos, “preferencialmente não coincidentes	Governador/ aprovação da Assembleia Legislativa	Conselho Superior
15	RO	AGERO	Diretoria Geral	Não coincidentes, de 4 (quatro) anos	Governador	Conselho Consultivo
16	PA	ARCON	Diretoria Executiva	4 (quatro) anos	Governador/ aprovação da Assembleia Legislativa	Conselho Estadual de Regulação e Controle dos Serviços Públicos
17	AM	ARSAM	Diretoria (não é a última instância)	-	-	Conselho Estadual de Regulação e Controle dos Serviços Públicos
18	TO	ATR	Diretoria Executiva	4 (quatro) anos	Governador	Conselho Estadual de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos
19	RJ	AGENERSA	Conselho Diretor (última instância)	Não coincidentes, de 4 (quatro) anos	Governador	Conselho Estadual de Política Energética
20	RJ	AGETRANSP	Conselho Diretor (última instância)	4 (quatro) anos,	Governador	Conselho Estadual de Política Energética
21	MG	ARSAE – MG	Diretoria Colegiada (última instância)	Não coincidentes, de 4 (quatro) anos	Governador/ aprovação da Assembleia Legislativa	Compete ao Conselho Consultivo de Regulação
22	SP	ARSESP	Conselho Deliberativo	Não coincidentes, de 4 (quatro) anos,	Governador/ aprovação da Assembleia Legislativa	Conselhos Estadual de Saneamento
23	ES	ARSP	Diretoria (última	3 (três) anos	Governador	Conselho Consultivo

Ref.	Est.	Denominação atual	Diretoria	Mandatos	Nomeação	Conselho
			instância)			
24	SP	ARTESP	Conselho Diretor	Não coincidentes, de 4 (quatro) anos	Governador	Conselho Consultivo
25	RS	AGERGS	Diretoria Geral	4 (quatro) anos	Governador	Conselho Superior
26	SC	ARESC	Diretoria Colegiada (última instância)	Não coincidentes, de 4 (quatro) anos	Governador	Conselho Consultivo
27	PR	AGEPAR	Conselho Diretor (última instância)	Não coincidentes, de 3 (três) anos	Governador	Conselho Consultivo

Tabela adaptada do modelo de Pó e Abrucio (2007, p. 10)

Explica-se o quadro acima: a presente pesquisa concluiu que, apesar do órgão de direção variar de terminologia, podendo ser “Diretoria Colegiada”, Diretoria Executiva”, “Conselho Diretor”, “Conselho Deliberativo” ou “Conselho Superior”, a autonomia administrativa referente ao indicador “decisão colegiada” está presente em todos os casos analisados.

Para o indicador “conselho consultivo”, a variação da nomenclatura é também digna de nota. Por exemplo, existem cinco agências cujo conselho é denominado “Conselho Estadual de Regulação, Controle e Fiscalização dos Serviços Públicos”, já para uma série de outras, a denominação é Conselho Superior, ou simplesmente Conselho Consultivo. Mas o que importa é que são órgãos superiores consultivos na estrutura organizacional de cada agência, que, com a participação da sociedade, deliberam coletivamente.

A estrutura interna dos conselhos é também variável. Seus membros nem sempre abrangem associações ou sindicatos, a depender da estruturação manejada pelo poder político estadual. Por exemplo, a representação do consumidor se dá geralmente, dentro dos conselhos, pelos Procons estaduais.

2.5.2 Operacionalização dos conceitos de autonomia e controle

O Quadro 8 abaixo representa os valores zero “0” e um “1”, que indicam, respectivamente, a ausência ou a presença de cada indicador dos parâmetros analisados: autonomia “AUT” e controle “CON”. A sigla e a denominação das agências reguladoras correspondem ao momento atual, independentemente de a instituição já ter adotado outras denominações no passado.

Em relação aos significados das siglas, são eles: “MTD” (mandatos dos dirigentes por tempo determinado); “MNC” (regra de mandatos não coincidentes); “COL” (decisão colegiada); “DUI” (diretoria colegiada como última instância de decisão); “CCO” (existência de conselho consultivo); “NOM” (nomeação do dirigente pelo governador e aprovação pela assembleia legislativa); “TXF” (taxa de fiscalização); “ACP” (audiências ou consultas públicas); “OUV” (ouvidoria); “CGE” (contrato de gestão)

É necessário esclarecer que esta análise não é uma fotografia da autonomia e do controle na agência reguladora estadual atualmente existente, mas sim uma verificação da presença dos indicadores dos parâmetros fundamentais de autonomia e controle do regime regulatório brasileiro em todo o histórico das regras da agência analisada.

Quadro 8

Quantidade de indicadores para cada parâmetro analisado

Instituição	Autonomia							Controle			AUT	CON
	MTD	MNC	COL	DUI	CCO	NOM	TXF	ACP	OUV	CGE		
ADASA	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	7	3
AGEPAN	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	6	3
AGER/MT	1	0	1	1	1	0	1	0	1	0	5	1
AGR	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	5	3
AGERBA	0	0	1	0	1	0	0	1	1	1	2	3
AGERSA	0	0	1	0	1	0	0	0	1	1	2	2
AGRESE	1	0	1	0	1	0	1	1	1	0	4	2

Instituição	Autonomia							Controle			AUT	CON
	MTD	MNC	COL	DUI	CCO	NOM	TXF	ACP	OUV	CGE		
ARCE	1	0	1	1	1	0	1	1	1	0	5	2
ARPB	1	0	1	0	1	0	1	1	1	0	4	2
ARPE	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	6	2
ARSAL	1	1	1	0	0	0	1	1	1	0	4	2
MOB	1	0	1	0	0	0	1	0	0	1	3	1
ARSEP	1	0	1	0	1	1	1	0	1	0	5	1
AGEAC	1	0	1	0	1	1	1	1	1	0	5	2
AGERO	1	1	1	0	1	0	1	1	1	0	5	2
ARCON	1	0	1	0	1	1	1	1	1	0	5	2
ARSAM	1	0	1	0	1	0	1	1	0	1	4	2
ATR	1	0	1	0	1	0	1	1	1	0	4	2
AGENERSA	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	6	2
AGETRANSP	1	0	1	1	1	0	1	1	1	0	5	2
ARSAE-MG	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	6	2
ARSESP	1	1	1	0	1	1	1	1	1	0	6	2
ARSP	1	0	1	1	1	0	1	1	1	0	5	2
ARTESP	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	6	2
AGERGS	1	0	1	0	1	0	1	1	1	0	4	2
ARESC	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	6	3
AGEPAR	1	1	1	1	1	0	1	0	1	0	6	1

Fonte: tabela baseada no modelo de Gelis Filho (2006, p. 604)

A análise do quadro acima oferece a resposta à pergunta de pesquisa, isto é, corresponde à operacionalização conceitual da primeira parte do trabalho refletida nos dados encontrados para as agências reguladoras estaduais. Verificou-se que nem todas as agências analisadas contêm em sua estrutura legal ou regimental todos os indicadores analisados no capítulo 1. Em alguns casos existem mandatos de dirigentes por tempo determinado, mas não existe a regra de mandatos não coincidentes entre si; em outros casos, apesar da existência da diretoria colegiada, ela não é a última instância de decisão.

O indicador “MTD” (mandatos de dirigentes por tempo determinado) é essencial para a autonomia da agência reguladora. É inconcebível que existam ainda duas agências (AGERBA e AGERSA) que não possuem tal indicador. Esse aspecto é tratado na análise conceitual da primeira parte do trabalho como prejudicial à autonomia decisória do gestor público, que corresponde aos tipos de autonomia administrativa e, conseqüentemente, de autonomia política. Administrativamente, a delegação do poder político foi falha; politicamente, existe a susceptibilidade de influência de agentes externos na regulação.

O indicador “MNC” (mandatos não coincidentes) foi quantificado de maneira superior em relação ao indicador do “MTD”. Ao todo, dezessete agências não possuem em sua legislação essa característica. É recomendável que as agências que não possuem esse indicador a providenciem para não ter prejuízos à sua autonomia administrativa e política. Os mesmos argumentos utilizados para esses indicadores podem ser feitos para outros pertencentes à autonomia, como “DUI” (diretoria colegiada como última instância de decisão); “CCO” (existência de conselho consultivo); “NOM” (nomeação de dirigente pelo governador e aprovação pela assembleia legislativa); e “TXF” (taxa de fiscalização), sendo que esse último indicador não está presente na legislação analisada das agências AGERBA e AGERSA, cabendo uma crítica: é inviável que não exista já na lei de criação de determinada agência a previsão de uma contrapartida financeira tão importante em relação à outorga do exercício de certa atividade regulada que gera lucros.

A presença do indicador “COL” (diretoria colegiada) foi constatada em todas as agências analisadas. Assim, por mais que isso não tenha sido surpresa, até pela forma estabelecida para a tomada de decisão coletiva, que está na própria forma de existência de uma agência reguladora, preferiu-se deixá-lo como indicador, e não excluí-lo, com o simples objetivo de registro, pois a diretoria colegiada surgiu nos debates do processo histórico relatado na primeira parte.

Em relação ao parâmetro controle, a pesquisa identifica a presença de mais indicadores de “ACP” (audiências e consultas públicas) e “OUV (ouvidoria) do que do “CGE” (contrato de gestão). Assim, a participação popular foi prejudicada pela ausência de audiências e consultas públicas nas agências AGER/MT, AGERSA, MOB, ARSEP e AGEPAR. Já a existência da ouvidoria não foi constatada apenas para MOB e ARSAM.

Por sua vez, o contrato de gestão, instrumento fundamental para o controle do Poder Executivo em relação a metas preestabelecidas para determinada agência, não foi constatado

para dezenove agências estaduais. Aqui é possível remontar aos debates críticos a esse tipo de controle da agência iniciados já na constituição da primeira agência, a ANEEL (vide pág. 46 deste trabalho).

É curioso notar que dentre todas, a que atingiu a pontuação máxima foi a ADASA, que exerce a regulação dos serviços de água, energia e saneamento básico no Distrito Federal. Talvez essa agência tenha atingido essa pontuação superior porque sua estrutura está na mesma região geográfica das sedes das agências de infraestrutura analisadas, isto é, em Brasília-DF. Isso implica na possibilidade das redes de relacionamento entre legisladores, servidores públicos e demais autoridades do âmbito federal e do estadual terem proporcionado uma legislação de constituição da ADASA mais alinhada aos parâmetros de autonomia e controle estabelecidos para as agências federais próximas. Assim, acredita-se que suas normas tenham recebido uma maior influência do arcabouço regulatório das agências reguladoras federais de infraestrutura.

Isso leva a crer que a resposta à pergunta de pesquisa é: nem todas as agências analisadas conservaram na implementação de suas estruturas organizacionais os parâmetros fundamentais e autonomia e controle do desenho inicial do regime regulatório brasileiro. Porém, em um censo contrário, todas as instituições analisadas apresentaram pelo menos 2 (dois) indicadores de autonomia e 1 (um) indicador de controle. Daí extrai-se o pensamento de que todas elas são autônomas e controladas em maior ou menor grau.

Este achado é útil pelo ineditismo e serve para que as agências que não atingiram grau elevado de autonomia e controle busquem formas de ampliar seu arcabouço regulatório para garantir a existência de tais parâmetros fundamentais. A pontuação, portanto, é a que segue, em ordem decrescente, da maior pontuação para a menor, do total de 10 pontos: 10 pontos: ADASA; 9 pontos: AGEPAN e ARESC; 8 pontos: AGR, ARPE, AGENERSA, ARSAE-MG, ARSESP e ARTESP; 7 pontos: ARCE, ARSEP, AGERO, ARCON, AGETRANSP, ARSP e AGEPAR; 6 pontos: AGER/MT, ARSAL, AGRESE, ARPB, ARSEP, ARSAM, ATR e AGERGS; 5 pontos: AGERBA; 4 pontos: AGRESE e MOB.

Como forma de comparação, da análise podemos extrair que a maioria das agências se concentram entre as pontuações 6, 7 e 8. Sendo assim, o arcabouço dessas agências ainda tem muito a evoluir. As agências com pontuação 4 e 5 são as que são menos autônomas e controladas, assim, existe aqui um sinal de alerta para que elas providenciem o acerto em seus atos normativos, para atingirem o nível da ADASA.

Assim, os resultados desta pesquisa estão ligados ao referencial conceitual estabelecido principalmente a partir da análise dos Quadros 3 e 4 da primeira parte do trabalho. Essa parte conceitual foi condensada no Quadro 8 desta seção, que torna os conceitos de autonomia e controle das agências de infraestrutura do governo FHC operativos para as agências reguladoras estaduais.

Após a descrição da variação de pontuações das agências estaduais, é necessário avaliar o nível em que se encontram, portanto, das 27 agências analisadas, 26 têm algum tipo de indicador que causa prejuízo ou à respectiva autonomia, ou ao respectivo controle. O apelo que se faz nesta pesquisa é que os legisladores estaduais modifiquem as leis de constituição das agências e as agências reguladoras atentem para seus regimentos internos, ou regulamentos, e atos normativos para aumentar a autonomia, o controle, ou ambos.

CONCLUSÃO

O intuito deste trabalho foi encontrar uma resposta à problemática exposta na introdução: os parâmetros fundamentais de autonomia e controle, assumidos pelo desenho inicial do regime regulatório brasileiro, foram conservados na implementação das agências reguladoras estaduais? Portanto, não será inútil aqui relembrar como os argumentos principais foram construídos para chegar à resposta pretendida.

Inicialmente, foi preciso fazer um corte temporal na análise das dimensões estruturantes das agências reguladoras do âmbito federal. Para isso, partiu-se da ideia de que o processo histórico da implementação das agências reguladoras federais oriundo do período de reforma do Estado, quando ocorreram quebras de monopólios estatais e grandes privatizações, influenciou todo o arcabouço institucional das demais agências reguladoras no país, seja no plano federal, estadual ou municipal. Portanto, pelo fato das agências reguladoras federais de infraestrutura do primeiro governo FHC serem consideradas referência para a criação das demais, buscou-se uma melhor forma para analisar essa influência.

Assim, foi traçado o objetivo de investigar concretamente as dimensões dos conceitos de autonomia e controle que serviram de parâmetro para a implantação das agências reguladoras estaduais. Após uma análise histórica dos documentos e discussões anteriores às leis de criação das três primeiras agências federais de infraestrutura, foi construído um quadro com as dimensões de autonomia e controle, por tipo, com as características gerais e as particularidades que foram debatidas. De posse dos indicadores, partiu-se para a devida operacionalização deles no contexto das agências reguladoras estaduais.

Neste estudo, foi necessário adotar como ponto inicial o momento da instituição das agências reguladoras federais de infraestrutura no Brasil, referente aos anos de 1994 a 1998, isto é, do período pré-eleitoral do governo FHC até o final do primeiro mandato. Porém, antes da análise empírica, foi necessário distinguir os modelos de agência da área de infraestrutura e da área social para ficar claro porque existe maior necessidade de regulação em relação às agências da área infraestrutura, comparativamente às da área social.

Dessa forma, os motivos para redefinição do papel do Estado foram estudados com o intuito de avaliar as diretrizes setoriais de implantação da regulação pelo governo e o papel do Estado dentro da regulação das atividades de infraestrutura. Foram também estudadas as

discussões de autonomia regulatória na conjuntura do governo FHC, em especial em relação: ao trabalho realizado pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado MARE e pelos demais órgãos que participaram do processo de reforma administrativa no Brasil; às ideias de Bresser Pereira; e ao Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Além disso, foram estudadas as diretrizes do modelo de administração pública gerencial, de autonomia administrativa, autonomia política, e autonomia de gestão, além do controle social e dos controles de processos e de resultados.

O setor de telecomunicações se mostrou bastante relevante porque proporcionou particular avanço em relação ao arcabouço regulatório anteriormente estabelecido para o setor de energia elétrica. Isso se deu principalmente pelo processo legislativo ter sido mais lento e pelas importantes contribuições do ministro das comunicações Sérgio Motta e sua equipe em relação à temática da autonomia e do controle das agências reguladoras. De fato, no processo histórico foi verificado que a questão do controle, apesar de ter sido pouco debatida, obteve consenso em relação à sua relevância e precisão de conceituação nas discussões. Consequentemente, os indicadores de controle obtiveram maior conformidade.

Esse trabalho também investigou a questão da gestão descentralizada, dessa forma, foi analisada a interface setorial entre a federação e a regulação, isto é, de acordo com o setor, foram identificadas as áreas de atuação das agências no nível municipal, estadual e federal.

A Análise dos dados das agências reguladoras estaduais foi objeto de metodologia com 4 (quatro) etapas de investigação. As bases de dados pesquisadas foram distintas (sites oficiais das agências, legislação de portais institucionais de assembleias legislativas e Diário Oficial). Foram identificadas as normas referentes às agências estaduais criadas, extintas desmembradas e unificadas. Assim, para maior precisão da operacionalização dos conceitos da primeira parte do trabalho, foi necessário o aprofundamento dos estudos no arcabouço institucional das agências estudadas, que conta com leis ordinárias, leis complementares, decretos, portarias e resoluções. O resultado desse aprofundamento de análise demonstrou que as nomenclaturas dos órgãos internos são diferenciadas para cada agência. Além disso, no quadro comparativo final que identifica os indicadores de autonomia e controle nas agências estudadas, apenas uma agência satisfaz em seu regramento todos os indicadores aplicados.

Sob uma outra ótica, o resultado da pesquisa demonstrou que as agências analisadas podem ter utilizado os parâmetros das agências federais para estabelecer sua estrutura institucional, porém, avaliação do desenho institucional feita para o plano estadual

demonstrou uma variação excessiva da presença e da ausência de indicadores para cada entidade.

Os resultados da pesquisa em relação às agências reguladoras estaduais formaram um diálogo interessante em relação à parte conceitual do trabalho, feita para as agências de infraestruturas federais do governo FHC. Autonomia e controle, que puderam ter seus conceitos identificados através do percurso histórico de constituição das agências federais, se tornaram o foco da análise, através de seus indicadores, para o plano Estadual.

A hipótese da pesquisa se mostrou ao final válida, ou seja, a solução provisória estabelecida no início do trabalho foi comprovada. Nessa linha, nem todas as agências analisadas atingiram a pontuação máxima estabelecida pela presença de indicadores de autonomia e controle. Isso demonstra que não existe um cenário de regulação ideal para diversos Estados brasileiros.

Destaca-se a utilidade deste trabalho para futuras pesquisas e para formação de bancos de dados em relação às pouco conhecidas agências reguladoras estaduais. Além disso, esta análise servirá como uma fonte de consulta, tanto da sociedade quanto do agente regulado, em relação à autonomia e ao controle da agência da região onde reside, ou onde já possui ou pretende estabelecer os seus negócios. Ao final, deseja-se que a partir desta contribuição sejam abertas novas perspectivas de estudos a serem elaborados por outras instituições brasileiras em relação à temática aqui abordada, isto é, em relação esta complexa estrutura organizacional das agências reguladoras do nível estadual.

BIBLIOGRAFIA

Livros e Periódicos

ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson. **Reforma regulatória: conceitos, experiência e recomendações**. Revista do Serviço Público, v. 50, n. 2, p. 19–50, 1999. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/345>>. Acesso em: 20 Jul, 2018.

ABRUCIO, Fernando L.; GAETANI, Francisco. **Avanços e perspectivas da gestão pública nos estados: agenda, aprendizado e coalizão**. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000176&pid=S0034-7612201300020000100001&lng=pt>. Acesso em: 20 Jul, 2018.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional**. 1a ed. São Paulo: Editora 34, 1998.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Da Administração Pública burocrática à gerencial**. Revista do Serviço Público, 47(1) janeiro-abril, 1996. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1996/95.admpublicaburocraticaagerencial.pdf>>. Acesso em: 20 Jul, 2018

BRITO, Raimundo Mendes. **Exposição de Motivos nº 011/MME, de 14 de fevereiro de 1996**. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD09ABR1996.pdf#page=50>>. Acesso em 03 Mar, 2019.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Mãos à obra, Brasil: proposta de governo*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/b27wf/pdf/cardoso-9788599662663.pdf>>. Acesso em: 15 Fev. 2019.

CARLTON, Dennis W.; PERLOFF, Jeffrey M. *Modern Industrial Organization*. 4th. ed. Harlow: Pearson Education Limited, 2003.

COSTA, Valeriano Mendes Ferreira. **A dinâmica institucional da reforma do Estado: um balanço do período FHC**. In: ABRUCIO, Fernando Luiz; LOUREIRO, Maria Rita (Org.). *O Estado numa era reformas os anos FHC - Parte 2*. Brasília: MP; SEGES, 2002. Disponível em: <http://www.cedec.org.br/files_pdf/OEstadonumaeradereformasOsanosFHCparte2.pdf>. Acesso em: 21 Jul, 2018.

FARIAS, Pedro César Lima de. **Regulação e modelo de gestão**. In: NASSUNO, Marianne; KAMADA, Priscilla Higa (Org.). *Balanço da Reforma do Estado no Bras. A Nov. Gestão Pública*. Brasília: MP, SEGES, 2002. Disponível em: <http://www.cedec.org.br/files_pdf/BalancodareformadoEstadonoBrasil.pdf>. Acesso em: 20 Jul, 2018.

GELIS FILHO, Antonio. **Análise comparativa do desenho normativo de instituições reguladoras do presente e do passado**. *Rev. adm. pública*, v. 40, n. 4, p. 589–613, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&%5Cnpid=S0034-76122006000400005&%5Cnlng=pt&%5Cnnrm=iso&%5Cntlng=pt>. Acesso em: 20 Jul, 2018.

GUERRA, Sérgio. **Agências reguladoras: da administração piramidal à governança em rede**. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

LEVY, Brian; SPILLER, Pablo T. **A framework for resolving the regulatory problem**. In: LEVY, Brian; SPILLER, Pablo T. (Org.). Regul. institutions, Commit. Comp. Stud. Telecommun. [S.l.]: Cambridge University Press, 1996. p. 1–35.

MELO, Marcus André. **A política da ação regulatória: responsabilização, credibilidade e delegação**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 16, n. 46, p. 56–68, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v16n46/a03v1646.pdf>>. Acesso em: 25 Jul, 2018.

_____. **As agências reguladoras: gênese, desenho institucional e governança**. In: ABRUCIO, Fernando Luiz; LOUREIRO, Maria Rita (Org.). O Estado numa era reformas os anos FHC - Parte 2. Brasília: MP, SEGES, 2002. Disponível em: <http://www.cedec.org.br/files_pdf/OEstadonumaeradereformasOsanosFHCparte2.pdf>. Acesso em: 25 Jul, 2018.

_____. **Política regulatória: uma revisão da literatura**. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, v. 50, n. 2, p. 7–43, 2000.

MOURA, Marcelo Gameiro de. **Agências regulatórias no Brasil: os casos dos setores de telecomunicações, eletricidade e petróleo/gás natural**. Revista do Serviço Público, ano 53, nº 2, abr-jun 2002.

MUELLER, Bernardo; PEREIRA, Carlos. **Credibility and the Design of Regulatory Agencies in Brazil**. Brazilian Journal of Political Economy, v. 22, n. 3, p. 65–88, 2002. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/87-4.PDF>>. Acesso em: 20 Jul, 2018.

NUNES, Edson de Oliveira (coord.) et al. **Agências reguladoras e reforma do Estado no Brasil: inovação e continuidade no sistema político institucional**, Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

_____. **Democracia e Regulação no Brasil: gênese e instalação da ANEEL, ANATEL e ANP.** Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes. Relatório final de pesquisa. Volume 1. CNPQ, 2005.

PACHECO, Regina Silvia. **Agências reguladoras no Brasil: Ulisses e as sereias ou Narciso e Eco?** VIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, p. 14–17, 2003.

_____. **Regulação no Brasil: desenho das agências e formas de controle.** Rev. adm. pública, v. 40, n. 4, p. 523–543, 2006.

PECI, Alketa; Cavalcanti, Bianor Scelza. **Reflexões sobre a autonomia do órgão regulador: análise das agências reguladoras estaduais.** RAP Rio de Janeiro 34(5):99-118, Set./Out. 2000. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6308>>. Acesso em: 09 Mar, 2018.

PIRES, José Claudio Linhares; PICCININI, Maurício Serrão. **A regulação dos setores de infraestrutura no Brasil.** In: GIAMBIAGI, Fabio; MOREIRA, Maurício Mesquita (Org.). A Econ. Bras. nos anos 90. 1a ed. Rio de Janeiro: BNDES, 1999. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2972>>. Acesso em: 25 Jul, 2018.

PÓ, Marcos Vinícius; ABRUCIO, Fernando Luiz. **Mimetismo e reforma incompleta do Estado: o caso das agências reguladoras sob a égide do ultrapresidencialismo estadual.** XXXI Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 2007.

PRATA, Jose; BEIRÃO, Nirlando; TOMIOKA, Teiji. **Sérgio Motta: O trator em ação. Os bastidores da política e das telecomunicações no governo FHC.** São Paulo: Geração Editorial, 1999.

SIQUEIRA, E. **Telecomunicações. A era FHC um balanço.** São Paulo: Cultura Ed. Associados, 2002.

Legislação e Guias Oficiais

ACRE (Estado). **Decreto nº 2.633, de 5 de junho de 2015.** Dispõe sobre a organização e o funcionamento da Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado do Acre – AGEAC. Diário Oficial do Estado Acre, Poder Executivo, Rio Branco, AC, 09 jun. 2015. p. 30-48. Disponível em: <<http://www.diario.ac.gov.br/>>. Acesso em 09 abr. 2018.

ACRE (Estado). **Lei Complementar nº 278, de 14 de janeiro de 2014.** “Cria a Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado do Acre – AGEAC”. Disponível em: <<http://www.al.ac.leg.br/leis/wp-content/uploads/2014/09/LeiComp278.pdf>>. Acesso em 09 abr. 2018.

ACRE (Estado). **Lei nº 1.480, de 15 de janeiro de 2003.** Cria a Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado do Acre – AGEAC. Disponível em: <<http://www.al.ac.leg.br/leis/wp-content/uploads/2014/09/Lei1480.pdf>>. Acesso em 09 abr. 2018.

ACRE (Estado). **Lei nº 1.969, de 04 de dezembro de 2007.** Altera dispositivos da Lei n. 1.480, de 15 de janeiro de 2003, que criou a Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado do Acre - AGEAC. Disponível em: <<http://www.al.ac.leg.br/leis/wp-content/uploads/2014/09/Lei1969.pdf>>. Acesso em 09 abr. 2018.

AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO – ARPE. **Resolução nº 005 de 23 de março de 2004.** Estabelece as normas gerais para a realização das Audiências e Consultas Públicas pela Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados pelo Estado de Pernambuco – ARPE. Disponível em: <<http://www.arpe.pe.gov.br/legislacao.php?op=1&codGrupo=5>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO – ARPE. **Resolução nº 005, de 31 de julho de 2007.** Estabelece as normas gerais para a realização das Audiências Públicas pela Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados pelo Estado de Pernambuco – ARPE. Disponível em: <<http://www.arpe.pe.gov.br/legislacao.php?op=1&codGrupo=5>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO – ARPE. **Resolução nº 09/2005, de 16 de dezembro de 2005.** Aprova o Regimento Interno da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de

Pernambuco – ARPE. Recife, PE, 16 dez. 2005. Disponível em: <<http://www.arpe.pe.gov.br/legislacao.php?op=1&codGrupo=5>> Acesso em: 5 abr. 2018.

AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ENERGIA, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES DA BAHIA – AGERBA. **Aviso de Audiência Pública nº 001/2005**. Salvador, BA, 20 out. 2005. Disponível em: <<http://www.agerba.ba.gov.br/upload/audiencia/AG001-2005.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ENERGIA, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES DA BAHIA – AGERBA. **Aviso de Consulta Pública AGERBA nº. 001/2018**. Salvador, BA, 06 abr. 2018. Disponível em: <http://www.agerba.ba.gov.br/Anexo-cp-012018/Aviso_Geral_CP001_2018.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2018.

AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE MATO GROSSO DO SUL. **Portaria nº 121, de 17 de novembro de 2015**. Dispõe sobre os procedimentos, os critérios e as condições necessários à obtenção da concessão de parcelamento dos débitos oriundos da taxa de fiscalização e de multas, de competência da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul – AGEPAN. Disponível em: <<http://www.agepan.ms.gov.br/portaria-n-121-de-17-de-novembro-de-2015-2/>> Acesso em: 28 mar. 2018.

AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE MATO GROSSO DO SUL – AGEPAN. **Aviso de Audiência Pública nº 001/2012**. Campo Grande, MS, 27 jan. 2012. Disponível em: <http://sistemas.agepan.ms.gov.br/consulta_publica/>. Acesso em: 28 mar. 2018.

AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE MATO GROSSO DO SUL – AGEPAN. **Aviso de Consulta Pública nº 002/2013**. Campo Grande, MS, 06 fev. 2013. Disponível em: <http://sistemas.agepan.ms.gov.br/consulta_publica/>. Acesso em: 28 mar. 2018.

AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE MATO GROSSO DO SUL – AGEPAN. **Portaria nº 152, de 21 de setembro de 2017**. Aprova o Regimento Interno da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul – Agepan. Campo Grande, 21 set. 2017. Disponível em: <<http://www.agepan.ms.gov.br/portaria-agepan-n-152-de-21-de-setembro-de-2017/>> Acesso em: 28 mar. 2018.

AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS - AGER/MT. **Decreto nº 2.176, de 06 de março de 2014**. Aprova o Regimento Interno da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Mato Grosso – AGER/MT. Cuiabá 06 mar. 2014. Disponível em:

<<http://www.mt.gov.br/documents/5177949/5250859/REGIMENTO.pdf/63dde868-1881-4dbb-966b-99239df860a3>>. Acesso em 28 mar. 2018.

AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS - AGER/MT. **Decreto nº 1.017, de 24 de maio de 2017.** Aprova o Regimento Interno da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados - AGER/MT. Cuiabá, 24 mai. 2017. Disponível em: <<http://www.ager.mt.gov.br/regimento-interno>>. Acesso em 28 mar. 2018.

AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO RIO GRANDE DO SUL – AGERGS. **Resolução Normativa nº 17, de 23 de abril de 2015.** Consolida alterações ao Regimento Interno da AGERGS. Disponível em: <http://www.agergs.rs.gov.br/upload/20151209093821resolucao_normativa_17_ri_consolidado.pdf>. Acesso em 11 abr. 2018.

AGÊNCIA GOIANA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS – AGR. **Aviso de Consulta Pública nº 0003/2018.** Goiânia, GO, 09 fev. 2018. Disponível em: <<http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2018-02/aviso---diario-oficial.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

AGÊNCIA GOIANA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS – AGR. **Decreto nº 7.755, de 29 de outubro de 2012.** Aprova o Regulamento da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos. Disponível em: <http://www.saneago.com.br/2016/arquivos/Decreto_7755_%202012_APROVA_REGULAMENTO_AGR.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2018.

AGÊNCIA GOIANA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS – AGR. **Decreto nº 8.498, de 02 de dezembro de 2015.** Aprova o Regulamento da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos -AGR- e dá outras providências. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/decretos/numerados/2015/decreto_8498.htm>. Acesso em: 28 mar. 2018.

AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL - ADASA. **Ata da Audiência Pública nº 001/2011,** Brasília, DF, 09 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.adasa.df.gov.br/images/stories/anexos/3Consumidor/2AudienciasPublicas/2011/A001-2011/AtaAP0012011.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL - ADASA. **Aviso de Consulta Pública nº 001/2017,** Brasília, DF, 12 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.adasa.df.gov.br/consultas-publicas/consultas-publicas/consultas-publicas/631-consultas-publicas>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL - ADASA. **Resolução nº 16, de 17 de setembro de 2014.** Regimento Interno. Disponível em: <http://www.adasa.df.gov.br/images/pdf/REGIMENTO_INTERNO_2017.pdf> Acesso em: 28 mar. 2018.

AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – AGENERSA. **Resolução nº 001 de 20 de dezembro de 2006.** Disponível em: <http://www.agenersa.rj.gov.br/documentos/regimento/REGIMENTO_INTERNO.pdf>. Acesso em 11 abr. 2018.

AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DA BAHIA – AGERSA. **Aviso de Audiência Pública nº. 001/2016.** Salvador, BA, 12 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.agersa.ba.gov.br/wp-content/uploads/2016/04/Aviso-Geral-AUD-PUBLICA-0012016-condicoes-gerais.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DA BAHIA – AGERSA. **Aviso de Consulta nº 002/2017.** Salvador, BA, 28 jul. 2017. Disponível em: <http://www.agersa.ba.gov.br/wp-content/uploads/2017/07/AvisodeconsultaPublicaN002_2017.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2018.

AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DA BAHIA – AGERSA. **Resolução nº 001, de 08 de março de 2013.** Aprova o Regimento da Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia – AGERSA. Salvador, BA, 08 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.agersa.ba.gov.br/wp-content/uploads/2012/11/resolucaoagersa.30.10.13.atualizada.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA VIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO – ARSI. **Resolução nº 001, de 17 de setembro de 2009.** Aprova o Regimento Interno da Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária do Espírito Santo – ARSI. Disponível em: <https://arsp.es.gov.br/Media/arsi/Legisla%C3%A7%C3%A3o/Resolu%C3%A7%C3%B5es%20Saneamento%20B%C3%A1sico/ARSI/ResolucaoSanea001_2009.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2018.

AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA VIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO – ARSI. **Resolução nº 37 de 02 de fevereiro de 2016.** Aprova o novo Regimento Interno do Conselho Consultivo de Saneamento Básico e de Serviços de Infraestrutura Viária. Disponível em: <https://arsp.es.gov.br/Media/arsi/Legisla%C3%A7%C3%A3o/Resolu%C3%A7%C3%B5es%20Administrativo/ResolucaoAdm037_2016.pdf>. Acesso em 11 abr. 2018.

AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – ARSESP. **Deliberação nº 53, de 27 de abril de 2009.** Aprova o regimento interno da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP. Disponível em: <<http://www.arsesp.sp.gov.br/LegislacaoArquivos/ldl0532009.pdf>>. Acesso em 11 abr. 2018.

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – ARSAE-MG. **Resolução nº 039, de 27 de setembro de 2013.** Disponível em: <<http://arsae.mg.gov.br/images/documentos/resolucao-39-2013regimento-interno-arsae.pdf>>. Acesso em 11 abr. 2018.

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA – AGESAN. **Resolução nº 002, de 08 de novembro de 2010.** Regimento interno. Disponível em: <http://antigo.aresc.sc.gov.br/index.php/publicacoes/doc_download/163-resolucao-002-2010>. Acesso em: 11 abr. 2018.

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – AGETRANSP. **Resolução nº 16, de 07 de janeiro de 2014.** Aprova o Regimento Interno da Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro - AGETRANSP. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 8 jan. 2014. p. 1-5. Disponível em: <<http://www.agetransp.rj.gov.br/documents/10181/37100/Regimento+interno/15ca25c7-2bf3-409f-8859-94a2aba6c953>> ou <https://www.ioerj.com.br/portal/modules/conteudoonline/mostra_edicao.php?session=VFhwVk1GSnFXWHBPVkd0MFRtcG5NMUpUTURCTIZWWkNURIJzUjFGVIRYUIJWRVpDVGlwVklzRjZWVEZOYWl0RQ>. Acesso em 11 abr. 2018.

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE INFRAESTRUTURA DO PARANÁ – AGEPAR. **Resolução nº 009 de 13 de dezembro de 2016.** Aprova a norma que dispõe sobre o Processo Administrativo Sancionador em matéria de competência da AGEPAR. Disponível em: <<https://www.documentador.pr.gov.br/documentador/pub.do?action=d&uuid=@gtf-escriba-agepar@9c3b94f4-cf63-47b2-990e-00311f70780c&empg=true>>. Acesso em 11 abr. 2018.

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE INFRAESTRUTURA DO PARANÁ – AGEPAR. **Resolução nº 003, de 20 de fevereiro de 2018.** Revoga a Resolução nº 006, de 05 de setembro de 2016, e estabelece o novo Regimento Interno da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná – AGEPAR. Disponível em:

<<https://www.documentador.pr.gov.br/documentador/pub.do?action=d&uuid=@gtf-escriba-agepar@164d4842-effe-4758-a102-bb624a5d4b20&emPg=true>>. Acesso em 11 abr. 2018.

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO - ARTESP. **Resolução nº 01, de 27 de agosto de 2015**. Altera os artigos que especifica e consolida o Regimento Interno da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP. Disponível em: <[http://www.artesp.sp.gov.br/Shared%20Documents/legislacao/Regimento-Interno\(3\).pdf](http://www.artesp.sp.gov.br/Shared%20Documents/legislacao/Regimento-Interno(3).pdf)>. Acesso em 11 abr. 2018.

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ – ARCE. **Resolução nº 151, de 22 de julho de 2011**. Dispõe sobre o processo decisório da ARCE e os procedimentos relativos à realização de audiências públicas. Fortaleza, CE, 27 jul. 2000. Disponível em: <<http://www.arce.ce.gov.br/index.php/legislacao/category/11-resolucoes>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ – ARCE. **Resolução nº 15, de 27 de julho de 2000**. Estabelece o Regimento Interno da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE, e dá outras providências. Fortaleza, CE, 27 jul. 2000. Disponível em: <<http://www.arce.ce.gov.br/index.php/legislacao/category/11-resolucoes>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ – ARCE. **Resolução nº 90, de 11 de outubro de 2007**. Dispõe sobre os procedimentos para cálculo, cobrança e solicitação do ajuste da taxa de regulação ao valor máximo legal de 4% (quatro por cento) da receita bruta tarifária mensal das transportadoras do Serviço Regular do Sistema de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Ceará e dá outras providências. Fortaleza, CE, 11 out. 2007. Disponível em: <<http://www.arce.ce.gov.br/index.php/legislacao/category/11-?start=140>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SERGIPE – AGRESE. **Regulamento da Audiência Pública nº 002/2017**. Aracaju, SE, 07 ago. 2017. Disponível em: <<http://www.agrese.se.gov.br/doucementos/37.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SERGIPE – AGRESE. **Consulta Pública nº 01/2018**. Aracaju, 20 mar. 2018. Disponível em: <<http://www.agrese.se.gov.br/doucementos/162.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SERGIPE – AGRESE. **Resolução nº 02, de 29 de setembro de 2015**. Aprova o Regimento Interno.

Aracaju, 29 set. 2015. Disponível em: <<http://www.agrese.se.gov.br/doucumentos/102.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SERGIPE – AGRESE. **Resolução nº 04, de 26 de janeiro de 2016.** Aprova o Regulamento-Geral. Aracaju, 26 jan. 2016. Disponível em: <<http://www.agrese.se.gov.br/doucumentos/1.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DO ACRE – AGEAC. **Resolução nº 30, de 28 de maio de 2015.** Dispõe sobre a regulamentação da prestação dos serviços de transporte hidroviário intermunicipal de passageiros e dá outras providências. Diário Oficial do Estado Acre, Poder Executivo, Rio Branco, AC, 05 jun. 2015a. p. 22-25. Disponível em: <<http://www.diario.ac.gov.br/>>. Acesso em 09 abr. 2018.

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DO ACRE – AGEAC. **Resolução nº 34, de 30 de junho de 2015.** Dispõe sobre a regulamentação da prestação dos serviços de saneamento básico do Estado do Acre e dá outras providências. Diário Oficial do Estado Acre, Poder Executivo, Rio Branco, AC, 10 jul. 2015b. p. 19-33. Disponível em: <<http://www.diario.ac.gov.br/>>. Acesso em 09 abr. 2018.

AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DO ESTADO DO AMAZONAS – ARSAM. **Resolução nº 002, de 17 de agosto de 2001.** Disponível em: <<http://www.arsam.am.gov.br/wp/wp-content/uploads/Regulamento-Interno.Resolu%C3%A7%C3%A3o-n.02-2001.pdf>>. Acesso em 11 abr. 2018.

AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – ASEP-RJ. **Regimento interno.** Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, RJ, 14 jan. 2003. Disponível em: <<http://www.agenersa.rj.gov.br/documentos/Legislacoes/REGIMENTO%20INTERNO%20-%20NOVO.pdf>>. Acesso em 11 abr. 2018.

AGÊNCIA TOCANTINENSE DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS – ATR. **Edital de Convocação de Consulta Pública nº 001/2017, de 01 de junho de 2017.** Disponível em: <<https://central3.to.gov.br/arquivo/349933/>> Acesso em: 11 abr. 2018.

AGÊNCIA TOCANTINENSE DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS – ATR. **Anexo único à Resolução ATR nº 58, de 07 de abril de 2011.** Regimento Interno da Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – ATR. Disponível em: <<https://central3.to.gov.br/arquivo/220670/>>. Acesso em 11 abr. 2018.

ALAGOAS (Estado). **Decreto nº 520, de 22 de janeiro de 2002.** Dispõe sobre o regimento interno da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Alagoas –

ARSAL e dá outras providências. Maceió, 22 jan. 2002a. Disponível em: <http://www.arsal.al.gov.br/editais_licitacoes/decretos/2002>. Acesso em: 7 abr. 2018.

ALAGOAS (Estado). **Lei nº 6.267, de 20 de setembro de 2001.** Institui a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Alagoas - ARSAL, e dá outras providências. Maceió, 20 set. 2001a. Disponível em: <http://www.arsal.al.gov.br/editais_licitacoes/leis/2001/lei_6267.pdf> Acesso em: 7 abr. 2018.

ALAGOAS (Estado). **Lei nº 6.282-a, de 31 de dezembro de 2001.** Dispõe sobre o cálculo, a cobrança e o recolhimento da Taxa de Fiscalização sobre Serviços Públicos Delegados pelo Estado de Alagoas de que trata a lei nº 6.267, de 20 de setembro de 2001, e dá outras providências. Maceió, 31 dez. 2001b. Disponível em: <http://www.arsal.al.gov.br/editais_licitacoes/leis/2001/LEI%20N.o%206.282-A-%20DE%2031%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202001.pdf/view>. Acesso em: 7 abr. 2018.

ALAGOAS (Estado). **Lei nº 6.345, de 30 de dezembro de 2002.** Dispõe sobre o cálculo, a cobrança e o recolhimento da Taxa de Fiscalização sobre serviços delegados de transporte intermunicipal de passageiros no Estado de Alagoas, de que trata a Lei nº 6.267, de 20 de setembro de 2001, e dá outras providências. Maceió, 2002b. Disponível em: <http://www.arsal.al.gov.br/editais_licitacoes/leis/2002>. Acesso em: 7 abr. 2018.

ALAGOAS (Estado). **Lei nº 7.151, de 05 de maio de 2010.** Altera a lei estadual nº 6.267, de 20 de setembro de 2001, e dispõe sobre dispositivos regulatórios complementares. Disponível em: <https://sapl.al.al.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/268_texto_integral> Acesso em: 7 abr. 2018.

ALAGOAS (Estado). **Resolução nº 16, de 8 de setembro de 2016.** Dispõe sobre a alteração do regimento interno da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Alagoas – ARSAL. Disponível em: <http://www.arsal.al.gov.br/editais_licitacoes/resolucoes/2016>. Acesso em: 7 abr. 2018.

AMAZONAS (Estado). **Lei nº 2.568, de 25 de novembro de 1999.** Cria a Agência Reguladora dos Serviços Públicos Concedidos do Estado do Amazonas e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Amazonas, Poder Executivo, Manaus, AM, 25 nov. 1999. p. 1-3. Disponível em: <https://sapl.al.am.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/7023_texto_integral> ou <<http://diario.imprensaoficial.am.gov.br/diariooficial/consultaPublica.do;jsessionid=12FED26D3B86C3A2DA20BD3A387EBCEF>>. Acesso em 11 abr. 2018.

BAHIA (Estado). **Decreto nº 11.429 de 05 de fevereiro de 2009.** Aprova o Regimento da Comissão de Regulação dos Serviços Públicos de Saneamento Básico do Estado da Bahia CORESAB, instituída pela Lei nº 11.172, de 01 de dezembro de 2008. Diário Oficial do Estado da Bahia, Poder Executivo, Salvador, BA. Disponível em: <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/verdoc.php?arquivo=DECN200911429.xml>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

BAHIA (Estado). **Decreto nº 7.426, de 31 de agosto de 1998.** Aprova o Regimento da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia - AGERBA. Diário Oficial do Estado da Bahia, Poder Executivo, Salvador, BA, 01 set. 1998b. Disponível em: <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/verdoc.php?arquivo=DECN19987426.xml>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

BAHIA (Estado). **Lei nº 10.704 de 12 de novembro de 2007.** Cria o Conselho Estadual das Cidades da Bahia - ConCidades/BA e dá outras providências. Diário Oficial do Estado da Bahia, Poder Executivo, Salvador, BA. Disponível em: <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/verdoc.php?arquivo=LO200710704.xml>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

BAHIA (Estado). **Lei nº 12.602, de 29 de novembro de 2012.** Dispõe sobre a criação da Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia - AGERSA, autarquia sob regime especial, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado da Bahia, Poder Executivo, Salvador, BA, 30 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/verdoc.php?arquivo=LO201212602.xml>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

BAHIA (Estado). **Lei nº 7.314, de 19 de maio de 1998.** Dispõe sobre a criação da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia - AGERBA e dá outras providências. Diário Oficial do Estado da Bahia, Poder Executivo, Salvador, BA, 20 mai. 1998a. Disponível em: <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/verdoc.php?arquivo=LO19987314.xml>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Presidência da República, 1998a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 22 Jul, 2018.

_____. **Decreto no 1.526, de 20 de junho de 1995.** Brasília: Presidência da República, 1995a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1526.htm>. Acesso em: 19 Jul, 2018.

_____. **Decreto nº 1.738, de 8 de dezembro de 1995.** Brasília: Presidência da República, 1995b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1995/D1738.htm>. Acesso em: 19 Jul, 2018.

_____. **Decreto no 2.335, de 6 de outubro de 1997.** Brasília: Presidência da República, 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2335.HTM>. Acesso em: 20 Jul, 2018.

_____. **Decreto no 2.487, de 2 de fevereiro de 1998.** Brasília: Presidência da República, 1998b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2487.htm>. Acesso em: 20 Jul, 2018.

_____. **Decreto no 2.488, de 2 de fevereiro de 1998.** Brasília: Presidência da República, 1998c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2488.htm>. Acesso em: 20 Jul, 2018.

_____. **Emenda Constitucional no 5, de 15 de agosto de 1995.** Brasília: Presidência da República, 1995b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc05.htm> Acesso em: 20 Fev, 2019.

_____. **Emenda Constitucional no 6, de 15 de agosto de 1995.** Brasília: Presidência da República, 1995c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc06.htm> Acesso em: 20 Fev, 2019.

_____. **Emenda Constitucional no 8, de 15 de agosto de 1995.** Altera o inciso XI e a alínea "a" do inciso XII do art. 21 da Constituição Federal. Brasília: Presidência da República, 1995d. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc08.htm> Acesso em: 20 Fev, 2019.

_____. **Emenda Constitucional no 9, de 9 de novembro de 1995.** Brasília: Presidência da República, 1995e. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc09.htm> Acesso em: 20 Fev, 2019.

_____. **Lei nº 4.904, de 17 de dezembro de 1965.** Dispõe sobre a organização do Ministério das Minas e Energia, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4904.htm>. Acesso em: 20 Fev, 2019.

_____. **Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.** Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8429.htm>. Acesso em: 20 Fev, 2019.

_____. **Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.** Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1995f. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8987compilada.htm>. Acesso em: 29 Mar, 2018.

_____. **Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996.** Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9427cons.htm>. Acesso em: 29 Mar, 2018.

_____. **Lei nº 9.427, de 16 de julho de 1997.** Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. Brasília: Presidência da República, 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9472.htm>. Acesso em: 29 Mar, 2018.

_____. **Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000.** Brasília: Presidência da República, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9986.htm>. Acesso em: 20 Jul, 2018.

_____. **Medida Provisória nº 1.450, de 10 de maio de 1996.** Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/Antigas/1450.htm>. Acesso em: 20 Jul, 2018.

_____. **Projeto de Lei nº 821/1995.** Regulamenta a emenda constitucional nº 08, de 15 de agosto de 1995, e institui a política de exploração dos serviços públicos de telecomunicações. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=182956>> Acesso em: 21 Fev, 2019.

_____. **Projeto de Lei no 1.669, de 1996 (do Poder Executivo). Mensagem no 234/96.** Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, cria o Conselho do Serviço Público de Energia Elétrica e dá outras providências, 1996. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=36082A11004B820EE2C1F8A72425FBEF.proposicoesWebExterno2?codteor=1133661&filename=Dossie+-PL+1669/1996>. Acesso em: 21 Fev, 2019.

_____. **Projeto de Lei nº 2.142/1996.** Dispõe sobre as atividades econômicas relativas ao monopólio do petróleo, institui a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=200231>>. Acesso em: 21 Fev, 2019.

_____. **Projeto de Lei nº 2.648/1996.** Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de órgão regulador e outros aspectos institucionais. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=205443>>. Acesso em: 21 Fev, 2019.

_____. **Projeto de Lei no 3.337, de 13 de abril de 2004.** Brasília: Câmara dos Deputados, 2004. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=248978>>. Acesso em: 20 Jul, 2018.

_____. **Proposta de Emenda Constitucional nº 03, de 16 de fevereiro de 1995.** Altera o inciso XI do art. 21 da Constituição Federal. Brasília: Câmara dos Deputados, 1995. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/MostraIntegralImagem.asp?strSiglaProp=PEC&intProp=3&intAnoProp=1995&intParteProp=1#>. Acesso em: 09 Mar, 2019.

_____. **Análise e avaliação do papel das agências reguladoras no atual arranjo institucional brasileiro: relatório do grupo de trabalho interministerial.** Brasília: Presidência da República, 2003. Disponível em: <http://www.reformadagestaopublica.org.br/Documents/MARE/Agencias/avaliacao_da_agencias_reguladoras_-_casa_civil.pdf>. Acesso em: 20 Jul, 2018.

_____. **Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. O Conselho de Reforma do Estado/Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado.** Brasília: MARE, 1997. 38p. (Cadernos MARE da reforma do estado; c.8). Disponível em:

<<http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/cadernosmare/caderno08.pdf>>. Acesso em 27 Mar, 2019.

_____. **Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Plano diretor da reforma do aparelho do Estado.** Brasília: Presidência da República, 1995a. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf>>. Acesso em: 20 Jul, 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.669, de 1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, cria o Conselho do Serviço Público de Energia e dá outras providências. Pendente de pareceres das Comissões: de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Minas e Energia; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Redação.** Diário da Câmara dos Deputados, Poder Legislativo, Brasília, DF, Sala das Sessões, 9 de julho de 1996. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD10JUL1996.pdf#page=173>>. Acesso em: 03 Mar. 2019.

CEARÁ (Estado). **Lei nº 12.786, de 30 de dezembro de 1997.** Institui a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Ceará, Poder Executivo, Fortaleza, CE, 14 jan. 1998. Disponível em: <<https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/leis98/12786.htm>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

DISTRITO FEDERAL. **Lei complementar nº 711, de 13 de setembro de 2005.** Cria a Taxa de Fiscalização sobre Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário – TFS e a Taxa de Fiscalização dos Usos dos Recursos Hídricos – TFU e dá outras providências. Diário Oficial do Distrito Federal, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 set. 2005. p. 3. Disponível em: <<http://legislacao.cl.df.gov.br/Legislacao/consultaNormaJuridicaNJURParaTextoLei-114653!buscarNormaJuridicaNJURParaTextoLei.action>> ou <http://www.dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2005/09_Setembro/DODF%20177%2016-09-2005&arquivo=DODF%20177%2016-09-2005%20SECAO1.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2018.

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 3.365, de 16 de junho de 2004.** Cria a Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal – ADASA/DF e dá outras providências. Diário Oficial do Distrito Federal, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 jun. 2004. p. 3-8. Disponível

em: <<http://legislacao.cl.df.gov.br/Legislacao/consultaTextoLeiParaNormaJuridicaNJUR-93706!buscarTextoLeiParaNormaJuridicaNJUR.action>> ou
<http://www.dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2004/06_Junho/DODF%20114%2017-06-04&arquivo=DODF%20114%2017-06-04%20SECAO1.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2018.

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 4.285, de 26 de dezembro de 2008.** Reestrutura a Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal – ADASA/DF, dispõe sobre recursos hídricos e serviços públicos no Distrito Federal e dá outras providências. Diário Oficial do Distrito Federal, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 dez. 2008. p. 2-10. Disponível em: <<http://legislacao.cl.df.gov.br/Legislacao/consultaNormaJuridicaNJURParaTextoLei-164895!buscarNormaJuridicaNJURParaTextoLei.action>> ou
<http://www.dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2008/12_Dezembro/DODF%20258%2029-12-08&arquivo=DODF%20258%2029-12-08%20SECAO1.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2018.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei Complementar nº 477, de 29 de dezembro de 2008.** Cria a Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária do Espírito Santo - ARSI e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo. Poder Executivo, Vitória, ES, 30 dez. 2008. p. 9. Disponível em: <http://www.al.es.gov.br/antigo_portal_ales/images/leis/html/LC%20477.html> ou
<<http://ioes.dio.es.gov.br/portal/edicoes/download/1213>> ou
<<https://arsp.es.gov.br/Media/arsi/Legisla%C3%A7%C3%A3o/Leis%20Estaduais%20e%20Municipais/LeiComplementar477.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei Complementar nº 7.860, 27 de setembro de 2004.** Cria a Agência de Serviços Públicos de Energia do Estado do Espírito Santo – ASPE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.al.es.gov.br/antigo_portal_ales/images/leis/html/LO7860.html> ou
<https://arsp.es.gov.br/Media/arsi/Legisla%C3%A7%C3%A3o/Leis%20Estaduais%20e%20Municipais/Lei78602004_ASPE.pdf>. Acesso em 11 abr. 2018.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei Complementar nº 827, de 01 de julho de 2016.** Cria a Agência de Regulação de Serviços Públicos - ARSP, em decorrência da fusão da Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária do Espírito Santo - ARSI e da Agência de Serviços Públicos de Energia do Estado do Espírito Santo - ASPE e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo. Poder Executivo, Vitória, ES, 01 jul. 2016. p. 6. Disponível em: <http://www.al.es.gov.br/antigo_portal_ales/images/leis/html/LC%20n%C2%BA%20827.htm> ou <<http://ioes.dio.es.gov.br/portal/edicoes/download/3491>>. Acesso em 11 abr. 2018.

GOIÁS (Estado). **Lei nº 13.550, de 11 de novembro de 1999.** Modifica a organização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Goiás, Poder Executivo, Goiânia, GO, 12 nov. 1999a. Disponível em:

<http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/1999/lei_13550.htm>. Acesso em: 28 mar. 2018.

GOIÁS (Estado). **Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999.** Dispõe sobre a Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Goiás, Poder Executivo, Goiânia, GO, 28 dez. 1999b. Disponível em: < http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/1999/lei_13569.htm>. Acesso em: 28 mar. 2018.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 27.827, de 11 de novembro de 2011.** Aprova o Regimento da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Maranhão - ARSEP e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, São Luís, MA, 11 nov. 2011b. p. 18-23. Disponível em: <<http://www.stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=3261>> ou <<http://www.diariooficial.ma.gov.br/public/index.jsf>>. Acesso em 8 abr. 2018.

MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 31.601, de 8 de abril de 2016.** Aprova o Regimento Interno da Agência Estadual de Transporte e Mobilidade Urbana - MOB. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, São Luís, MA, 08 abr. 2016. p. 9. Disponível em: <<http://www.mob.ma.gov.br/files/2015/07/Decreto.-31601.2016-Aprova-o-Regimento-Interno-da-Ag%C3%Aancia.pdf>> ou <<http://www.diariooficial.ma.gov.br/public/index.jsf>>. Acesso em 8 abr. 2018.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.106, de 25 de junho de 2014. Aprova o Regimento da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Maranhão (ARSEMA) e dá outras providências.** Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, São Luís, MA. Disponível em: < http://arquivos.al.ma.leg.br:8080/ged/legislacao/LEI_10106>. Acesso em 8 abr. 2018.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.213, de 9 de março de 2015.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências. Disponível em: <http://arquivos.al.ma.leg.br:8080/ged/legislacao/LEI_10213>. Acesso em 8 abr. 2018.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 10.225, de 15 de abril de 2015.** Dispõe sobre as atribuições da Agência Estadual de Mobilidade Urbana - MOB e dá outras providências. Disponível em: <http://arquivos.al.ma.leg.br:8080/ged/legislacao/LEI_10225>. Acesso em 8 abr. 2018.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 8.915, de 23 de dezembro de 2008.** Dispõe sobre a criação da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Maranhão - ARSEP e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, São Luís, MA, 24 dez. 2008. p. 2-5. Disponível em: <http://arquivos.al.ma.leg.br:8080/ged/legislacao/LEI_8915>. Acesso em 7 abr. 2018.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.449, de 30 de agosto de 2011.** Altera a redação da Lei nº 8.915, de 23 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a criação da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Maranhão - ARSEP e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, São Luís, MA, 2011a. Disponível em: <http://arquivos.al.ma.leg.br:8080/ged/legislacao/LEI_9449>. Acesso em 8 abr. 2018.

MARANHÃO (Estado). **Lei nº 9.861, de 01 de julho de 2013.** Dispõe sobre a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Maranhão - ARSEMA, revoga a Lei nº 9.449, de 30 de agosto de 2011, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, Poder Executivo, São Luís, MA. Disponível em: <http://arquivos.al.ma.leg.br:8080/ged/legislacao/LEI_9861>. Acesso em 8 abr. 2018.

MATO GROSSO (Estado). **Lei Complementar nº 275, de 24 de julho de 2007.** Altera e acresce dispositivos à Lei Complementar nº 66, de 22 de dezembro de 1999, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, Poder Executivo, Cuiabá, MT, 24 jul. 2007. p. 1. Disponível em: <<http://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lc-275-2007.pdf>> ou <<https://www.iomat.mt.gov.br/portal/edicoes/download/1457>>. Acesso em 28 mar. 2018.

MATO GROSSO (Estado). **Lei Complementar nº 429, de 21 de julho de 2011.** Dispõe sobre a organização, estrutura e competências da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, Poder Executivo, Cuiabá, MT, 22 jul. 2011. p. 1-6. Disponível em: <<http://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lc-429-2011.pdf>> ou <<https://www.iomat.mt.gov.br/portal/edicoes/download/2905>>. Acesso em 28 mar. 2018.

MATO GROSSO (ESTADO). **Lei Complementar nº 66, de 22 de dezembro de 1999.** Dispõe sobre alteração da Lei nº 7.101, de 14.01.99, cria cargos na Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Mato Grosso - AGER/MT e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, Poder Executivo, Cuiabá, MT, 22 dez. 1999b. p. 1-4. Disponível em: <<http://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lc-66-1999.pdf>> ou <<https://www.iomat.mt.gov.br/portal/edicoes/download/12441>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

MATO GROSSO (Estado). **Lei Complementar nº 99, de 18 de dezembro de 2001.** Introduz alterações na Lei Complementar nº 66, de 22 de dezembro de 1999. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, Poder Executivo, Cuiabá, MT, 18 dez. 2001. p. 3-4. Disponível em: <<http://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lc-99-2001.pdf>> ou <<https://www.iomat.mt.gov.br/portal/edicoes/download/12929>>. Acesso em 28 mar. 2018.

MATO GROSSO (Estado). **Lei nº 7.101, de 14 de janeiro de 1999.** Cria a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Mato Grosso - AGER/MT e dá

outras providências. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, Poder Executivo, Cuiabá, MT, 14 jan. 1999a. p. 1-2. Disponível em: <<http://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lei-7101-1999.pdf>> ou <<https://www.iomat.mt.gov.br/portal/edicoes/download/12212>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

MATO GROSSO (Estado). **Lei nº 7.981, de 23 de outubro de 2003.** Cria a Taxa de Regulação, Fiscalização e Controle - TRFC do Serviço de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, Poder Executivo, Cuiabá, MT, 23 out. 2003. p. 1. Disponível em: <<http://app1.sefaz.mt.gov.br/0325677500623408/07FA81BED2760C6B84256710004D3940/3CC9DCF05D51465404256DCD00477C74>>. Acesso em 28 mar. 2018.

MATO GROSSO DO SUL (Estado). **Lei nº 2.363, de 19 de dezembro de 2001.** Cria a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul – AGEPAN e o Conselho Estadual de Serviços Públicos, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, Poder Executivo, Campo Grande, MS, 20 dez. 2001. p. 3-7. Disponível em: <<http://aacpdappls.net.ms.gov.br/appls/legislacao/secoge/govato.nsf/448b683bce4ca84704256c0b00651e9d/f85b8eb55b05769004256bfd0060bac5?OpenDocument>> ou <http://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO5657_20_12_2001>. Acesso em: 28 mar. 2018.

MATO GROSSO DO SUL (Estado). **Lei nº 2.631, de 16 de junho de 2003.** Altera a redação de dispositivos da Lei nº 2.363, de 19 de dezembro de 2001, que criou a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos e o Conselho Estadual de Serviços Públicos, e dá outras providências. Diário Oficial do Mato Grosso do Sul, Poder Executivo, Campo Grande, MS, 17 jun. 2003.

MATO GROSSO DO SUL (Estado). **Lei nº 2.766, de 18 de dezembro de 2003.** Dispõe sobre a disciplina, a regulação, a fiscalização e o controle dos serviços públicos delegados do Estado de Mato Grosso do Sul. Diário Oficial do Mato Grosso do Sul, Poder Executivo, Campo Grande, MS, 19 dez. 2003. p. 1-5. Disponível em: <<http://aacpdappls.net.ms.gov.br/appls/legislacao/secoge/govato.nsf/448b683bce4ca84704256c0b00651e9d/b0fc50f6116ba51604256e0100454b4f?OpenDocument>> ou <http://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO6149_19_12_2003>. Acesso em: 28 mar. 2018.

MINAS GERAIS (Estado). **Decreto 45.871, de 30 de dezembro de 2011.** Contém o Regulamento da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – ARSAE-MG e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, Poder Executivo, Belo Horizonte, MG, 31 dez. 2011. p. 14. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=45871&comp=&ano=2011>>. Acesso em 11 abr. 2018.

MINAS GERAIS (Estado). **Lei nº 18.309, de 03 de agosto de 2009.** Estabelece normas relativas aos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, cria a Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - ARSAE-MG - e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, Poder Executivo, Belo Horizonte, MG, 06 ago. 2009. p. 1. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?ano=2009&num=18309&tipo=LEI>>. Acesso em 11 abr. 2018.

MINISTÉRIO DAS TELECOMUNICAÇÕES. **Documento de Encaminhamento da Lei Geral de Telecomunicações, comentando-a.** Brasília, 10 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br/Portal/verificaDocumentos/documento.asp?numeroPublicacao=331>>. Acesso em: 10 Mar, 2019.

PARÁ (Estado). **Decreto nº 3.159, de 11 de novembro de 1998.** Regulamenta o art. 23 da Lei Estadual nº 6.099, de 30 de dezembro de 1997, que instituiu a Taxa de Regulação de Serviços Públicos. Diário Oficial do Estado do Pará, Poder Executivo, Belém, PA, 12 nov. 1998. Disponível em: <<http://arcon.pa.gov.br/site/attachments/article/45/Decreto%203.159.pdf>> Acesso em 11 abr. 2018.

PARÁ (Estado). **Decreto nº 3.172, de 16 de novembro de 1998.** Estabelece normas de constituição e funcionamento do Conselho Estadual de Regulação e Controle dos Serviços Públicos. Diário Oficial do Estado do Pará, Poder Executivo, Belém, PA, 17 nov. 1998. Disponível em: <<http://arcon.pa.gov.br/site/attachments/article/46/Dec317298.pdf>>. Acesso em 11 abr. 2018.

PARÁ (Estado). **Decreto nº 3.207, de 27 de novembro de 1998.** Dispõe sobre a organização interna da Agência Estadual de Regulação e Controle dos Serviços Públicos - ARCON. Diário Oficial do Estado do Pará, Poder Executivo, Belém, PA, 01 dez. 1998. Disponível em: <<http://arcon.pa.gov.br/site/attachments/article/47/Dec320798.pdf>>. Acesso em 11 abr. 2018.

PARÁ (Estado). **Decreto nº 4.576, de 4 de abril de 2001.** Altera o Decreto nº 3.207, de 27 de novembro de 1998, que "Dispõe sobre a organização interna da Agência Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos - ARCON". Diário Oficial do Estado do Pará, Poder Executivo, Belém, PA, 06 abr. 2001. Disponível em: <<http://arcon.pa.gov.br/site/attachments/article/50/DECRETO%204.576-01-Alt.%20Dec%203207-98.pdf>>. Acesso em 11 abr. 2018.

PARÁ (Estado). **Lei nº 6.099, de 30 de dezembro de 1997.** Cria a Agência Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos no Estado do Pará e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Pará, Poder Executivo, Belém, PA, 06 fev. 2013 (republicada). Disponível em: <<http://arcon.pa.gov.br/site/attachments/article/42/Lei%206.099-97%20-%20atualizada%202013.pdf>> ou <http://bancodeleis.alepa.pa.gov.br:8080/arquivos/lei6099_1997_22681.pdf>. Acesso em 11 abr. 2018.

PARAÍBA (Estado). **Decreto nº 26.884, de 24 de fevereiro 2006.** Aprova o Regulamento da Agência de Regulação do Estado da Paraíba – ARPB e determina outras providências. João Pessoa, PB, 24 fev. 2006. Disponível em: <<http://arpb.pb.gov.br/legislacao/decretos>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

PARAÍBA (Estado). **Lei nº 7.843, de 01 de novembro de 2005.** Dispõe sobre a estrutura e o funcionamento da agência de regulação do estado da paraíba - ARPB, instituída pela Lei Complementar nº 67, de 07 de julho de 2005, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado da Paraíba, Poder Executivo. Disponível em: <http://sapl.al.pb.leg.br:8080/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/7991_texto_integral>. Acesso em: 5 abr. 2018.

PARANÁ (Estado). **Decreto nº 7.765, de 05 de setembro de 2017.** Aprova o Regulamento da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná – AGEPAR. Diário Oficial do Estado do Paraná, Poder Executivo, Curitiba, PR, 06 set. 2017. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=181154&indice=1&totalRegistros=1>>. Acesso em 11 abr. 2018.

PARANÁ (Estado). **Lei complementar nº 94, de 23 de julho de 2002.** Cria a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná. Diário Oficial do Estado do Paraná, Poder Executivo, Curitiba, PR, 23 jul. 2002. Disponível em: <http://portal.alep.pr.gov.br/modules/mod_legislativo_arquivo/mod_legislativo_arquivo.php?leiCod=23490&tipo=L&tlei=2> ou <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=11335&codTipoAto=&tipoVisualizacao=compilado>>. Acesso em 11 abr. 2018.

PERNAMBUCO (Estado). **Decreto nº 30.200, de 09 de fevereiro de 2007.** Regulamenta a Lei Estadual nº 12.524, de 30 de dezembro de 2003, e alterações, aprova a estrutura organizacional da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco - ARPE, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Pernambuco, Poder Executivo, Recife, PE, 10 fev. 2007. p. 3. Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=6&numero=30200&complemento=0&ano=2007&tipo=&url>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

PERNAMBUCO (Estado). **Lei nº 11.742, de 14 de janeiro de 2000.** Cria a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco - ARPE, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Pernambuco, Poder Executivo, Recife, PE, 15 jan. 2000a. p. 22-23. Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=3098&tipo=TEXTTOANOTADO>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

PERNAMBUCO (Estado). **Lei nº 11.921, de 29 de dezembro de 2000.** Dispõe sobre o cálculo, a cobrança e o recolhimento de Taxa de Fiscalização sobre os serviços públicos delegados pelo Estado de Pernambuco, de que trata a Lei nº 11.742, de 14 de janeiro de 2000, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Pernambuco, Poder Executivo, Recife, PE, 30 dez. 2000b. p. 5. Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=4035&tipo=TEXTTOATUALIZADO>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

PERNAMBUCO (Estado). **Lei nº 12.126, de 12 de dezembro 2001.** Altera e consolida as disposições da Lei nº 11.742, de 14 de janeiro de 2000, que cria a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Pernambuco, Poder Executivo, Recife, PE, 13 dez. 2001a. p. 3-4. Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=5496&tipo=TEXTTOANOTADO>> Acesso em: 5 abr. 2018.

PERNAMBUCO (Estado). **Lei nº 12.524, de 30 de dezembro de 2003.** Altera e consolida as disposições da Lei nº 12.126, de 12 de dezembro de 2001, que cria a Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco - ARPE, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Pernambuco, Poder Executivo, Recife, PE, 31 dez. 2003. p. 4-7. Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=4347&tipo=TEXTTOANOTADO>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Decreto nº 38.618 de 08 de dezembro de 2005.** Regulamenta e fixa a estrutura administrativa, atribuições e normas de funcionamento da AGENERSA conforme a caput do artigo 1º da Lei Estadual nº 4.556, de 06 de junho de 2005. Disponível em: <<http://www.agenersa.rj.gov.br/documentos/Legislacoes/DECRETO386182005.pdf>>. Acesso em 11 abr. 2018.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Lei nº 2.686, de 13 de fevereiro de 1997.** Cria, estrutura, dispõe sobre o funcionamento da Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos do Estado do Rio de Janeiro - ASEP-RJ, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, RJ, 24 fev. 1997. Disponível em: <<http://www.agenersa.rj.gov.br/documentos/Legislacoes/LEI2686-1997.pdf>> ou <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/f25edae7e64db53b032564fe005262ef/2b0109cb18327c71032564fb007c9f45?OpenDocument&Highlight=0,2686>> Acesso em 11 abr. 2018.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Lei nº 4.555, de 06 de junho de 2005.** Extingue a Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos do Estado do Rio De Janeiro - ASEP - RJ, cria a Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio De Janeiro - AGETRANSP e dá outras providências. Diário Oficial do Estado. Disponível em: <<http://www.agetransp.rj.gov.br/documents/10181/48242/Lei+n%C2%BA+4555+de+6+de+junho+de+2005+publicada+no+D.O.E-RJ+em+07-06-2005.pdf/4d9c3bc9-9954-40e7-8b3c-b599c611ff8f>> ou <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/f25edae7e64db53b032564fe005262ef/3bc7af360449330783257019005ed063?OpenDocument&Highlight=0,4555>>. Acesso em 11 abr. 2018.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Lei nº 4.556, de 06 de junho de 2005.** Cria, estrutura, dispõe sobre o funcionamento da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, RJ, 07 jun. 2005. Disponível em: <<http://www.agenersa.rj.gov.br/documentos/Legislacoes/LEI4556-2005.pdf>> ou <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/f25edae7e64db53b032564fe005262ef/e30a55fa6967fec78325701c005c6049?OpenDocument&Highlight=0,4556>>. Acesso em 11 abr. 2018.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Lei nº 5.267, de 18 de junho de 2008.** Cria o Conselho Estadual de Política Energética do Estado do Rio de Janeiro. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, RJ, 19 jun. 2008. Disponível em: <<http://www.agenersa.rj.gov.br/documentos/Legislacoes/LEI5267-2008.pdf>> ou <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/f25edae7e64db53b032564fe005262ef/b5febb569ccb373c8325746d00626438?OpenDocument&Highlight=0,LEI,N%C2%BA,5267,DE,18,DE,JU,NHO,DE,2008>>. Acesso em 11 abr. 2018.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Projeto de Lei nº 3883/2018.** Acrescenta parágrafo único ao artigo 10 da lei 4556 de 06 de junho de 2005, que cria, estrutura, dispõe sobre o funcionamento da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, RJ, 9 mar. 2018. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/4d2f721154b98d528325824700546cab?OpenDocument&Highlight=0,3883>>. Acesso em 15 mar. 2018.

RIO GRANDE DO NORTE (Estado). **Lei Complementar nº 584, de 28 de dezembro de 2016.** Dispõe sobre a Reestruturação e o Funcionamento da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte (ARSEP), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte, Poder Executivo, Natal, RN. Disponível em: <<http://www.adcon.rn.gov.br/ACERVO/arsep/DOC/DOC000000000149711.PDF>> ou <<http://www.al.rn.gov.br/portal/ups/legislacao/2017/01/26/4a79ff2e9149ca7c4ab078a2ccdc4484.pdf>>. Acesso em 09 abr. 2018.

RIO GRANDE DO NORTE (Estado). **Lei nº 7.463, de 02 de março de 1999.** Dispõe sobre a criação e o funcionamento da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado do Rio Grande do Norte (ASEP-RN) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte, Poder Executivo, Natal, RN, 04 mar. 1999a. p. 1-2. Disponível em: <http://www.al.rn.gov.br/portal/_ups/legislacao//7.463.pdf> Acesso em 09 abr. 2018.

RIO GRANDE DO NORTE (Estado). **Lei nº 7.758, de 09 de dezembro de 1999.** Dispõe sobre a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte (ARSEP), revogando a Lei nº 7.463, de 02 de março de 1999, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte, Poder Executivo, Natal, RN, 10 dez. 1999b. p. 1-2. Disponível em: <http://www.al.rn.gov.br/portal/_ups/legislacao//7.758.pdf>. Acesso em 09 abr. 2018.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). **Decreto nº 42.081, de 30 de dezembro de 2002.** Regulamenta a forma de pagamento da Taxa de Serviços Diversos da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados – AGERGS. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, Poder Executivo, Porto Alegre, RS, 31 dez. 2002. p. 1. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=302&hTexto=&Hid_IDNorma=302> ou <<http://corag.rs.gov.br/doe>>. Acesso em 11 abr. 2018.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). **Lei nº 10.931, de 09 de janeiro de 1997.** Cria a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul - AGERGS e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, Poder Executivo, Porto Alegre, RS, 10 jan. 1997. p. 1-2. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legiscomp/arquivo.asp?Rotulo=Lei%20n%C2%BA%2010931&idNorma=28&tipo=pdf>> ou <<http://corag.rs.gov.br/doe>>. Acesso em 11 abr. 2018.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). **Lei nº 8.109, de 19 de dezembro de 1985.** Dispõe sobre a Taxa de Serviços Diversos. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legiscomp/arquivo.asp?Rotulo=Lei%20n%BA%208109&idNorma=1429&tipo=pdf>> ou <<http://www.legislacao.sefaz.rs.gov.br/Site/Document.aspx?inpKey=109699>>. Acesso em 11 abr. 2018.

RONDÔNIA (Estado). **Lei Complementar nº 559, de 03 de março de 2010.** Cria a Agência de Regulação de Serviços Públicos do Estado de Rondônia. Diário Oficial do Estado de Rondônia. Disponível em: <https://sapl.al.ro.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/4900_texto_integral>. Acesso em 09 abr. 2018.

Rondônia (Estado). **Lei Complementar nº 793, de 09 de setembro de 2014.** Altera o inciso I, do artigo 1º, da Lei Complementar n. 559, de 3 de março de 2010, que "Cria a Agência de Regulação de Serviços Públicos do Estado de Rondônia". Diário Oficial do Estado de Rondônia. Disponível em: <https://sapl.al.ro.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/6850_texto_integral>. Acesso em 09 abr. 2018.

Rondônia (Estado). **Lei Complementar nº 826, de 09 de julho de 2015.** Reestrutura a Agência de Regulação de Serviços Públicos do Estado de Rondônia – ASPER e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Rondônia. Disponível em: <https://sapl.al.ro.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/7124_texto_integral>. Acesso em 09 abr. 2018.

Rondônia (Estado). **Lei Complementar nº 930, de 23 de março de 2017.** Altera dispositivos da Lei Complementar nº 366, de 6 fevereiro de 2007, e altera e acrescenta dispositivos às Leis Complementares nº 826, de 9 de julho de 2015, e nº 827, de 15 de julho de 2015. Diário Oficial do Estado de Rondônia. Disponível em: <https://sapl.al.ro.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/7857_texto_integral>. Acesso em 09 abr. 2018.

Santa Catarina (Estado). **Decreto nº 3.798, de 9 de dezembro de 2005.** Aprova o Regimento Interno da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina – AGESC e a distribuição dos Cargos de Provimento em Comissão e Funções Técnicas Gerenciais – FTGs que compõem a estrutura da entidade. Disponível em: <<http://server03.pge.sc.gov.br/LegislacaoEstadual/2005/003798-005-0-2005-003.htm>> Acesso em: 11 abr. 2018.

Santa Catarina (Estado). **Lei Complementar nº 484, de 04 de janeiro de 2010.** Cria a Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - AGESAN, estabelece normas relativas aos serviços de saneamento básico e adota outras providências. Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Poder Executivo, Florianópolis, SC, 04 jan. 2010. Disponível em: <http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2010/484_2010_lei_complementar.html>. Acesso em: 11 abr. 2018.

Santa Catarina (Estado). **Lei nº 13.533, de 19 de outubro de 2005.** Dispõe sobre a organização, estruturação e funcionamento da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - AGESC, de que trata o parágrafo único do art. 86 da Lei Complementar nº 284, de 28 de fevereiro de 2005, e adota outras providências. Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Poder Executivo, Florianópolis, SC, 19 out. 2005. Disponível em: <http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2005/13533_2005_lei.html>. Acesso em: 11 abr. 2018.

SANTA CATARINA (Estado). **Lei nº 16.673, de 11 de agosto de 2015.** Dispõe sobre a fusão da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina (AGESC) com a Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico de Santa Catarina (ARESC) e estabelece outras providências. Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Poder Executivo, Florianópolis, SC, 12 ago. 2015. Disponível em: <http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2015/16673_2015_lei.html> ou <http://antigo.aresc.sc.gov.br/index.php/legislacao/doc_download/959-lei-16-673-2015-aresc>. Acesso em: 11 abr. 2018.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto Nº 43.835, de 8 de fevereiro de 1999.** Aprova o Regimento Interno da Comissão de Serviços Públicos de Energia - CSPE e dá providências correlatas. Disponível em: <<http://www.arsesp.sp.gov.br/LegislacaoArquivos/dec43835.pdf>>. Acesso em 11 abr. 2018.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 46.708, de 22 de abril de 2002.** Aprova o Regulamento da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte no Estado de São Paulo - ARTESP, criada pela Lei Complementar nº 914, de 14 de janeiro de 2002. Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Executivo, São Paulo, SP, 23 abr. 2002b. p. 2. Disponível em: <<http://www.artesp.sp.gov.br/Shared%20Documents/Portarias/DECRETO%20N%C2%B0%2046.708%2C%20DE%2022%20DE%20ABRIL%20DE%202002-2.pdf>> ou <https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=/2002/executivo%2520secao%2520i/abril/23/pag_0002_F88ORO7KB98INeAKNRTQ1BS6UND.pdf&pagina=2&data=23/04/2002&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=10002>. Acesso em 11 abr. 2018.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 52.455, de 07 de dezembro de 2007.** Aprova o regulamento da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP. Diário Oficial do Estado de São Paulo. Poder Executivo, São Paulo, SP, 08 out. 2007. p. 5. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2007/decreto-52455-07.12.2007.html>> ou <<http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=20071208&Caderno=DOE-I&NumeroPagina=5>>. Acesso em 11 abr. 2018.

SÃO PAULO (Estado). **Lei Complementar nº 1.025, de 07 de dezembro de 2007.** Transforma a Comissão de Serviços Públicos de Energia - CSPE em Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP, dispõe sobre os serviços públicos de saneamento básico e de gás canalizado no Estado, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de São Paulo. São Paulo, SP, 08 dez. 2007. p. 1. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2007/alteracao-lei.complementar-1025-07.12.2007.html>> ou <<http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=20071208&Caderno=DOE-I&NumeroPagina=1>> Acesso em 11 abr. 2018.

SÃO PAULO (Estado). **Lei Complementar nº 833, de 17 de outubro de 1997.** Cria a autarquia Comissão de Serviços Públicos de Energia - CSPE, e dá providências correlatas. Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Executivo, São Paulo, SP, 18 out. 1997. p. 1. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/1997/alteracao-lei.complementar-833-17.10.1997.html>> ou <<http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=19971018&Caderno=Executivo%20I&NumeroPagina=1>>. Acesso em 11 abr. 2018.

SÃO PAULO (Estado). **Lei complementar nº 914, de 14 de janeiro de 2002.** Cria a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP. Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Executivo, São Paulo, SP, 15 jan. 2002a. p. 2. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2002/alteracao-lei.complementar-914-14.01.2002.html>> ou <https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=/2002/executivo%2520secao%2520i/janeiro/15/pag_0002_BQ8JMU1R5SI2LeCEL5VC9Q7QA2K.pdf&pagina=2&data=15/01/2002&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=10002> ou <<http://www.artesp.sp.gov.br/Shared%20Documents/Portarias/LEI%20N%C2%B0%20914%2C%20DE%2014%20DE%20JANEIRO%20DE%202002-2.pdf>>. Acesso em 11 abr. 2018.

SERGIPE (Estado). **Lei nº 6.661, de 28 de agosto de 2009.** Dispõe sobre a criação e organização da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe – AGRESE, Autarquia em Regime Especial, e dá providências correlatas. Diário Oficial do Estado de Sergipe, Poder Executivo, Aracaju, SE, 31 ago. 2009. Disponível em: <<http://www.al.se.gov.br/Legislacao/Ordinaria/2009/O66612009.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

TOCANTINS (Estado). **Lei nº 1.198, de 14 de dezembro de 2000.** Cria a Agência de Serviços Públicos Delegados do Tocantins - ASTINS, e adota outras providências. Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 999. Disponível em: <<http://www.al.to.leg.br/arquivo/7444>>. Acesso em 11 abr. 2018.

TOCANTINS (Estado). **Lei nº 1.758, de 02 de janeiro de 2007.** Reestrutura a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Tocantins – ARESTO, dá nova denominação a esta e adota outras providências. Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 2.319. Disponível em: <<https://central3.to.gov.br/arquivo/356483/>> ou <<http://www.al.to.leg.br/arquivo/42076>>. Acesso em 11 abr. 2018.

TOCANTINS (Estado). **Lei nº 2.126, de 12 de agosto de 2009a.** Altera a Lei 1.758, de 2 de janeiro de 2007, que reestrutura a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Tocantins – ARESTO. Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 2.954. Disponível em: <<https://central3.to.gov.br/arquivo/356484/>> ou <<http://www.al.to.leg.br/arquivo/22249>>. Acesso em 11 abr. 2018.

TOCANTINS (Estado). **Lei nº 2.159, de 14 de outubro de 2009b**. Altera a Lei 1.758, de 2 de janeiro de 2007, que reestrutura a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Tocantins - ARESTO, dá nova denominação a esta e adota outras providências. Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 2.996. Disponível em: <<https://central3.to.gov.br/arquivo/356485/>> ou <<http://www.al.to.leg.br/arquivo/23112>>. Acesso em 11 abr. 2018.

TOCANTINS (Estado). **Lei nº 2.817, de 30 de dezembro de 2013**. Altera a Lei 1.758, de 2 de janeiro de 2007, que trata da Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - ATR. Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 4.037. Disponível em: <<https://central3.to.gov.br/arquivo/356486/>> ou <<http://www.al.to.leg.br/arquivo/34205>>. Acesso em 11 abr. 2018.

TOCANTINS (Estado). **Lei nº 3.239, de 17 de julho de 2017**. Altera a Lei nº 1.758, de 2 de janeiro de 2007, que reestrutura a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Tocantins - ARESTO, dá nova denominação a esta e adota outras providências. Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 4.912, Palmas, TO, 18 jul. 2017. p. 2. Disponível em: <<https://central3.to.gov.br/arquivo/359052/>> ou <<http://www.al.to.leg.br/arquivo/42064>>. Acesso em 11 abr. 2018.

ANEXO – TABELAS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS ESTADUAIS POR REGIÃO

Tabela 1

Denominações e normas disciplinadoras do desenho institucional das agências reguladoras estaduais e do Distrito Federal (região Centro-Oeste)

Ref.	Estado ou território	Denominação inicial	Denominação alterada	Lei estadual/distrital de criação e regimento interno ou regulamento	Normas disciplinadoras do desenho institucional
1	DF	ADASA/DF (Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal)	ADASA (Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal)	Lei nº 3.365/2004; Res. nº 89/2009; Res. nº 16/2014.	LC nº 711/2005; Lei nº 4.285/2008
2	MS	AGEPAN (Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos do Mato Grosso do Sul)	-	Lei nº 2.363/2001; Portaria nº 121/2015; Portaria nº 152/2017.	Lei nº 2.766/2003
3	MT	AGER/MT (Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado do Mato Grosso)	AGER/MT (Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Mato Grosso)	Lei nº 7.101/1999	LC nº 66/1999; LC nº 99/2001 Lei nº 7.981/2003; LC nº 275/2007; LC nº 429/2011.
4	GO	AGR (Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos)	-	Lei nº 13.550/99; Dec. nº 7.755/2012; Dec. nº 8.498/2015.	Lei nº 13.569/99

Fonte: elaboração própria

Tabela 2

**Denominações e normas disciplinadoras do desenho institucional das agências reguladoras estaduais
(região Nordeste)**

Ref.	Estado	Denominação inicial	Denominação alterada	Lei estadual de criação e regimento interno/regulamento	Normas disciplinadoras do desenho institucional
5	BA	AGERBA (Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transporte e Comunicações da Bahia)	-	Lei nº 7.314/1998; Dec. nº 7.426/1998	-
6	BA	CORESAB (Comissão de Regulação dos Serviços Públicos de Saneamento Básico do Estado da Bahia)	AGERSA (Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia)	Dec. nº 11.429/2009; Lei nº 12.602/2012; Res. nº 001/2013.	Lei nº 10.704/2007
7	SE	AGRESE (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe)	-	Lei nº 6.661/2009; Res. nº 02/2015; Res. nº 04/2016.	-
8	CE	ARCE (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará)	-	Lei nº 12.786/1997; Res. nº 15/2000.	Res. nº 151/2011
9	PB	ARPB (Agência de Regulação do Estado da Paraíba)	-	Lei nº 7.843/2005; Dec. nº 26.884/2006.	-
10	PE	ARPE (Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco)	ARPE (Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de	Lei nº 11.742/2000; Res. nº 09/2005.	Lei nº 11.921/2000; Lei nº 12.126/2001; Lei nº

Ref.	Estado	Denominação inicial	Denominação alterada	Lei estadual de criação e regimento interno/regulamento	Normas disciplinadoras do desenho institucional
			Pernambuco)		12.524/2003; Dec. nº 30.200/2007
11	AL	ARSAL (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Alagoas)	-	Lei nº 6.267/2001; Dec. nº 520/2002.	Lei nº 6.282-a/2001; Lei nº 6.345/2002; Lei nº 7.151/2010; Res. nº 16/2016.
12	MA	i) ARSEP (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Maranhão), que passou a se chamar ii) ARSEMA (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Maranhão)	i) MOB (Agência Estadual de Mobilidade Urbana), que passou a ser denominada de ii) MOB (Agência Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos)	Lei nº 8.915/2008; Dec. nº 27.827/2011; Lei nº 9.861/2013; Lei nº 10.106/2014; Lei nº 10.213/2015; Dec. nº 31.601/2016.	Lei nº 9.449/2011; Lei nº 10.225/2015; MP nº 229/2017.
13	RN	ASEP-RN (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado do Rio Grande do Norte)	ARSEP (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte)	Lei nº 7.463/1999 Lei nº 7.758/1999	LC nº 584/2016

Fonte: elaboração própria

Tabela 3

Denominações e normas disciplinadoras do desenho institucional das agências reguladoras estaduais (região Norte).

Ref.	Estado	Denominação inicial	Denominação alterada	Lei estadual de criação e regimento interno/regulamento	Normas disciplinadoras do desenho institucional
14	AC	AGEAC (Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado do Acre)	-	Lei nº 1.480/2003	Lei nº 1.969/2007; LC nº 278/2014; Res. nº 30/2015; Dec. nº 2.633/2015; Res. nº 34/2015.
15	RO	ASPER (Agência de Regulação de Serviços Públicos do Estado de Rondônia)	AGERO (Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia)	LC nº 599/2010	LC nº 793/2014; LC nº 826/2015; LC nº 930/2017
16	PA	ARCON-PA (Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará)	ARCON (Agência Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará)	Lei nº 6.099/97	Dec. nº 3.159/1998; Dec. nº 3.172/1998; Dec. nº 3.207/1998; Dec. nº 4.576/2001.
17	AM	ARSAM (Agência Reguladora dos Serviços Públicos Concedidos do Estado do Amazonas)	-	Lei nº 2.568/99; Res. nº 002/2001.	-
18	TO	ASTINS (Agência de Serviços Públicos Delegados do Tocantins)	i) ARESTO (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Tocantins),	Lei nº 1.198/2000; Res. nº 58/2011.	Lei nº 1.758/2007; Lei nº 2.126/2009; Lei nº 2.159/2009;

Ref.	Estado	Denominação inicial	Denominação alterada	Lei estadual de criação e regimento interno/regulamento	Normas disciplinadoras do desenho institucional
			posteriormente alterada para: ii) ATR (Agência Tocantinense de Regulação Controle e Fiscalização de Serviços Públicos)		Lei nº 2.187/2013; Lei nº 3.239/2017.

Fonte: elaboração própria

Tabela 4

Denominações e normas disciplinadoras do desenho institucional das agências reguladoras estaduais (região Sudeste).

Ref.	Estado	Denominação inicial	Denominação alterada	Lei estadual de criação e regimento interno/regulamento	Normas disciplinadoras do desenho institucional
19	RJ	ASEP - RJ (Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos do Estado do Rio de Janeiro)	AGENERSA (Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro)	Lei nº 2.686/1997; Lei nº 4.556/2005; Res. nº 001/2006.	Dec. nº 38.618/2005; Lei nº 5.267/2008.
20	RJ	ASEP - RJ (Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos do Estado do Rio de Janeiro)	AGETRANSP (Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de	Lei nº 2.686/1997; Lei nº 4.555/2005; Res. nº 16/2014.	-

Ref.	Estado	Denominação inicial	Denominação alterada	Lei estadual de criação e regimento interno/regulamento	Normas disciplinadoras do desenho institucional
			Rodovias do Estado do Rio de Janeiro)		
21	MG	ARSAE – MG (Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais)	-	Lei nº 18.309/2009; Dec. nº 45.871/2011; Res. nº 039/2013.	-
22	SP	CSPE (Comissão de Serviços Públicos de Energia)	ARSESP (Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo)	LC nº 833/1997; Dec. nº 43.835/1999; LC nº 1.025/2007; Dec. nº 52.455/2007; Dec. nº 52.455/2007; Del. nº 53/2009	-
23	ES	i) ARSI (Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária do Espírito Santo); ii) ASPE (Agência de Serviços Públicos de Energia do Estado do Espírito Santo)	ARSP (Agência de Regulação de Serviços Públicos do Espírito Santo)	LC nº 7.860/2004; LC nº 477/2008; Res. nº 001/2009; LC nº 827/2016	Res. nº 37/2016
24	SP	ARTESP (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado	-	LC nº 914/2002; Dec. nº 46.708/2002; Res. nº 01/2015.	-

Ref.	Estado	Denominação inicial	Denominação alterada	Lei estadual de criação e regimento interno/regulamento	Normas disciplinadoras do desenho institucional
		de São Paulo)			

Fonte: elaboração própria

Tabela 5

Denominações e normas disciplinadoras do desenho institucional das agências reguladoras estaduais (região Sul).

Ref.	Estado	Denominação inicial	Denominação alterada	Lei estadual de criação e regimento interno/regulamento	Normas disciplinadoras do desenho institucional
25	RS	AGERGS (Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul)	-	Lei nº 10.931/1997; Res. nº 17/2015.	Lei nº 8.109/1985; Lei nº 11.292/1998; Dec. nº 42.081/2002.
26	SC	i) AGESC (Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina); ii) AGESAN (Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina)	ARESC (Agência de Regulação dos Serviços Públicos de Santa Catarina)	Lei nº 13.533/2005; Dec. nº 3.798/2005; LC nº 484/2010; Res. nº 002/2010; Lei nº 16.673/2015;	-
27	PR	AGEPAR (Agência Reguladora de Serviços Públicos	-	LC nº 94/2002; Dec. 7.765/2017;	Res. nº 009/2016

Ref.	Estado	Denominação inicial	Denominação alterada	Lei estadual de criação e regimento interno/regulamento	Normas disciplinadoras do desenho institucional
		Delegados de Infraestrutura do Paraná)		Res. nº 003/2018.	

Fonte: elaboração própria